

**REUNIÃO
DO
EXECUTIVO**

**MANDATO 2017-2021
ATA N.º 16
DE 20-08-2018**

ATA N.º 16
Mandato 2017-2021

Data da reunião ordinária: 20-08-2018

Local da reunião: Sala das reuniões da Câmara Municipal de Santarém

Início da reunião: 15:15 horas

Términus da reunião: 17:00 horas

Resumo diário da tesouraria: 17/08/2018.....7.780.787,31 €

Membros da Câmara Municipal que compareceram à reunião:

Presidente: Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves

Vereadores: José Augusto Alves dos Santos

Nuno Rafael Marona de Carvalho Serra

Virgínia Maria Ramos Carrondo Mena Esteves

Jorge Manuel Fernandes Rodrigues

André Gonçalo Rodrigues Lopes

Cristina Margarida Gomes Casanova de Pereira Martins

Manuel João Maia Frazão

Vânia Sofia Carreira Botequim

Responsável pela elaboração da ata:

Nome: Maria Nazaré de Matos Ferreira Pais da Costa

Cargo: Coordenadora Técnica

Faltas justificadas: Rui Pedro de Sousa Barreiro, Maria Inês Leiria Barroso Ferreira Lopes, Ricardo Gonçalves dos Santos Rato e Sofia Margarida Antero dos Santos Martinho Pó (substituídos nos termos da Lei)

Faltas por justificar:

-----**ABERTURA DA ATA**-----

--- O **senhor Presidente** declarou aberta a reunião, eram quinze horas e quinze minutos, começando por saudar os eleitos André Gonçalo Rodrigues Lopes, Cristina Margarida Gomes Casanova de Pereira Martins, Manuel João Maia Frazão e Vânia Sofia Carreira Botequim, presentes nesta reunião, em substituição dos senhores Vereadores Rui Pedro de Sousa Barreiro, Maria Inês Leiria Barroso Ferreira Lopes, Ricardo Gonçalves dos Santos Rato e Sofia Margarida Antero dos Santos Martinho Pó, nos termos dos artigos setenta e oito e setenta e nove da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de janeiro.-----

--- A seguir, nos termos do número quatro, do artigo trinta e quatro do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei número quatro/dois mil e quinze, de sete de janeiro, perguntou aos senhores Vereadores se já tinham tomado conhecimento das atas das reuniões realizadas em dois e treze de julho, oportunamente distribuídas e porque todos responderam afirmativamente foram, seguidamente, submetidas a votação, tendo a ata da reunião realizada em treze de julho sido aprovada por unanimidade.-----

--- Nos termos do número três do artigo trinta e quatro do mesmo diploma legal, não participaram na aprovação da referida ata, os senhores Vereadores Cristina Martins, André Lopes e Manuel Frazão por não terem estado presentes na respetiva reunião.-----

--- Por solicitação dos eleitos do Partido Socialista presentes, a ata da reunião realizada em dois de julho, deverá ser submetida a aprovação na próxima reunião.-----

--- Seguidamente, deu início ao “**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**”, verificando-se as seguintes intervenções:-----

--- Senhora **Vereadora Vânia Botequim** – Referiu que todos os anos é realizado, no concelho de Santarém, o Passeio dos Idosos, sendo o transporte assegurado pela Câmara Municipal e, este ano, o serviço foi contratado. O município tem um autocarro que está parado e o Partido Socialista sabe que existe verba que possibilita a aquisição de um novo autocarro. -----

--- Questionou a razão de se subcontratar um serviço que há possibilidade de ter e o que é que tem feito o motorista da Câmara, durante este tempo em que o autocarro tem estado parado. Havendo verba, será que não era vantajoso, esses valores serem investidos num novo autocarro que funcionasse como forma de divulgação do nosso concelho. O Partido Socialista gostaria de saber o que é que se pretende fazer relativamente a este assunto.-----

--- Senhor **Vereador André Lopes – Um** – Solicitou o inventário dos espaços de escritórios no município, disponíveis, e que sejam propriedade da Câmara, porque, como é sabido, existem milhares de metros quadrados que, neste momento, não são utilizados na Escola Prática de Cavalaria e tem sido contactado por várias empresas que querem saber que espaços escritórios é que existem com alguma dimensão, nomeadamente trezentos/quatrocentos metros quadrados e mais e que não existem no mercado, mas que existem na Escola Prática de Cavalaria. Assim, solicitou uma lista atualizada desses espaços.-----

--- **Dois** – Referiu que o Município vai avançar com uma avença de setenta e quatro mil euros anuais para a cedência a privados da gestão do Teatro Sá da Bandeira, quando, nos últimos anos, o total do orçamento para os espetáculos neste recinto, foi de doze mil euros em dois mil e quinze, vinte mil em dois mil e dezasseis e trinta mil em dois mil e dezassete e, foi cancelado o concurso para a contratação de um técnico superior que andaria à volta de vinte e poucos mil euros e que agora é substituído por uma gestão de terceiros, privada, que monta a setenta e quatro mil euros. Solicita explicações porque não consegue entender qual é o raciocínio.-----

--- **Três** – Os dados que estão disponíveis no Instituto Nacional de Estatística e na Pordata, mostram que o concelho de Santarém perde meio por cento de população por ano, o que não é uma coisa extraordinário, uma vez que existem concelhos que perdem mais do que no nosso concelho, mas, em Santarém, existe um motivo claro, para isso que tem a ver com a grande massa dos quadro médios das empresas, no município e em entidades públicas que têm em média mil e duzentos euros de vencimento, ou seja, cerca de novecentos euros líquidos, valores abaixo de Abrantes, de Tomar, do Entroncamento,

de Constância, de Alcanena e, na Lezíria do Tejo, só dois concelhos é que têm a média de salários para quadros superiores abaixo de Santarém. Isto demonstra que, nesta última década e meia, em que se perdeu a Escola Prática de Cavalaria, a Unicer e tantas outras empresas e que foram substituídas por supermercados, em que os quadros recebem bastante menos, que existe uma certa complacência em relação a isto. -----

--- Disse ter prometido que em todas as reuniões de Câmara em que estivesse presente iria questionar os senhores Presidente da Câmara e Vereador do desenvolvimento económico sobre o que estão a fazer para alterar esta situação para que haja um dinamismo económico em Santarém. Neste momento, há problema grave que é a falta de atratividade para que os escalabitanos jovens permaneçam cá. E o que os dados mostram é que Santarém está muito pior que municípios como Alpiarça, Azambuja e está pior do que quase todos e, isto, é uma situação preocupante e que também deveria preocupar o executivo que deveria de fazer algo para alterar esta situação. -----

--- Senhora **Vereadora Virgínia Esteves – Um** – Felicitou a Câmara Municipal pela iniciativa In Santarém que dá algum dinamismo à nossa cidade e que, também, oferece às pessoas que não têm possibilidade de ir de férias alguma animação durante a semana e fim-de-semana. No entanto, considera que a iniciativa não é suficiente e deveria haver muito mais animação na cidade. -----

--- **Dois** – Em relação às lojas que se encontram fechadas há vários meses no Jardim da Liberdade, questionou como é que está o ponto de situação do concurso. Falou-se que o Benfica poderia estar interessado naquele espaço, pelo que pergunta se está alguma coisa acordada, quando é que isso vai acontecer e para quando é que está agendado para aquele espaço. -----

--- Passou mais um Verão e o espaço continua fechado. Referiu que na cidade é difícil encontrar um espaço como aquele, onde as pessoas se possam encontrar e as crianças possam brincar sem alguma preocupação dos pais. É um espaço que poderia ter toda uma envolvência para serem dinamizadas atividades quer desportivas, quer de animação noturna, quer de festas temáticas para que os jovens possam usufruir de um Verão In Santarém. O espaço poderia ser dinamizado com voluntários, ou com jovens do concelho

que poderiam fazer ali algumas aulas, algum desporto, algumas caminhadas, algumas coisas que animassem a cidade e ali poderia ser o ponto de encontro da cidade durante o Verão. E o que acontece é que se passa pelas ruas de Santarém e se não há In Santarém, não há nada, está tudo out, está tudo em casa, não há nada. -----

--- As festas nas freguesias, o nosso In Freguesias, também vão animando as noites de Verão, mas Santarém precisa de mexer mais, precisa de estar mais in. -----

--- Senhor **Vereador José Augusto Santos – Um** – Referiu que no passado dia dezasseis fez quatro anos que a estrada nacional cento e catorze foi encerrada. Já fez uma visita à obra e tinha a expectativa que, nesta altura, a estrada já estivesse reaberta. -----

--- A questão das expropriações está a andar, mas, no entender do Partido Socialista, não são as expropriações junto às Portas do Sol e junto ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras que inviabilizam, nesta altura, a abertura da estrada. Portanto, questionou uma vez mais, se já existe data para a abertura da estrada porque não se pode deixar chegar o inverno com as obras por acabar, senão prolonga-se por mais um ano. -----

--- **Dois** – Salientou que, amanhã se comemora o aniversário da conquista de Ceuta que ocorreu a vinte e um de agosto de mil quatrocentos e quinze. Em dois mil e quinze, esta autarquia, comemorou esta efeméride, na igreja da Graça. Questionou se o túmulo do primeiro capitão de Ceuta, Dom Pedro de Meneses, que se venera nesse monumento, está devidamente preservado. -----

--- Ainda a propósito de navegadores ilustres, perguntou quando se pode visitar a última morada de Dom Duarte de Meneses, no Museu de São João de Alporão, uma vez que, ainda, em dois mil e dezoito, se está a celebrar o ano europeu do património cultural. Santarém é proprietária de três monumentos classificados como nacionais, a Fonte das Figueiras, a Torre das Cabaças e o Museu de São João do Alporão, em que o seu encerramento é da responsabilidade da autarquia que vai gastar setenta e cinco mil euros com uma empresa privada de projetos culturais, que nem é da região, e não gastou um cêntimo nas escadas de acesso à cobertura que estão uma lástima. Nem com as escadas, nem com a proteção das fundações, nem com a fixação das pedras, o que, alegadamente impede a abertura do museu. -----

--- Santarém tem monumentos, mas não os usa. É assim que Santarém pretende atrair turismo para esta cidade, questionou. -----

--- **Senhor Presidente – Um** – Referiu que, à semelhança de outros anos, este ano vai-se realizar o “Passeio dos Avós” com os idosos das juntas de freguesia. Já há muito tempo que o passeio dos avós não é feito com autocarros da Câmara. -----

--- Disse que no final do ano passado pensou-se adquirir um autocarro, mas por uma questão administrativa e daquilo que era necessário, chegou-se à conclusão de que seria importante que o autocarro tivesse outro tipo de características, nomeadamente uma plataforma para pessoas com mobilidade reduzida. Mudaram-se as características e vai-se lançar outro concurso no mês de setembro. O outro autocarro está a ser reparado. -----

--- Explicou que mesmo com os dois autocarros a funcionar, ter-se-ia, sempre que contratar, porque não seriam suficientes, tal como acontece no carnaval, e em outras atividades em que se trazem as crianças das juntas de freguesia à cidade.-----

--- **Dois** – Referiu que em Santarém existe um Gabinete de Apoio ao Investidor e um Espaço Empresa, que estão a funcionar muito bem e para o qual o senhor Vereador André Lopes deverá encaminhar as empresas que o contactam relativamente aos espaços para escritório.-----

--- O Espaço empresa está a funcionar muito bem e é o primeiro da Região, havendo só vinte no país. Mais de cinquenta por cento dos atendimentos que são feitos no Espaço empresa, são de empresas de concelhos à volta de Santarém. -----

--- Referiu, também, que a documentação solicitada irá ser facultada. -----

--- Salientou a publicação da Lei número cinquenta/dois mil e dezoito, que tem a ver com a delegação de competências para os municípios. Já leu e releu a Lei, não concorda com algumas coisas, mas acredita e confia no princípio da subsidiariedade que está previsto no artigo sexto da Constituição da República Portuguesa que refere que quem está mais próximo consegue fazer melhor. Referiu que um dos artigos dessa Lei cinquenta diz que os imóveis do Estado que não estejam em uso passam para os municípios, por exemplo, não sabe se os edifícios que estão na Estação Zootécnica Nacional e que não estão em uso passarão para o município.-----

--- Disse também ter sido contactado pela ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses que informou que não nos temos que pronunciar até quinze de setembro, mas sim, até final do ano. -----

--- Lamentou e disse que se pretende juntar a outros autarcas que consideram esta delegação pouco ambiciosa porque, em algumas das competências a delegar coloca os municípios, só em simples tarefeiros do Governo e não em executores que poderiam ser muito mais competentes que o Governo. Na sua opinião houve pouca audácia relativamente a este assunto, mas espera que, ainda, se possam reverter algumas dessas matérias. -----

--- **Três** – Sobre a gestão do Teatro Sá da Bandeira informou que não será uma gestão privada, será feita pelo Município de Santarém. É uma pessoa para trabalhar com o Município e com a equipa da cultura, para fazer a programação não só do Teatro Sá da Bandeira como também nos outros espaços e nas freguesias, bem como para criar mais atividade cultural no nosso concelho. -----

--- **Quatro** – Relativamente aos dados do Instituto Nacional de Estatística relativamente à população, disse que também os analisou e há algo que é preocupante quer a nível nacional quer a nível europeu, daí a questão do assunto sobre os migrantes ser tão atual. Sublinhou que o Município, do ponto de vista da atratividade das empresas, tem um regulamento que é bastante positivo. -----

--- Realçou que prevê baixar impostos municipais, no início de setembro. Disse que será presente em reunião proposta para baixar o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e a derrama, tornando o Município de Santarém mais competitivo. Acrescentou que se tudo correr bem, em dois mil e dezanove será mais ambicioso na baixa de impostos. -----

--- Referiu que do ponto de vista pendular, o Município de Santarém tem um saldo de mais de duas mil pessoas que, todos os dias, vêm trabalhar para o concelho e que não são de Santarém. -----

--- Considerou importante começar a fixar essas pessoas no Concelho. Sublinhou a entrada na Câmara de vários pedidos de novas construções e de reconstrução no Centro Histórico. Disse haver sinais positivos relativamente à construção de alguns loteamentos

que estavam há algum tempo parados e novos loteamentos. Disse ser um sinal de que existe procura relativamente no sentido da fixação de pessoas no concelho.-----

--- Referiu que, efetivamente, a questão demográfica é muito preocupante. Disse que Santarém tem vindo a perder população, assim como os concelhos vizinhos. Referiu que o País também tem perdido, mas não tanto, face aos saldos migratórios para os grandes espaços, nomeadamente, Lisboa, Porto e Braga, mas Santarém não tem essa possibilidade. -----

--- Informou que a seguir vai manter uma reunião sobre um grande investimento esperando que este tipo de investimentos e outros que têm vindo a ser anunciados sejam possíveis de capacitar a nossa região. -----

--- Disse também estar marcada uma reunião com o Instituto Politécnico de Santarém estando muito expectante relativamente ao novo conselho de administração. -----

--- Referiu que do ponto de vista do investimento e da atratividade das empresas o Instituto Politécnico de Santarém também é importante, bem como o NERSANT - Associação Empresarial da Região de Santarém.-----

--- Referiu também que a questão do Plano Diretor Municipal é fundamental, sobretudo nas freguesias rurais mas o plano municipal dá para quase cem mil habitantes no concelho, portanto, não é uma questão de Plano Diretor Municipal, é uma questão de construção. Na sua opinião a procura constante de habitação, que dantes era descontinuada e hoje é contínua poderá levar a essa inversão. -----

--- **Cinco** – Relativamente à questão que a senhora Vereadora Virgínia Esteves colocou, disse que o In Santarém tem vindo a crescer. Existem espetáculos com mais participação que outros, mas não se vão deixar de realizar porque são muito importantes. -----

--- Manifestou a sua satisfação pela participação verificada nos eventos das estátuas e dos três bairros.-----

--- Disse esperar que no início de setembro já se tenha o hi fi gratuito no Centro Histórico, e que no início do ano escolar as crianças circulem mais no Centro Histórico devido a terem acesso à internet gratuita.-----

--- **Seis** – Sobre a questão do Jardim da Liberdade, disse nunca ter falado na entidade

referida pela senhora Vereadora Virgínia, acrescentando que se está em conversações, mas houve um pequeno atraso num dos protocolos que estão a celebrar com outras entidades. Disse que não irá deixar eternizar o assunto. -----

--- **Sete** – No que se refere ao início do ano letivo referiu que a Escola Básica da Portela das Padeiras está em obras e a obra da escola do primeiro ciclo do ensino básico do Vale de Santarém também já foi, pela terceira vez, para a plataforma. Disse já estar concluído o projeto da requalificação da escola dos Amiais de Baixo, mas só vai ser lançado no início do ano para que a obra comesse no dia seguinte ao que terminar o período letivo. -

--- **Oito** – No que se refere à estrada nacional cento e catorze, disse que todos sabem que já se passaram quatro anos, mas recordou que não foram quatro anos a fazer obra.-----

--- Primeiro foi necessário angariar arranjar fundos para a obra porque não existiam, o que demorou mais de um ano. Depois, teve que se lançar o concurso, teve que ir a visto do Tribunal de Contas e tudo isso demora muito tempo. A obra está a decorrer há pouco mais de um ano. Tem alguns atrasos que nunca foram escondidos, vêm a reunião de Câmara e vão ao Tribunal de contas. -----

--- Relativamente à abertura daquele troço da estrada nacional cento e catorze, relembrou que a estrada não é da Câmara Municipal de Santarém. Neste caso, as expropriações não colidem com a abertura da estrada. A infraestrutura será concluída até final do mês de agosto e permitirá abrir a estrada, mas, após essa construção, serão elaborados os relatórios e enviados para o LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil, IP e para as Infraestruturas de Portugal e, a partir daí, o processo já não fica na mão da Câmara, será com os relatórios que o LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil, IP fizer para as Infraestruturas de Portugal e, depois para nós. -----

--- **Nove** – Referiu que D. Pedro está na Igreja da Graça, num túmulo que muita gente pensa que é de Pedro Álvares Cabral (que está numa campa rasa). Salientou o aniversário dos seiscentos anos de Dom Pedro de Meneses, provavelmente um herói, sendo ainda hoje estudado como é que conseguiu manter Ceuta durante tantos anos sob domínio português.-----

--- Recordou que aquando dos quinhentos anos do achamento do Brasil e das

comemorações que foram feitas a nível nacional e, também, com grande enfase, então, a entidade que hoje é a Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), fez um tratamento ao túmulo de Dom Pedro de Meneses e, esse tratamento que foi feito em mil novecentos e noventa e nove ao qual a Câmara foi alheia, não correu bem. Era um tratamento que era utilizado em França e que se julgava ser muito bom, mas não correu bem e o relevo que está no túmulo de Dom Pedro está-se a perder. Disse já ter mantido reuniões quer com os técnicos da autarquia quer com a Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) sobre o assunto e a única coisa que se poderia fazer era colocar o túmulo, durante muito tempo, dentro de um líquido para que a pedra consolidasse, mas, atualmente para retirar o túmulo, da forma como está, poder-se-ia perder todo o resto. Portanto, esta é a dificuldade e as resinas que foram utilizadas na altura para conservar o túmulo, deterioraram ainda mais a pedra. -----

--- **Dez** – No que se refere ao Museu de São João de Alporão, disse que tem mantido reuniões com a Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), ad eterno, existindo imensos relatórios da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC). Referiu que o município de Santarém tem cerca de oitocentos mil euros em fundos comunitários para recuperar o Museu de São João de Alporão, está no pacto com a Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT), assim como também tem para a igreja de Santa Iria da Ribeira de Santarém. O projeto está a ser elaborado, internamente, pelos técnicos da Câmara com a ajuda de técnicos da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) para se poder lançar o concurso para a sua recuperação. Explicou que aquilo que se pensava que iria ser o foco, que era a questão da pedra, já está a ser retirado porque não se sabe como ultrapassar a questão das deficiências da pedra que o Museu de São João de Alporão tem. O que se sugere é que em vez de se fazer a intervenção que estava pensada e que seria na fachada, se requalifique o telhado e os órgãos de drenagem e colocar redes para que as pedras que possam vir a cair não batam em ninguém, uma vez que não se consegue ultrapassar este problema. -----

--- Referiu que foi recomendado que se faça um estudo fotogramétrico e só existe uma ou duas empresas que fazem este tipo de estudo no país e vai-se contratar para fazer esse

estudo fotogramétrico para ser mais uma peça do projeto que estamos a lançar. Ainda estamos a lançar para projeto e depois ainda temos os tais setecentos mil euros para intervenção. Tem sensibilizado as várias entidades uma vez que o quadro comunitário vai até dois mil e vinte e um e será importante utilizarmos os fundos comunitários para este projeto. -----

--- Senhor **Vereador André Lopes – Um** – Disse haver tanta generosidade para esta empresa que vai assessorar na cultura e não gerir, pelo que questionou quem é que, afinal, vai gerir o Teatro Sá da Bandeira e o que é que esta empresa vai fazer, exatamente. Sublinhou que a Câmara tem uma equipa de cultura extensa que tem feito o In Santarém, com competência e, não percebe, exatamente, qual é a vocação desta empresa e a colaboração com a Câmara Municipal de Santarém. -----

--- **Dois** – Relativamente àquilo que o senhor Presidente disse em relação às empresas, referiu que o que se passa nos outros municípios não passa apenas por criar um gabinete que está aberto ao público e que é reativo, mas, trata-se, essencialmente, de ir à procura das empresas. E, se o município tem ido à procura das empresas, solicita informação sobre qual é o resultado dessa procura, porque no alinhamento dos pontos que se vão discutir a seguir, continua sem ver isenções de taxas para que uma nova empresa venha para Santarém ou para que se expanda, como por exemplo, a Hortomelão que, com bastante mérito e dificuldades, ao mesmo tempo se vai expandindo. Mas continua sem ver uma verdadeira atividade de promoção de Santarém no sentido de trazer estas empresas que vêm, por sua vez, criar emprego, idealmente, emprego melhor que é aquilo que no país se está a verificar, mas em Santarém, continua-se a passar ao lado do comboio do desenvolvimento económico e, reflexo disso, é sermos a segunda capital de distrito com casas mais baratas no país – o que é fantástico. -----

--- Portanto, na sua opinião, é preciso ir à procura de empresas, é preciso, também, criar espaços modernos para estas empresas. Disse ser bom que se utilize os fundos comunitários para fazer projetos de reabilitação do nosso extenso património arquitetónico e histórico, mas também é preciso pensar na nossa juventude e nos empregos que não são criados. -----

--- Disse que vê municípios que vão buscar dinheiro para financiar até oitenta e cinco por cento para criação de espaços modernos e de escritórios, porque é que o mesmo não acontece em Santarém e, acaba-se por ter a Escola Prática de Cavalaria abandonada e a cair, provavelmente, em mais de metade da sua extensão. -----

--- Referiu que este Executivo tem uma herança pesadíssima de dois mil e onze ou dois mil e doze, em que atingiu cento e dez milhões de euros em dívida e, agora, a única coisa que este executivo se habituou a saber fazer é não fazer grande coisa e reduzir a dívida, aumentar os impostos e ir abatendo, devagarinho no passivo e, isto, é praticamente a única coisa que se consegue dizer que este município vai fazendo que é o mesmo que uma empresa, uma massa falida, ir buscar uma equipa de gestão que vai apenas fazer a gestão de insolvência. Portanto, tivemos uma situação de quase insolvência e de resgate até dois mil e onze e parece, agora, que ainda estamos nessa fase, o que é um bocadinho triste. É preciso um novo momento nesta política e na imaginação deste executivo para ultrapassar. É preciso acordar um dia e dizer *vamos fazer algo por Santarém completamente diferente e transformar a nossa economia, vamos crescer, não só nas palavras, mas efetivamente*. -----

--- **Três** - Fica, também, com uma certa tristeza, o facto do líder político, Rui Rio, dizer coisas como *é preciso ter uma política de natalidade neste país*, o que é fantástico porque efetivamente é algo que todos devemos abraçar e refletir como é que podemos ter mais crianças em Portugal e, naturalmente, em Santarém, no entanto, na última reunião de Câmara, o senhor Presidente recusou-se a debater ou a refletir sobre esse assunto e, apenas, disse que as iniciativas que são tomadas noutros municípios têm pouco efeito. Considerou que se nós não se mostrar o caminho e se não se tiver um discurso político sobre este assunto, torna-se difícil que algo aconteça. Portanto, continua a lançar o desafio já lançado pelo senhor Vereador José Augusto Santos sobre este tema, o que acha ser muito importante, porque, para atrair pessoas é preciso criar emprego e ter, muitas vezes, uma política de natalidade. -----

--- **Quatro** – Salientou a forma como o Complexo Aquático funciona em Santarém, encontrando-se sempre repleto de pessoas. Referiu que no passado fim-de-semana era

inacreditável a quantidade de pessoas que lá estavam e, por um lado, felicitou a gestão deste espaço, que é feita com bastante vontade. Por outro lado, disse ser este tipo de iniciativas, que neste caso, foram tomadas pelos executivos dos Presidentes Noras e Rui Barreiro e, é preciso ter esta visão, novamente.-----

--- Disse continuar a desafiar o senhor Presidente, para que pense em grande e não apenas nas contas do dia-a-dia porque precisamos de ser capital, ter essa capitalidade que, de vez em quando, vamos ouvir falar, mas que, depois, vemos muito pouco na realidade. -----

--- **Senhor Presidente – Um** – Relativamente ao Teatro Sá da Bandeira, referiu que foi feito um concurso para a implementação de projeto artístico-cultural no concelho, onde a senhora Vereadora e todas as pessoas que trabalham na cultura serão parte desse mesmo projeto que passa pela formação, pela promoção, pela implementação de vários espetáculos culturais e que será um todo. Disse não ser novo e não perceber porque é que causa alguma estranheza, dado que já foi dito há algum tempo, que este concurso estava a decorrer, referindo-se toda a tramitação e montantes. -----

--- Referiu que tem reunido com empresas mas não vem para a reunião de Câmara dizer que reuniu com A, B ou C, porque, depois, o senhor Vereador vai fazer o mesmo que fizeram acerca da Generis, onde disseram Santarém perdeu para Rio Maior a Generis, mas, a Generis já estava para ir para Rio Maior, e, foi falar com a Generis, tal como o senhor Vereador Nuno Serra, para que a empresa viesse para Santarém e, estiveram balançados entre Santarém e Rio Maior e, por uma série de variáveis, alguma exógenas ao município de Santarém, foram para Rio Maior. E, a notícia foi que Santarém perdeu, mas, aqui, nunca tínhamos ganho porque, desde a primeira hora que estava em Rio Maior. -----

--- Sublinhou que se os senhores Vereadores Jorge Rodrigues e Nuno Serra, que têm algumas reuniões dessas, viessem aqui dizer que reuniram com a empresa A, B ou C e que não se concretizassem, iriam sempre dizer que não conseguiram A, não conseguiram B ou C. as empresas também pedem algum sigilo porque também estão a negociar com outras entidades. -----

--- Disse preferir ser criticado em reunião de Câmara, do que estar a colocar projetos em risco. -----

--- Sublinhou a importância de que as empresas que já estão sediadas em Santarém cresçam por terem sustentabilidade e, isso está a acontecer e as empresas que estão instaladas ainda estão a crescer muito mais. -----

--- Realçou o desemprego no concelho de Santarém que está muito abaixo daquilo que é a taxa de desemprego nacional. -----

--- Chamou também, a atenção para o facto de que reduziram a dívida, mas não têm aumentado os impostos e até prevê que se venham a baixar. -----

--- Quando o senhor Vereador refere que não se conseguem investimentos que outros concelhos conseguem no âmbito das zonas industriais, é necessário olhar para os mapeamentos onde alguns desses investimentos não podem ser feitos no concelho. -----

--- Referiu que, hoje, do ponto de vista financeiro, há possibilidade de sermos nós próprios a fazer e já disse à presidente do NERSANT - Associação Empresarial da Região de Santarém que, se houver investimentos que sejam prioritários no concelho, contem com o município de Santarém porque se for necessário um investimento de trezentos, quatrocentos ou quinhentos mil euros e se for relevante para o município de Santarém, o município tem essa capacidade financeira para o fazer, assim como o dizem a outras empresas, desde que haja um retorno efetivo ao nível do emprego e de outras variáveis para o concelho. -----

--- Declarou fazer coisas com rasgo e uma delas foi Santarém sair, da maneira como o fez, do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL). Sublinhou que hoje, se olha para os nossos balanços e para o consolidado e sabemos o que lá está efetivamente e, naquela tal gestão, que era a vossa, Partido Socialista, que nos levou à banca rota e, essa sim, é que levou ao arrasto dos municípios, porque, se nos lembrarmos, em dois mil e nove havia investimento em todo o lado com o Governo do Partido Socialista. Quando, em dois mil e cinco, chegámos à Câmara Municipal de Santarém, tínhamos um molho enorme de folhas, a dívida que estava e que tinha sido enviada ao tribunal de contas era de cinquenta e um milhões de euros, mas, na realidade existiam mais dezasseis milhões,

que, os primeiros orçamentos do Partido Social Democrata à frente da Câmara Municipal de Santarém tiveram que ir comportando, portanto, o tal aumento também deriva daí. ---

--- Afirmou que já não paga a trezentos e setenta e sete dias como era no tempo do Partido Socialista, paga a uma semana. O olhar para o futuro com otimismo está a ser feito de há um mês para cá, vamos crescer e vamos fazer coisas grandiosas. -----

--- Relembrou que no seu discurso de tomada de posse aquando da instalação da Câmara Municipal, no dia vinte e quatro de outubro de dois mil e dezassete, disse que iria fazer crescer Santarém e que nos íamos tornar numa das cidades que mais iriam crescer no nosso país e os que não acreditarem vão ficar ultrapassados pelos acontecimentos. As palavras foram estas, e é isso que vai acontecer. -----

--- **Dois** – O Partido Socialista fala sempre no Complexo Aquático e, fala muito bem, mas também posso falar da Loja do Cidadão, que também é um projeto e que tem milhares de atendimentos e é utilizado por milhares de pessoas inclusive de outros concelhos. Também temos o Espaço Empresa na Loja do Cidadão.-----

--- Existem opções e, nós podemos mostrar tudo o que fizemos nestes últimos anos, desde centros escolares, refeitórios escolares, parque escolar.-----

--- O projeto de Alcanede está a ser concluído e vai ser lançado, também se vai lançar o procedimento do Mercado Diário. -----

--- Senhor **Vereador Nuno Serra** – Afirmou que relativamente ao dinamismo económico, e dentro do distrito de Santarém, continuamos a ser o concelho onde mais crescem as empresas. Disse não estar a inventar e o senhor Vereador André Lopes pode ir ao Portal do Investidor e ver os dados do NERSANT - Associação Empresarial da Região de Santarém, ver os dados do Instituto Nacional de Estatística.-----

--- O Jornal nacional que lança o anuário das empresas, refere que nas cinquenta maiores empresas do distrito, vinte por cento são do concelho de Santarém e isso demonstra que existe aqui alguma capitalidade, em termos das empresas.-----

--- Disse que Santarém, efetivamente, tem que crescer.-----

--- O equipamento do Complexo Aquático e, que o senhor Vereador fala e muito bem, é um bom equipamento, é verdade e quando diz que é uma boa referência é porque traz

pessoas para lá. -----

--- Questionou sobre aquilo que foi feito e que traz milhares de pessoas, mas exponencia aquilo que foi feito no passado. Lembrou o que eram as festas da cidade de Santarém, com duas barracas no jardim e jogava-se à malha e à corda, eram coisas interessantes! Mas hoje em dia, trazem milhares de pessoas a Santarém e, se calhar, é tão comparável com esse equipamento, mas hoje estamos na procura e não podemos, até por uma questão de sigilo, estar a divulgar aquilo que são as empresas e o nosso trato com as empresas. -----

--- Referiu que, durante o mês de agosto manteve várias reuniões com empresas que se querem instalar em Santarém, e, isso, denota que há algum interesse em quererem vir para Santarém, mas, todo o caminho tem que ser feito de uma forma sustentável. -----

--- Como é que se vai fazer isso sem delinear primeiro uma nova expansão da zona industrial? E é um trabalho que está a ser feito, a zona industrial tem que se expandir e tem que se criar condições. Em junho mantiveram uma reunião com os empresários da zona industrial, onde se debateu o assunto porque, melhor que nós, são eles quem sabe o que Santarém precisa. Foi-lhes dado conhecimento dos regulamentos existentes na Câmara Municipal de Santarém e, muitos não os conheciam, tivemos esta dialética e no fundo, fomos construindo e estamos a construir aquilo que é esse passo que está a dizer.

--- Queremos trazer capitalidade para Santarém, capitalidade com empregos, mas com empregos estruturais, e que digam que é de inovação tecnológica, mas, não nos podemos esquecer dos outros. Mas também temos muita gente no concelho que não pode ter acesso a essa empresa e temos que ter espaço para eles trabalharem e como já temos uma taxa de desemprego, muito residual, no concelho – o que é bom –, temos que dar oportunidade de dar a todas essas empresas, que estão cá, de crescerem e que tem empregos, se calhar, menos qualificados, afirmou. -----

--- Disse que tem falado não só com o NERSANT - Associação Empresarial da Região de Santarém como também com outras entidades, e estão a trabalhar naquilo que já aqui referiu várias vezes, que achamos que a nossa estratégia deve ser dentro daquilo que é o agroalimentar, evoluído e com empregos de grande inovação tecnológica que no fundo,

consigam trazer aqui uma mais valia para o concelho e, muitas vezes, essas pessoas não empregam sessenta pessoas, empregam cinco, mas que causam algum impacto naquilo que é uma referência. -----

--- Gostou de o ouvir dizer que Santarém era a segunda capital de distrito com casas mais baratas, porque isso constitui uma oportunidade. -----

--- Veja o anuário que foi divulgado há um mês atrás de um grande semanário português, onde faziam a rentabilidade daquilo que era o investimento em imóveis e, Santarém é onde há rentabilidade porque hoje em dia há poucas pessoas a adquirir casas e quem investe e pode alugar, ganha dinheiro com isso, o que, para nós, também é importante. Não podemos desdenhar este tipo de investimento. Isto é um investidor! Porque são eles que vão recuperar casas velhas, são eles que constroem para depois arrendar. Isto é muito importante para a requalificação do espaço urbano que às vezes tem que ser feito, sublinhou.-----

--- Prosseguiu afirmando que se está neste caminho e não se está longe daquilo que o senhor Vereador André Lopes disse, mas não se consegue fazê-lo de um dia para o outro, portanto, estão-se a percorrer espaços e a valorizar Santarém para que as pessoas queiram vir para cá. -----

--- Sublinhou que para valorizar Santarém é preciso reconhecer que há um caminho para percorrer que é possível fazer se estiverem todos juntos, sem guerras nas reuniões do Executivo. Existem coisas boas em Santarém e existem coisas que é preciso melhorar. O caminho está a ser feito e espera poder expandir a área industrial, espera, nesse aspeto, ter boas surpresas nos próximos meses e, conseguir, como o senhor Presidente disse, em conjunto com o Instituto Politécnico de Santarém trazer alguma capilaridade em termos designadamente, de tecnologia para os empresários.-----

--- Senhor **Vereador André Lopes** – Lamentou que o senhor Vereador Nuno Serra não esteja a tempo inteiro, porque, de facto, estaria mais confiante de que as palavras se transformassem em atos e em resultados.-----

--- Disse não esperar que o senhor Presidente e o senhor Vereador revelassem o conteúdo de conversas que têm, no exercício de funções, com as empresas, mas gostaria

de participar em reuniões com propostas de aprovação de isenções, de incentivos para empresas que estivessem para se localizar no concelho, ou seja, o que lamenta é que não hajam mais resultados. -----

--- Referiu que o Partido Social Democrata diz sempre, com bastante orgulho, que o desemprego é baixo em Santarém, no entanto, é preciso desmistificar o que é que é este emprego baixo em Santarém, de cinco vírgula cinco por cento. Na sua opinião, o desemprego é baixo em Santarém por duas razões que são muito claras, a população está a reformar-se e os jovens estão a sair de Santarém e os que ficam, ficam porque muitas vezes não têm opções ou porque se resignam aos empregos que tem, como é possível ver nas estatísticas nacionais que deixam Santarém aquém de concelhos como Constância, Abrantes, e até Alpiarça. -----

--- Se dizemos que o desemprego é baixo, temos que ir ao cerne da questão, não podemos ficar pela rama, afirmou. -----

--- **Senhor Presidente** – Relativamente à questão do emprego não ser qualificado, sugeriu ao senhor Vereador que visite a ExpoAlcanede e que fale com os empresários e veja se não querem pessoas qualificadas, se não pagam bem e se não estão à procura de mão-de-obra qualificada e não qualificada e não conseguem. Sublinhou que na sua maioria, a mão de obra que querem é qualificada, designadamente a Fravizel ou a Olitrem pretendem engenheiros e não conseguem.-----

--- Referiu que no final do mês haverá uma reunião por causa do Programa Nacional de Investimentos Vinte –Trinta, sublinhando que, no seu entender, o Governo é a entidade, atualmente, mais responsável no País pelo não investimento. -----

--- Realçou que o desvio da Linha do Norte ou pelo menos a sua requalificação é importantíssima e o governo nem sequer pensa em fazer as pequenas obras. A Infraestruturas de Portugal não tem dinheiro, comprometeu-se que até ao final de julho lançava o concurso para a estrada nacional trezentos e sessenta e dois, entretanto disseram que enviavam o projeto para a Câmara lançar a obra, e depois, pagavam a parte da ligação às Assacaias, todavia já estamos no final de agosto e ainda nada se concretizou. -----

--- Sublinhou que os empresários estão a investir, os municípios estão a investir e o Governo está a negociar Orçamentos do Estado para ver se se mantêm no Governo mais algum tempo, o que é lamentável que aconteça. -----

--- Findo o período de “Antes da Ordem do Dia”, deu-se início ao “**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**”:-----

-----**LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES**-----

--- **DIVERSOS** -----

--- De **OLITREM - INDÚSTRIA DE REFRIGERAÇÃO, SA**, solicitando autorização para licenciamento de alterações e ampliação de uma unidade industrial destinada ao fabrico de artigos de refrigeração e anulação do espaço-canal, na Rua Armando Marecos, na Freguesia de Alcanede, deste Município. -----

--- Pela **Divisão de Planeamento e Urbanismo**, foi prestada a seguinte informação: ----

--- “Vem a firma requerente, Olitrem - Indústria de Refrigeração, SA., proceder ao licenciamento de alterações e ampliação de uma unidade industrial destinada ao fabrico de artigos de refrigeração, localizada na Rua Armando Marecos, Vale D'agua, freguesia de Alcanede. -----

--- UM) Antecedentes da atual pretensão:-----

--- A presente pretensão decorre numa parcela de terreno com oitenta e três mil seiscentos e cinquenta metros quadrados, tendo implantado na mesma, diversos edifícios objeto de processos de obras camarárias, nomeadamente: edifício fabril (autorizado através do processo de obras número zero um-mil novecentos e setenta e seis/duzentos e trinta e sete), edifício fabril, armazém e instalações sociais (autorizado através do processo de obras número zero um-dois mil e três/oitenta), armazém e cais (autorizado através do processo de obras número zero um-mil novecentos e noventa e nove/cento e vinte e seis e número zero um-dois mil e sete/setecentos e dezoito) e armazém de embalagem de cartão, depósito de isocianato e polioliol e depósito de combustível (autorizado através do processo de obras número zero um-dois mil e sete/setecentos e dezassete).-----

--- A firma requerente tem um processo a decorrer (zero um-dois mil e onze/sessenta e

sete), no âmbito do qual obteve a licença de construção número trinta/dois mil e dezoito, para os seguintes parâmetros urbanísticos (inclui fases um e dois): -----

--- Área total do terreno – oitenta e três mil seiscentos e cinquenta metros quadrados; ---

--- Área total de implantação – dezanove mil quatrocentos e noventa e cinco virgula quarenta e cinco metros quadrados; -----

--- Área total de construção – dezanove mil quinhentos e noventa e um virgula vinte e cinco metros quadrados.-----

--- DOIS) Descrição da atual pretensão: -----

--- Em função da evolução do mercado, a firma requerente pretende efetuar alterações relativamente ao anteriormente licenciado, nomeadamente a supressão de dois telheiros metálicos existentes na fachada principal da unidade industrial e a construção de um edifício (ampliação de pavilhão) para apoio à atividade.-----

--- São suprimidos cento e trinta e um virgula oito metros quadrados de telheiros/coberturas incluídos na área de implantação, sendo edificados duzentos e quarenta e oito virgula nove metros quadrados de telheiros/construções, dos quais sessenta e dois virgula quatro metros quadrados não serão contabilizados na área de implantação por serem constituídos por telheiros em consola. -----

--- Os parâmetros urbanísticos passam a ser os seguintes:-----

--- Área total do terreno – oitenta e três mil seiscentos e cinquenta metros quadrados; ---

--- Área total de implantação – dezanove mil quinhentos e cinquenta virgula dois metros quadrados;-----

--- Área total de construção – dezanove mil seiscentos e quarenta e seis metros quadrados.-----

--- TRÊS) Adequabilidade da pretensão face ao instrumento de gestão territorial aplicável, Plano Diretor Municipal de Santarém:-----

--- De acordo com o regulamento do Plano Diretor Municipal de Santarém a pretensão em causa está inserida em espaço agroflorestal, fora dos limites afetos à RAN (Reserva Agrícola Nacional) e à REN (Reserva Ecológica Nacional). -----

--- Relativamente ao quadro de compatibilidade de usos (anexo II do Plano Diretor

Municipal de Santarém) a atividade industrial é compatível com o espaço agroflorestal desde que a mesma seja enquadrável nas classes C e D. -----

--- Relativamente ao cumprimento dos índices urbanísticos em espaço-agroflorestal temos: -----

--- De acordo com o definido pelo Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente (D.G.U.A) em informação datada de doze de Maio de dois mil e três (informação número quinze/DGUA), com despacho camarário datado de dois de Junho de dois mil e três: “Sem prejuízo do disposto nos artigos sessenta e cinco e sessenta e seis do regulamento do PDM, nos espaços agroflorestais não integrados na RAN ou na REN, a Câmara Municipal poderá autorizar edificações destinadas exclusivamente a unidades industriais, armazéns ou outras edificações não habitacionais compatíveis com esses mesmos espaços em parcelas devidamente registadas, com área não inferior a três mil metros quadrados, obedecendo aos seguintes parâmetros urbanísticos: -----

--- a) Área máxima coberta: quinze por cento da área da parcela, sem exceder seis mil metros quadrados; -----

--- b) Área máxima de construção: vinte por cento da área da parcela, sem exceder oito mil metros quadrados; -----

--- c) Número máximo de pisos: dois; -----

--- d) Altura máxima das construções: sete virgula cinco metros.” -----

--- Em face do referido na citada informação verifica-se o seguinte, relativamente à presente pretensão: -----

--- Área total do terreno igual a oitenta e três mil seiscentos e cinquenta metros quadrados; -----

--- Área máxima de construção igual a dezanove mil seiscentos e quarenta e seis metros quadrados superior a zero virgula vinte vezes oitenta e três mil seiscentos e cinquenta metros quadrados igual a dezasseis mil setecentos e trinta metros quadrados, com um máximo de oito mil metros quadrados (não verifica); -----

--- Área máxima coberta igual a dezanove mil quinhentos e cinquenta virgula dois metros quadrados inferior a zero virgula quinze vezes oitenta e três mil seiscentos e

cinquenta metros quadrados igual a doze mil quinhentos e quarenta e sete virgula cinco metros quadrados, com um máximo de seis mil metros quadrados (não verifica); -----

--- Altura máxima da construção igual a sete virgula quatro metros inferior a sete virgula cinco metros (verifica);-----

--- Por conseguinte verifica-se o incumprimento do disposto na informação técnica número quinze/DGUA.-----

--- Relativamente à não conformidade com o citado documento, verifica-se que a pretensão já foi aprovada anteriormente excedendo os parâmetros urbanísticos referenciados no mesmo, obedecendo à primazia do Plano Diretor Municipal de Santarém enquanto instrumento de gestão territorial e dado que o mesmo admite a compatibilidade do uso (indústria de classes C e D) com a classe de espaço em apreço, agroflorestal (fora da RAN e da REN) não sendo, no entanto, referenciados quaisquer parâmetros urbanísticos limitadores da atividade em questão, tratando-se assim de uma questão de omissão da regulamentação da atividade no referido plano, que não deverá prejudicar a entidade promotora.-----

--- Aceitando como desejável o princípio de que as áreas agroflorestais não sejam transformadas em áreas industriais, de acordo com a diretriz expressa na Resolução do Conselho de Ministros (RCM) número sessenta e quatro-A/dois mil e nove, de seis de agosto (PROT-OVT) referente à qualificação do solo rural, se deve restringir à instalação de estabelecimentos industriais novos e nunca a situações existentes em que a restrição da ampliação das instalações existentes possa pôr em causa o bom funcionamento e o desenvolvimento da empresa. -----

--- Tendo em consideração o exposto, o Chefe de Divisão informou que “as questões do PDM, índices de implantação, serão objeto de deliberação camarária, nos termos de anteriores procedimentos”. -----

--- Quatro) Entidades consultadas: -----

--- a) Os Bombeiros Municipais de Santarém validaram a pretensão tendo em conta o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (aprovado pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, em vinte e sete de junho de dois mil e

dezasseis);-----

--- b) Em face da inserção da pretensão em espaço canal rodoviário, foi solicitado parecer ao setor de planeamento da DPU, que se pronunciou nos seguintes termos:-----

--- “A pretensão encontra-se totalmente inserida em área de Espaço Canal Rodoviário de uma via proposta no PDM em vigor. -----

--- De acordo com a deliberação e câmara de um de agosto do dois mil e onze, concordou-se com a proposta de anulação de todos os espaços canais de vias previstas no PDM cuja execução, após análise pela ex - DPO, fosse considerada reconhecidamente inviável no quadro de execução do PDM em vigor, ficando este entendimento sempre sujeito a deliberação camarária. -----

--- Assim sendo, da análise da via em questão, tendo por base os trabalhos já desenvolvidos no âmbito da Revisão do PDM, prevê-se a anulação desta via. -----

--- Face ao exposto, considera-se que possa ser anulado o espaço-canal em análise, ficando este entendimento sujeito a deliberação do executivo camarário, tal como mencionado anteriormente” -----

--- Conclusão: -----

--- Face ao exposto considera-se que a presente passa a reunir condições de deferimento nas condições referenciadas na presente informação técnica.” -----

--- Ainda pela **Divisão de Planeamento e Urbanismo**, foi prestada a seguinte informação: -----

--- “A pretensão encontra-se totalmente inserida em área de Espaço Canal Rodoviário de uma via proposta no PDM em vigor. -----

--- De acordo com a deliberação de câmara de um de agosto do dois mil e onze, concordou-se com a proposta de anulação de todos os espaços canais de vias previstas no PDM cuja execução, após análise pela ex-DPO, fosse considerada reconhecidamente inviável no quadro de execução do PDM em vigor, ficando este entendimento sempre sujeito a deliberação camarária. -----

--- Assim sendo, da análise da via em questão, tendo por base os trabalhos já desenvolvidos no âmbito da Revisão do PDM, prevê-se a anulação desta via. -----

--- Face ao exposto, considera-se que possa ser anulado o espaço-canal em análise, ficando este entendimento sujeito a deliberação do executivo camarário, tal como mencionado anteriormente. -----

--- Conclusão: -----

--- Face ao exposto considera-se que a presente passa a reunir condições de deferimento nas condições referenciadas na presente informação técnica.” -----

--- Também pelo **Chefe da Divisão de Planeamento e Urbanismo**, foi informado o seguinte: -----

--- “UM - Nos termos sustentados na informação técnica, será necessário remeter a decisão do executivo, validação da possibilidade de aprovação da pretensão, nos termos já equacionados na deliberação de vinte e um de abril de dois mil e catorze, reconhecendo-se a necessidade de adequar e complementar a deliberação de dois de junho de dois mil e três, que determinou os parâmetros urbanísticos não previstos no regulamento do PDM, para atividades industriais a instalar/ampliar/legalizar. -----

--- Considerando que: -----

--- a) Área máxima de construção total dezasseis mil setecentos e trinta metros quadrados superior a oito mil metros quadrados (limite preconizado na deliberação de dois de junho de dois mil e três) -----

--- b) Área máxima coberta, total doze mil quinhentos e quarenta e sete virgula cinco metros quadrados superior a seis mil metros quadrados (limite preconizado na deliberação dois de junho de dois mil e três)-----

--- c) A solução em apreço representa, genericamente, um incremento de duzentos e três metros quadrados e a substituição de telheiro com cento e nove metros quadrados, por outro de cinquenta e seis virgula quinze metros quadrados; -----

--- d) A unidade industrial encontra-se em expansão, detendo dimensão e capacidade produtiva potenciadora da economia local/nacional, de relevante interesse para o concelho, devendo adquirir competência necessária à classificação de espaço industrial/atividade económica, no Plano Diretor Municipal - PDM (em revisão); -----

--- e) A edificação a realizar, é essencialmente área para armazenamento, essencial ao

funcionamento da unidade industrial e à prossecução da capacidade produtiva, eficácia e processamento do produto acabado. -----

--- Proponho que se delibere pela aplicação do regime de exceção já anteriormente consagrado na deliberação de vinte e um de abril de dois mil e catorze, bem como a anulação do Espaço Canal Rodoviário de uma via proposta no PDM em vigor (nos termos preconizados pelo Serviço de Planeamento, informação de três de agosto de dois mil e dezoito), permitindo a posterior aprovação do projeto de arquitetura. -----

--- DOIS - Posteriormente, considera-se que pode ser deferido o projeto de arquitetura, de acordo com informação técnica e nos termos do número um do artigo vinte do Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco/noventa e nove de dezasseis de dezembro alterado e republicado pelo Decreto-Lei número cento e trinta e seis/dois mil e catorze de nove de setembro. -----

--- O licenciamento final fica condicionado à apresentação e aprovação dos projetos das especialidades constantes no número dezasseis, do anexo I da Portaria número cento e treze/dois mil e quinze de vinte e dois de abril.” -----

--- O senhor **Diretor do Departamento Técnico e Gestão Territorial** manifestou a sua concordância com o proposto pelo Chefe de Divisão de Planeamento e Urbanismo, tendo informado o seguinte. -----

--- “À consideração do Sr. Presidente, a aplicação do regime de exceção referido, (anteriormente considerado na deliberação de vinte e um de abril de dois mil e catorze), e anulação do Espaço Canal Rodoviário de uma via proposta no PDM, nos termos identificados, para posterior aprovação do projeto de arquitetura, carecendo a decisão de deliberação do Executivo Municipal. -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar o licenciamento de alterações e ampliação de uma unidade industrial destinada ao fabrico de artigos de refrigeração e a anulação do espaço-canal, na Rua Armando Marecos, na Freguesia de Alcanede, de acordo com as informações técnicas emitidas. -----

--- De **ANA PAULA LOPES FAUSTINO DOS REIS**, solicitando autorização para construção de moradia unifamiliar, anexo e muro de vedação, na Quinta das Claras

número catorze, na União das Freguesias da Cidade de Santarém, deste Município. -----

--- Pela **Divisão de Planeamento e Urbanismo**, foi prestada a seguinte informação: ---

--- “Pretende o requerente construir uma moradia unifamiliar, anexo e muro de vedação, no lote número catorze, da Urbanização Quinta dos Claras, Jardim de Baixo, da união de freguesias desta cidade, registado em nome de Sociedade Agrícola da Cortiça, Limitada e Negréus-Imóveis e Comércio, Limitada, com alvará número zero um/dois mil e dez e aditamento zero dois/dois mil e doze. -----

--- Da análise à proposta do requerente, verifica-se o seguinte: -----

--- UM. Conformidade com o Alvará de loteamento -----

designação	un.	observações	admissível	proposta
construção principal - lote 14				
utilização			habitação	habitação
área de implantação	m²	a)	120.00	123.00
área de construção	m²	b)	192.00	123.00
afastamento anterior	m	b)	---	---
afastamentos laterais	m	b)	---	---
afastamento posterior	m	b)	---	---
fogos	un.		1	1
pisos	un.		2	1
cércea	m	b)	---	2.95
cota de soleira	m	b)	---	---
localização do estacionamento			gar. e lograd.	gar. e lograd.
n.º de lugares de estacionamento	lug.			
construção anexa				
utilização			garagem	garagem
localização		b)	---	---
área de implantação	m²		30.00	30.00
pisos	un.		1	1
muro de vedação				
afastamento ao eixo da via	m	a)	---	---
altura confinante com a via	m		1,00+0,50	1,00+0,50

--- a) Área enquadrada no número oito do artigo vinte e sete do RJUE-Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação; -----

--- b) De acordo com a planta de síntese. -----

--- A proposta apresentada pela requerente apresenta um excedente na área de implantação de cerca de três metros quadrados em relação ao aprovado no alvará de

loteamento.-----

--- De acordo com o número oito do artigo vinte e sete do RJUE-Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, admite-se uma variação nas áreas de implantação e de construção de três por cento, desde que se observem os parâmetros urbanísticos ou utilizações constantes de plano municipal ou intermunicipal de ordenamento do território, são aprovadas por simples deliberação da Câmara municipal, com dispensa de quaisquer outras formalidades, sem prejuízo das demais disposições legais.-----

--- Da consulta ao loteamento, nomeadamente a informação do engenheiro João Paulo Coelho de onze de maio de dois mil e dezassete, constata-se o seguinte:-----

--- regulamento do PDM-----

designação		fator	admissível	proposta
coeficiente de afetação do solo - CAS – Z2	m²	< 0,40	12.985,23	4.521,00
coeficiente de ocupação do solo - COS – Z2	m²	< 0,70	16.231,54	9.644,54

--- Com esse acréscimo de área, o loteamento passa a ter as seguintes áreas: -----

--- Área de Implantação – quatro mil quinhentos e vinte e um metros quadrados mais três metros quadrados igual a quatro mil quinhentos e vinte e quatro metros quadrados (inferior a doze mil novecentos e oitenta e cinco virgula vinte e três metros quadrados)--

--- Área de construção – nove mil seiscentos e quarenta e quatro metros quadrados mais três metros quadrados igual a nove mil seiscentos e quarenta e sete virgula cinquenta e quatro metros quadrados (inferior a dezasseis mil duzentos e trinta e um virgula cinquenta e quatro metros quadrados)-----

--- DOIS. Conformidade com o Decreto-Lei número cento e sessenta e três/dois mil e seis, de oito de agosto -----

--- Relativamente ao Decreto-Lei número cento e sessenta e três/dois mil e seis, de oito de agosto, foi apresentado um plano de acessibilidades que demonstra o cumprimento da referida Lei. -----

--- TRÊS. Pareceres/Entidades a consultar-----

--- Foi apresentada a ficha de segurança contra incêndios, a qual carece de parecer dos Bombeiros Municipais.-----

--- Deverá ser solicitado o parecer dos Bombeiros Municipais, referente à ficha de

segurança contra incêndios. -----

--- QUATRO. Outros -----

--- Deverá suprimir as deficiências verificadas na folha de saneamento liminar. -----

--- CINCO. Conclusão -----

--- De acordo com o saneamento, o pedido deverá ser completado, nos termos do disposto no número dois do artigo onze do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação - RJUE.”-----

--- Ainda pela **Divisão de Planeamento e Urbanismo**, foi prestada a seguinte informação: -----

--- “Vem a requerente apresentar documentos solicitados em informação anterior deste serviço, referentes ao pedido de licenciamento de uma moradia unifamiliar, anexo e muro de vedação.-----

--- Da consulta aos documentos entregues verifica-se que foi dado cumprimento ao solicitado. -----

--- Verificou-se ainda, que foi emitido o parecer dos Bombeiros Municipais referente à ficha de segurança contra incêndios, sendo o mesmo favorável.-----

--- Face ao exposto, atualmente julga-se estarem reunidas as condições para a aprovação do presente projeto de arquitetura.-----

--- De acordo com a informação técnica de trinta de maio de dois mil e dezoito, a aprovação do presente projeto de arquitetura, deverá em conformidade com o exposto no número oito do artigo vinte e sete do RJUE Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, ser sujeita a deliberação camarária.”-----

--- Também pelo **Chefe da Divisão de Planeamento e Urbanismo**, foi informado o seguinte: -----

--- “UM- Visto. Concordo. -----

--- Considerando a avaliação/enquadramento e proposta das informações técnicas de trinta de maio dois mil e dezoito e nove de julho de dois mil e dezoito, proponho deliberação camarária favorável, nos termos do possibilitado no número oito do artigo vinte e sete do RJUE-Regime Jurídico da Urbanização, Decreto Lei número quinhentos e

cinquenta e cinco/noventa e nove de dezasseis de dezembro, na redação do Decreto Lei número cento e trinta e seis/dois mil e catorze de nove de setembro, da Alteração à Licença de Loteamento (regime simplificado), cujos promotores são a Sociedade Agrícola da Cortiça, Limitada e Negréus-Imóveis e Comércio Limitada, com alvará número zero um/dois mil e dez e aditamento zero dois/dois mil e doze. -----

--- DOIS- Após o acima deliberado, considera-se que pode ser deferido o projeto de arquitetura, de acordo com as informações técnicas e nos termos do número um do artigo vinte do Decreto Lei número quinhentos e cinquenta e cinco/noventa e nove de dezasseis de dezembro alterado e republicado pelo Decreto-Lei número cento e trinta e seis/dois mil e catorze de nove de setembro. -----

-- O licenciamento final, fica condicionado à apresentação e aprovação dos projetos das especialidades constantes no número dezasseis, do anexo Um da Portaria número cento e treze/dois mil e quinze de vinte e dois de abril.” -----

--- O senhor **Diretor do Departamento Técnico e Gestão Territorial** manifestou a sua concordância com o proposto pelo Chefe de Divisão de Planeamento e Urbanismo. -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a alteração à licença de loteamento (regime simplificado), cujos promotores são a Sociedade Agrícola da Cortiça, Limitada e Negréus-Imóveis e Comércio Limitada, com alvará número zero um/dois mil e dez e aditamento zero dois/dois mil e doze, sita na Quinta das Claras número catorze, na União das Freguesias da Cidade de Santarém, de acordo com as informações técnicas emitidas.

--- De **HORTOMELÃO - PRODUTOS HORTÍCOLAS E FRUTAS, LIMITADA**, solicitando autorização para construção de Pavilhão Três (câmara frigorífica) e Pavilhão Quatro (armazém), na Rua da Liberdade, número cento e dezassete - Verdelho, na União das Freguesias de Achete, Azoia de Baixo e Póvoa de Santarém, deste Município. -----

--- Pela **Divisão de Planeamento e Urbanismo**, foi prestada a seguinte informação: ----

--- “A presente proposta refere-se ao licenciamento de obras tendentes à construção de dois pavilhões, identificados como “Pavilhão Três” (destinado a câmara frigorífica) e “Pavilhão Quatro” (destinado a armazém), a levar a efeito em dois prédios situados junto à Rua da Liberdade, no Verdelho. -----

--- O atual licenciamento tem por base a economia processual associada ao Processo de Obras número zero um-dois mil e dezassete/dezoito – ao abrigo do referido processo, após a análise técnica da pretensão então apresentada (gerou a emissão de informação técnica desfavorável), a firma requerente não deu prossecução ao licenciamento. -----

--- UM. Antecedentes processuais relacionados com os prédios objeto da pretensão; ----

--- De acordo com a informação recolhida, verifica-se a existência dos seguintes antecedentes processuais relacionados com as construções existentes: -----

--- - Processo de Obras número zero um - dois mil e onze/trezentos e trinta e três, em nome de Carlos Ferreira - Produtos Hortícolas e Frutos, Limitada, referente ao licenciamento/legalização de “armazém e instalações de apoio” – tem autorização de utilização número mil quatrocentos e quarenta e seis/dois mil e doze, emitida em trinta de abril de dois mil e doze, referente a “Armazém de produtos hortícolas e frutos”; -----

--- - Processo de Obras número zero um - dois mil e doze/cento e setenta e quatro, em nome de Carlos Ferreira - Produtos Hortícolas e Frutos, Limitada, referente ao licenciamento/legalização de “instalações” – tem autorização de utilização número cento e setenta e nove/dois mil e quinze, emitida em onze de maio de dois mil e quinze, referente a “Armazém/preparação e embalagem de produtos hortícolas”;-----

--- - No prédio localizado a norte, verifica-se a existência do Processo número zero cinco-dois mil e treze/cento e quarenta e sete, em nome de Carlos Ferreira - Produtos Hortícolas e Frutos, Limitada, referente a pedido de obras isentas para instalação de estufas.-----

--- Relativamente às construções existentes nos prédios em causa, de acordo com a consulta dos processos de licenciamento anteriormente referidos, verifica-se o seguinte:

--- - No âmbito do Processo de Obras número zero um-dois mil e onze/trezentos e trinta e três, foi licenciado/legalizado uma parte da construção destinada a armazenagem, preparação e embalamento de produtos hortícolas e frutos – a aprovação do projeto de arquitetura teve em consideração o previsto pela Informação número quinze/dois mil e três, do então Diretor do DGUA, aprovada na Reunião Camarária de dois de junho de dois mil e três; -----

--- - Posteriormente, ao abrigo do Processo de Obras número zero um-dois mil e doze/cento e setenta e quatro, foram licenciadas/legalizadas as restantes construções existentes – a aprovação do projeto de arquitetura teve por base a deliberação do Executivo Municipal, datada de vinte e um de abril de dois mil e catorze, que alterou o deliberado em Reunião de Câmara de dois de junho de dois mil e três.-----

--- DOIS. Descrição da pretensão; -----

--- Conforme referido inicialmente, a pretensão visa o licenciamento de duas edificações - “Pavilhão Três” (destinado a câmara frigorífica) e “Pavilhão Quatro” (destinado a armazém). -----

--- Considerando os elementos apresentados no âmbito do presente processo e ao abrigo do Processo de Obras número zero um-dois mil e dezassete/dezoito (tem por base a economia processual apresentada no presente processo), a proposta apresenta as seguintes características genéricas: -----

--- - área total dos prédios (urbanos e rústicos): quarenta e um mil novecentos e noventa e quatro metros quadrados; -----

--- - área total de construção das edificações existentes: sete mil quinhentos e vinte e um virgula seis metros quadrados -----

--- - área coberta das edificações existentes: sete mil duzentos e oitenta e oito metros quadrados;-----

--- - área de construção das edificações propostas (“armazém” e “câmara frigorífica”): seiscentos e sessenta e cinco virgula oito metros quadrados; -----

--- - área coberta das edificações propostas (“armazém” e “câmara frigorífica”): seiscentos e sessenta e cinco virgula oito metros quadrados; -----

--- - número de pisos propostos: um;-----

--- - altura máxima das construções propostas: dez virgula sete metros; -----

--- - área coberta total: sete mil novecentos e cinquenta e três virgula oito metros quadrados;-----

--- - área de construção total: oito mil cento e oitenta e sete virgula quatro metros quadrados.-----

--- (Nota: Nas áreas anteriores descritas não se teve em consideração a área ocupada pelas estufas – tratando-se de uma obra isenta, não se considera como área coberta/área bruta de construção) -----

--- TRÊS. Enquadramento da pretensão com o Regulamento do Plano Diretor Municipal (PDM) de Santarém;-----

--- De acordo com o portal websig da Autarquia, relativamente ao previsto pelo Regulamento do PDM de Santarém, constata-se que as edificações em causa se inserem em zona com a classe de Espaço Agroflorestal. -----

--- Face ao exposto, importa verificar o enquadramento da pretensão nos termos do previsto pelo número três do artigo sessenta e sete do Regulamento do PDM e de acordo com o exposto na Informação número quinze/dois mil e três, do então Diretor do DGUA (aprovada na Reunião Camarária de dois de junho de dois mil e três) - importa salientar que, de acordo com o definido pelo então denominado Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente (DGUA), na informação datada de doze de maio de dois mil e três, aprovado em Reunião Camarária em dois de junho de dois mil e três, encontra-se expresso que: -----

--- “Sem prejuízo do disposto nos artigos sessenta e cinco e sessenta e seis do regulamento do PDM, nos espaços agroflorestais não integrados na RAN ou na REN, a Câmara Municipal poderá autorizar edificações destinadas exclusivamente a unidades industriais, armazéns ou outras edificações não habitacionais compatíveis com esses mesmos espaços em parcelas devidamente registadas, com área não inferior a três mil metros quadrados, obedecendo aos seguintes parâmetros urbanísticos:-----

--- a) Área máxima coberta: quinze por cento da área da parcela, sem exceder seis mil metros quadrados;-----

--- b) Área máxima de construção: vinte por cento da área da parcela, sem exceder oito mil metros quadrados; -----

--- c) Número máximo de pisos: dois; -----

--- d) Altura máxima das construções: sete virgula cinco metros.”-----

QUADRO

ATA N.º 16
Mandato 2017-2021
Reunião de 20 de agosto de 2018

Área do terreno	De acordo com a certidão CRP (m2)	Área mínima admissível (m2)	Verificação
	41.994	3.000	Verifica
Área coberta	Proposta (m2)	Área máxima admissível (m2)	
		15% da área do terreno	
	7.953.80	6.000.00	Não Verifica
Área de construção	Proposta (m2)	Área máxima admissível (m2)	
		20% da área do terreno	
	8.187.40	8.000.00	Não Verifica
Nº de pisos	Proposta	Nº máximo de pisos admissíveis	
	1	2	
Altura máxima das construções	Proposta (m)	Altura máxima admissível (m)	
	10.70	7.50	
			Não Verifica

--- Face à verificação efetuada no quadro anterior, constata-se que a proposta não dá cumprimento ao definido pelo instrumento de planeamento urbanístico em análise e, em particular, ao exposto na informação que define as regras a adotar nos espaços agroflorestais para edificações com uso não habitacional. -----

--- Pese a verificação anteriormente efetuada, atendendo ao entendimento tido no âmbito do Processo de Obras número zero um-dois mil e doze/cento e setenta e quatro, através do qual foram licenciadas/legalizadas construções integrantes da presente exploração tendo por base uma alteração da deliberação do Executivo Municipal de dois de junho de dois mil e três (conforme já referido na presente informação técnica, a Reunião de Câmara que alterou a anterior deliberação Camarária ocorreu em vinte e um de abril de dois mil e catorze), deixa-se à consideração superior diferente entendimento sobre a presente proposta de não aprovação da pretensão. -----

--- Em face das características do uso da construção - apoio ao desenvolvimento de atividade agrícola, verifica-se que a pretensão se enquadra no quadro de compatibilidades de usos do Anexo II do instrumento de planeamento em análise, verificando-se a compatibilidade da atividade (agricultura) com aquela categoria de espaços. -----

--- Considerando igualmente o previsto pelo portal do websig, relativamente ainda ao consagrado pelo instrumento de planeamento em análise, constata-se que o local indicado para implantação dos pavilhões propostos (destinados a câmara frigorífica e a

armazém) possuem as seguintes condicionantes: existência de linha de água e existência de cabos de baixa e alta tensão. -----

--- QUATRO. Pareceres a solicitar – caso possam ser alterados, relativamente ao Regulamento do PDM de Santarém, os pressupostos de análise da pretensão; -----

--- Relativamente às condicionantes associadas ao local, definidas pelo Regulamento do PDM de Santarém, caso possa ser superiormente entendida a possibilidade da pretensão ser passível de aprovação, a proposta deverá ser alvo de parecer das seguintes entidades:

--- - Agência Portuguesa do Ambiente – em face da existência da linha de água no terreno; -----

--- - EDP – em face do local da pretensão ser atravessado por “cabos de alimentação de baixa e alta tensão”.-----

--- CINCO. Conclusão; -----

--- Face ao exposto na presente informação técnica, em consonância com a análise técnica da proposta apresentada ao abrigo do Processo de Obras número zero um-dois mil e dezassete/dezoito, considerando o determinado pelo Regulamento do PDM de Santarém para o local em causa e em face do igualmente previsto pela Informação número quinze/dois mil e três, do então Diretor do DGUA (aprovada na Reunião Camarária de dois de junho de dois mil e três) - define as regras a adotar nos espaços agroflorestais para edificações com uso não habitacional, entende-se que a pretensão não reúne condições de aprovação.-----

--- Pese o atual entendimento técnico, atendendo ao procedimento tido no âmbito do Processo de Obras número zero um-dois mil e doze/cento e setenta e quatro, através do qual foram licenciadas/legalizadas construções integrantes da presente exploração tendo por base a deliberação do Executivo Municipal de vinte e um de abril de dois mil e catorze (esta deliberação do Executivo Municipal alterou a deliberação de dois de junho de dois mil e três), conforme expresso na presente informação, deixa-se à consideração superior diferente entendimento sobre a presente proposta de não aprovação da pretensão.” -----

--- Também pelo **Chefe da Divisão de Planeamento e Urbanismo**, foi informado o

seguinte: -----

--- “Nos termos determinados pelo Senhor Diretor do Departamento Técnico e Gestão Territorial - DTGT, emite-se o seguinte parecer: -----

--- Nos termos sustentados na informação técnica, será necessário remeter a decisão do executivo, validação da possibilidade de aprovação da pretensão, nos termos já equacionados na deliberação vinte e um de abril de dois mil e catorze, reconhecendo-se a necessidade de adequar e complementar a deliberação de dois de junho de dois mil e três, que determinou os parâmetros urbanísticos não previsto no regulamento do PDM, para atividades industriais a instalar. -----

--- Considerando que: -----

--- UM - A desconformidade com a deliberação de dois de junho de dois mil e três, corresponde ao incremento da área coberta (sete mil novecentos e cinquenta e três virgula oito metros quadrados superior a seis mil metros quadrados), área de construção (oito mil cento e oitenta e sete virgula quatro metros quadrados superior a oito mil metros quadrados) e altura da construção (dez virgula sete metros superior a sete virgula cinco metros);-----

--- DOIS- O terreno (propriedades agregadas) detém quarenta e um mil novecentos e noventa e quatro metros quadrados; -----

--- TRÊS- As edificações a realizar, são essencialmente áreas técnicas e armazenamento, essencial ao funcionamento da unidade industrial e à prossecução da capacidade produtiva e eficácia no processamento do produto, na área do agroalimentar. -----

--- Proponho que se delibere pela aplicação do regime de exceção já anteriormente consagrado na deliberação de vinte e um de abril de dois mil e catorze, permitindo a posterior aprovação do projeto de arquitetura, após obtenção de parecer favorável da APA (parte do armazém, na servidão do domínio público hídrico). -----

--- Nota: despiciente consultar a REN, porque a edificação existente já se encontra no caminho da linha de média tensão, apenas se deverá garantir, que o plano de segurança da obra, integra e garanta as condições de segurança necessárias à sua realização, nestas circunstancias específicas). Condição da decisão na aprovação da arquitetura/projeto

final.” -----

--- O senhor **Diretor do Departamento Técnico e Gestão Territorial** manifestou a sua concordância com o proposto pelo Chefe de Divisão de Planeamento e Urbanismo. -----

--- A Câmara deliberou por unanimidade, autorizar a construção de Pavilhão Três (câmara frigorífica) e Pavilhão Quatro (armazém), sita na Rua da Liberdade, número cento e dezassete, Verdelho, na União de Freguesias de Achete, Azoia de Baixo e Póvoa de Santarém, de acordo com as informações técnicas emitidas.-----

--- De **RICARDOS & SILVÉRIO, LIMITADA**, solicitando autorização para construção de moradia unifamiliar e muro de vedação, na Rua Manuel Lousada Rodrigues número sete, na União das Freguesias da Cidade de Santarém, deste Município. -----

--- Pela **Divisão de Planeamento e Urbanismo**, foi prestada a seguinte informação: ----

--- “Pretende o requerente construir uma moradia unifamiliar e muro de vedação, no lote número sete, do loteamento sito em Quinta da Junqueira – Chã da Solapa, Casal das Figueiras, da união de freguesias desta cidade, com alvará número um/dois mil e sete e aditamento quatro/dois mil e doze. -----

--- Da análise à proposta do requerente, verifica-se o seguinte: -----

--- UM. Conformidade com o Alvará de loteamento -----

designação	un.	observações	admissível	proposta
construção principal - lote 7				
utilização			habitação	habitação
área de implantação	m²	a)	106,00	109,00
área de construção	m²	a)	218,50	219,00
afastamento anterior	m		3,35	3,35
afastamentos laterais	m		----	----
afastamento posterior	m		3,45	4.20
fogos	un		1	1
pisos	un		2	2
cércea	m		omisso	5.78
cota de soleira	m		omisso	omisso
localização do estacionamento			garagem	garagem
n.º de lugares de estacionamento	lug.		2	2
muro de vedação				
afastamento ao eixo da via			b)	b)
altura confinante com a via			1,60	1,60

--- a) Área enquadrada no número oito do artigo vinte e sete do RJUE-Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação; -----

--- b) De acordo com a planta de síntese.-----

--- O loteamento onde se encontra inserida a pretensão do requerente apresenta incongruências entre as partes escritas e desenhadas, nomeadamente nas áreas de implantação e de construção admissíveis, assim como nos polígonos a cumprir.-----

--- De acordo com a consulta ao processo do loteamento, verifica-se que foi efetuado um aditamento ao alvará de loteamento (quatro/dois mil e doze). Na informação que conduziu ao referido aditamento, realizada em dezassete de maio de dois mil e nove pelo arquiteto Filipe Tomás Rafael, foram indicadas as áreas de implantação e de construção admissíveis e posteriormente aprovadas através da deliberação camarária de trinta e um de agosto de dois mil e nove. -----

--- A proposta apresentada pelo requerente apresenta um excedente na área de implantação de cerca de três metros quadrados e na área de construção cerca de cinquenta centímetros quadrados em relação ao aprovado no alvará de loteamento.-----

--- De acordo com o número oito do artigo vinte e sete do RJUE-Regime Jurídico da Urbanização e da edificação, admite-se uma variação nas áreas de implantação e de construção de três por cento, desde que se observem os parâmetros urbanísticos ou utilizações constantes de plano municipal ou intermunicipal de ordenamento do território, são aprovadas por simples deliberação da Câmara Municipal, com dispensa de quaisquer outras formalidades, sem prejuízo das demais disposições legais.-----

--- Da consulta ao processo do loteamento, com as alterações realizadas para os lotes dez e nove que foram aprovadas por simples deliberação camarária, temos as seguintes áreas:

regulamento do PDM				
designação		fator	admissível	aprovado
coeficiente de afetação do solo - CAS - Z3	m²	< 0,30	3.599,99	2.982,16
coeficiente de ocupação do solo - COS - Z3	m²	< 0,70	8.399,99	8.359,56

--- Com o excedente de área proposta pelo requerente no lote sete, e considerando a semelhante alteração para o lote oito (em curso na presente data), em termos de loteamento passamos a ter: -----

regulamento do PDM				
designação		fator	admissível	proposto
coeficiente de afetação do solo - CAS - Z3	m²	< 0,30	3.599,99	2.988,16*
coeficiente de ocupação do solo - COS - Z3	m²	< 0,70	8.399,99	8.360,56*

*inclui áreas propostas para o lote oito que serão sujeitas também a deliberação camarária. -----

--- Face ao exposto, considerando que o excedente de área proposta pelo requerente no presente pedido de licenciamento é inferior ao admissível, julga-se que a proposta tem enquadramento no número oito do artigo vinte e sete do RJUE-Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação.-----

--- DOIS. Conformidade com o Decreto-Lei número cento e sessenta e três/dois mil e seis, de oito de agosto -----

--- Relativamente ao Decreto-Lei número cento e sessenta e três/dois mil e seis, de oito de agosto, foi apresentado um plano de acessibilidades que demonstra o cumprimento da referida Lei. -----

--- TRÊS. Pareceres/Entidades a consultar-----

--- Foi apresentada a ficha de segurança contra incêndios, a qual carece de parecer dos Bombeiros Municipais. Deverá ser solicitado o parecer dos Bombeiros Municipais, referente à ficha de segurança contra incêndios.-----

--- QUATRO. Conclusão-----

--- A proposta apresentada poderá reunir condições de deferimento condicionado ao parecer favorável dos Bombeiros Municipais. -----

--- Face ao excedente das áreas de implantação e de construção referidos no ponto I da presente informação, a aprovação deste projeto está sujeita a deliberação desta câmara municipal, de acordo com o número oito do artigo vinte e sete do RJUE-Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação.”-----

--- Ainda pela **Divisão de Planeamento e Urbanismo**, foi prestada a seguinte informação: -----

--- “Em informação anterior deste serviço, foi solicitado o parecer dos Bombeiros Municipais referente à ficha de segurança contra incêndios. -----

--- Verificando-se que o referido parecer já foi emitido e sendo o mesmo favorável considera-se que atualmente o projeto poderá reunir condições de deferimento. -----

--- Face ao excedente das áreas de implantação e de construção referidos no ponto I da informação deste serviço datada de treze de junho de dois mil e dezoito, a aprovação deste projeto está sujeita a deliberação desta câmara municipal, de acordo com o número oito do artigo vinte e sete do RJUE-Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação.” --

--- Também pelo **Chefe da Divisão de Planeamento e Urbanismo**, foi informado o seguinte: -----

--- “UM - Considera-se que pode deliberar-se pelo deferimento do pedido de alteração à licença de loteamento (regime simplificado), de acordo com informação técnica de treze de junho de dois mil e dezoito e nos termos do número oito do artigo vinte e sete do Decreto Lei número quinhentos e cinquenta e cinco/noventa e nove de dezasseis de dezembro alterado e republicado pelo Decreto-Lei número cento e trinta e seis/dois mil e catorze de nove de setembro. Sujeito a deliberação camarária.-----

--- DOIS - Posteriormente, considera-se que pode ser deferido o projeto de arquitetura, de acordo com informação técnica final e nos termos do número um do artigo vinte do Decreto Lei número quinhentos e cinquenta e cinco/noventa e nove de dezasseis de dezembro alterado e republicado pelo Decreto-Lei número cento e trinta e seis/dois mil e catorze de nove de setembro. -----

--- O licenciamento final, fica condicionado à apresentação e aprovação dos projetos das especialidades constantes no número dezasseis, do anexo I da Portaria número cento e treze/dois mil e quinze de vinte e dois de abril.” -----

--- O senhor **Diretor do Departamento Técnico e Gestão Territorial** manifestou a sua concordância com o proposto pelo Chefe de Divisão de Planeamento e Urbanismo. -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a alteração à licença de loteamento (regime simplificado) alvará de loteamento número quatro de dois mil e doze, sita na Rua Manuel Lousada Rodrigues número sete, União das Freguesias da Cidade de Santarém, de acordo com as informações técnicas emitidas. -----

--- De **RICARDOS & SILVÉRIO, LIMITADA**, solicitando autorização para

construção de moradia unifamiliar e muro de vedação, na Rua Manuel Lousada Rodrigues - oito, União das Freguesias da Cidade de Santarém, deste Município. -----

--- Pela **Divisão de Planeamento e Urbanismo**, foi prestada a seguinte informação: ----

--- “Da análise à proposta do requerente, verifica-se o seguinte: -----

--- UM. Conformidade com o Alvará de loteamento -----

designação	un.	observações	admissível	proposta
construção principal - lote 8				
utilização			habitação	habitação
área de implantação	m²	a)	106,00	109,00
área de construção	m²	a)	218,50	219,00
afastamento anterior	m		3,35	3,35
afastamentos laterais	m		----	----
afastamento posterior	m		3,45	4.20
fogos	un		1	1
pisos	un		2	2
cércea	m		omisso	5.78
cota de soleira	m		omisso	omisso
localização do estacionamento			garagem	garagem
n.º de lugares de estacionamento	lug.		2	2
muro de vedação				
afastamento ao eixo da via			b)	b)
altura confinante com a via			1,60	1,60

--- a) Área enquadrada no número oito do artigo vinte e sete do RJUE-Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação; -----

--- b) De acordo com a planta de síntese. -----

--- O loteamento onde se encontra inserida a pretensão do requerente apresenta incongruências entre as partes escritas e desenhadas, nomeadamente nas áreas de implantação e de construção admissíveis, assim como nos polígonos a cumprir. -----

--- De acordo com a consulta ao processo do loteamento, verifica-se que foi efetuado um aditamento ao alvará de loteamento (quatro/dois mil e doze). Na informação que conduziu ao referido aditamento, realizada em dezassete de maio de dois mil e nove pelo arquiteto Filipe Tomás Rafael, foram indicadas as áreas de implantação e de construção admissíveis e posteriormente aprovadas através da deliberação camarária de trinta e um de agosto de dois mil e nove. -----

--- A proposta apresentada pelo requerente apresenta um excedente na área de

implantação de cerca de três metros quadrados e na área de construção cerca de cinquenta centímetros quadrados em relação ao aprovado no alvará de loteamento.-----

--- De acordo com o número oito do artigo vinte e sete do RJUE-Regime Jurídico da Urbanização e da edificação, admite-se uma variação nas áreas de implantação e de construção de três por cento, desde que se observem os parâmetros urbanísticos ou utilizações constantes de plano municipal ou intermunicipal de ordenamento do território, são aprovadas por simples deliberação da Câmara Municipal, com dispensa de quaisquer outras formalidades, sem prejuízo das demais disposições legais.-----

--- Da consulta ao processo do loteamento, com as alterações realizadas para os lotes dez e nove que foram aprovadas por simples deliberação camarária, temos as seguintes áreas:

regulamento do PDM				
designação		fator	admissível	aprovado
coeficiente de afetação do solo - CAS - Z3	m²	< 0,30	3.599,99	2.982,16
coeficiente de ocupação do solo - COS - Z3	m²	< 0,70	8.399,99	8.359,56

--- Com o excedente de área proposta pelo requerente no lote oito, e considerando a semelhante alteração para o lote sete (em curso na presente data), em termos de loteamento passamos a ter: -----

regulamento do PDM				
designação		fator	admissível	proposto
coeficiente de afetação do solo - CAS - Z3	m²	< 0,30	3.599,99	2.988,16*
coeficiente de ocupação do solo - COS - Z3	m²	< 0,70	8.399,99	8.360,56*

*inclui áreas propostas para o lote oito que serão sujeitas também a deliberação camarária. -----

--- Face ao exposto, considerando que o excedente de área proposta pelo requerente no presente pedido de licenciamento é inferior ao admissível, julga-se que a proposta tem enquadramento no número oito do artigo vinte e sete do RJUE. -----

--- DOIS. Conformidade com o Decreto-Lei número cento e sessenta e três/dois mil e seis, de oito de agosto -----

--- Relativamente ao Decreto-Lei número cento e sessenta e três/dois mil e seis, de oito de agosto, foi apresentado um plano de acessibilidades que demonstra o cumprimento da referida Lei. -----

- TRÊS. Pareceres/Entidades a consultar-----
- Foi apresentada a ficha de segurança contra incêndios, a qual carece de parecer dos Bombeiros Municipais. Deverá ser solicitado o parecer dos Bombeiros Municipais, referente à ficha de segurança contra incêndios.-----
- QUATRO. Conclusão-----
- A proposta apresentada poderá reunir condições de deferimento condicionado ao parecer favorável dos Bombeiros Municipais. -----
- Face ao excedente das áreas de implantação e de construção referidos no ponto I da presente informação, a aprovação deste projeto está sujeita a deliberação desta câmara municipal, de acordo com o número oito do artigo vinte e sete do RJUE-regime Jurídico da Urbanização e da Edificação.”-----
- Ainda pela **Divisão de Planeamento e Urbanismo**, foi prestada a seguinte informação: -----
- “Em informação anterior deste serviço, foi solicitado o parecer dos Bombeiros Municipais referente á ficha de segurança contra incêndios. -----
- Verificando-se que o referido parecer já foi emitido e sendo o mesmo favorável considera-se que atualmente o projeto poderá reunir condições de deferimento. -----
- Face ao excedente das áreas de implantação e de construção referidos no ponto UM da informação deste serviço datada de catorze de junho de dois mil e dezoito, a aprovação deste projeto está sujeita a deliberação desta câmara municipal, de acordo com o número oito do artigo vinte e sete do RJUE-Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação.”-----
- Também pelo **Chefe da Divisão de Planeamento e Urbanismo**, foi informado o seguinte: -----
- “UM- Considera-se que pode deliberar-se pelo deferimento do pedido de alteração à licença de loteamento (regime simplificado), de acordo com informação técnica de catorze de junho de dois mil e dezoito e nos termos do número oito do artigo vinte e sete do Decreto Lei número quinhentos e cinquenta e cinco/noventa e nove de dezasseis de dezembro alterado e republicado pelo Decreto-Lei número cento e trinta e seis/dois mil e

catorze de nove de setembro. Sujeito a deliberação camarária.-----

--- DOIS- Posteriormente, considera-se que pode ser deferido o projeto de arquitetura, de acordo com informação técnica final e nos termos do número um do artigo vinte do Decreto Lei número quinhentos e cinquenta e cinco/noventa e nove de dezasseis de dezembro alterado e republicado pelo Decreto-Lei número cento e trinta e seis/dois mil e catorze de nove de setembro. -----

--- O licenciamento final, fica condicionado à apresentação e aprovação dos projetos das especialidades constantes no número dezasseis, do anexo I da Portaria número cento e treze/dois mil e quinze de vinte e dois de abril.” -----

--- O senhor **Diretor do Departamento Técnico e Gestão Territorial** manifestou a sua concordância com o proposto pelo Chefe de Divisão de Planeamento e Urbanismo. -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a alteração à licença de loteamento (regime simplificado) alvará de loteamento número quatro de dois mil e doze, sita na Rua Manuel Lousada Rodrigues, número oito, União das Freguesias da Cidade de Santarém, de acordo com as informações técnicas emitidas. -----

--- **LOTEAMENTOS** -----

--- De **ANA MARTINHO ROSÁRIO E OUTROS**, solicitando a receção definitiva dos trabalhos de urbanização, em Moinho de Fau, na União das Freguesias da Cidade de Santarém, deste Município. -----

--- Pela **Divisão de Planeamento e Urbanismo**, foi prestada a seguinte informação: ----

--- “UM. Antecedentes -----

--- Por ofício de seis de outubro de dois mil e nove, foi a empresa Estrela & Rodrigues, Limitada informada de que, no prazo de vinte dias úteis, deveria solicitar a realização de vistoria para efeitos de receção definitiva das obras de urbanização, condição essencial para a libertação da caução apresentada como garantia da boa e regular execução das obras de urbanização;-----

--- A vinte e nove de março de dois mil e dez, veio a Sociedade de Advogados referir que:-----

--- - O seu cliente “... cedeu as quotas à Manuel Jorge & Filhos, Limitada, pelo que não

pode requerer a receção definitiva”;-----

--- - ... “Não podendo a Câmara ter uma intervenção oficiosa no assunto, o meu cliente decidirá o que entender por melhor”; -----

--- A Sociedade termina, referindo: “... oportunamente tentarei novo contacto, para fazer o ponto de situação, para habilitar o meu cliente a tomar uma decisão definitiva sobre estas questões.”;-----

--- Informado o assunto administrativamente, conforme solicitado pelo então Diretor de Departamento, foi o processo remetido à Divisão Jurídica, que mencionou a vinte e três de agosto de dois mil e dez que: “... na reunião com o Dr. Victor Batista irá o mesmo, a breve trecho, requerer as diligências que reputar como necessárias”; -----

--- A vinte e oito de novembro de dois mil e dezassete vem a Sociedade de Advogados solicitar que se pondere sobre a resolução do assunto, que se arrasta há vários anos, referindo que: -----

--- ” ... foram cedidas as quotas à Manuel Jorge & Filhos, Limitada sem que tivesse sido acautelada a consequente substituição das garantias pessoais associadas, deixando de poder ser solicitada a receção em nome de Estrela & Rodrigues, Limitada.”; -----

--- “... Estrela & Rodrigues, Limitada foi considerada insolvente, por sentença de três de maio de dois mil e onze, igualmente, Manuel Jorge & Filhos, Limitada foi declarada insolvente em dois mil e onze”;-----

--- Pelo que propõe, que a autarquia promova os termos de receção definitiva das obras de urbanização. -----

--- DOIS. Parecer/Proposta-----

--- Em face do exposto no ponto anterior, considera-se pertinente que se promova o encerramento do processo, que permanece em impasse há vários anos. -----

--- Sugere-se a recolha de um parecer jurídico que, nos termos da legislação vigente, oriente relativamente às possíveis etapas subsequentes, conducentes ao mencionado objetivo.”-----

--- O senhor **Presidente** manifestou a sua concordância com o proposto. -----

--- Pela **Divisão de Planeamento e Urbanismo**, foi prestada ainda seguinte informação:

--- “UM. Antecedentes-----

--- . Informação técnica de doze de dezembro de dois mil e dezassete, em que se propunha a emissão de um parecer jurídico tendente à resolução do impasse de ausência de receção definitiva das obras de urbanização; -----

--- . Parecer jurídico de catorze de fevereiro de dois mil e dezoito de António Rebordão Montalvo, de que se retira a possível síntese: -----

--- “Nestes termos, tendo o município já verificado a boa e regular realização das obras de urbanização, deve libertar a garantia bancária prestada pela empresa promotora do loteamento.”-----

--- DOIS. Análise -----

--- A garantia vigente importa no valor de quatro mil trezentos e sessenta e quatro virgula quarenta e oito euros prestada pelo Banco Português do Atlântico, pelo que em face do parecer jurídico, dever-se-á proceder à libertação da caução em causa. -----

--- TRÊS. Proposta -----

--- Considera-se pertinente que com base no parecer referido, se promova a receção definitiva das obras de urbanização, em impasse há cerca de dez anos.-----

--- A presente proposta, caso mereça a prévia aprovação superior, deverá ser dada a conhecer posteriormente ao requerente.” -----

--- Novamente pela **Divisão de Planeamento e Urbanismo**, foi prestada a seguinte informação: -----

--- “UM. Antecedentes-----

--- . Por ofício de seis de outubro de dois mil e nove, foi a empresa Estrela & Rodrigues, Limitada, informada de que, no prazo de vinte dias úteis, deveria solicitar a realização de vistoria para efeitos de receção definitiva das obras de urbanização, condição essencial para a libertação da caução apresentada como garantia da boa e regular execução das obras de urbanização;-----

--- . A vinte e nove de março de dois mil e dez, veio a Sociedade de Advogados referir que:-----

--- - O seu cliente “... cedeu as quotas à Manuel Jorge & Filhos, Limitada, pelo que não

pode requerer a receção definitiva”;-----

--- Informado o assunto administrativamente, conforme solicitado pelo então Diretor de Departamento, foi o processo remetido à Divisão Jurídica, que mencionou a vinte e três de agosto de dois mil e dez que: “... na reunião com o Dr. Victor Batista irá o mesmo, a breve trecho, requerer as diligências que reputar como necessárias”; -----

--- . A vinte e oito de novembro de dois mil e dezassete veio a Sociedade de Advogados solicitar que a autarquia pondere sobre a resolução do assunto, promovendo os termos de receção definitiva das obras de urbanização, que se arrasta há vários anos, referindo que:

--- ” ... foram cedidas as quotas à Manuel Jorge & Filhos, Limitada sem que tivesse sido acautelada a consequente substituição das garantias pessoais associadas, deixando de poder ser solicitada a receção em nome de Estrela & Rodrigues, Limitada.”; -----

--- “... Estrela & Rodrigues, Limitada foi considerada insolvente, por sentença de três de maio de dois mil e onze, igualmente, Manuel Jorge & Filhos, Limitada foi declarada insolvente em dois mil e onze”; -----

--- . Por informação técnica de doze de dezembro de dois mil e dezassete foi proposto que se promovesse o encerramento do processo, que permanece em impasse há vários anos, sugerindo-se a recolha de um parecer jurídico que, nos termos da legislação vigente, oriente relativamente às possíveis etapas subsequentes, conducentes ao mencionado objetivo.-----

--- . O parecer de António Rebordão Montalvo de catorze de fevereiro de dois mil e dezoito, apresenta o seguinte texto conclusivo:-----

--- “Uma vez concluídas as obras de urbanização, o promotor deve requerer a realização de uma vistoria para efeitos de receção definitiva. Ora, no caso em análise, o promotor do loteamento foi declarado insolvente, não podendo requerer essa vistoria nem praticar outros atos jurídicos que tenham por objeto o seu património. No entanto, a própria Câmara Municipal já reconheceu que as obras foram realizadas de acordo com o projeto aprovado, podendo ocorrer a sua receção definitiva.-----

--- Face às circunstancias descritas, não existe fundamento legal para a manutenção da caução pelo Município de Santarém, sendo que este facto faz a autarquia incorrer em

enriquecimento sem causa.” -----

--- DOIS. Parecer/Proposta-----

--- Em face do mencionado parecer, de acordo com as condições de exceção mencionadas e em atenção ao disposto no diploma jurídico aplicável, sugere-se a condução do assunto que conduza à receção definitiva dos trabalhos de urbanização mediante as seguintes três etapas:-----

--- a) deliberação favorável da Câmara Municipal a respeito das condições de exceção já justificadas (ausência de titular), que permitam a realização da vistoria para efeitos de receção definitiva;-----

--- b) realização da vistoria para avaliação das condições técnicas de receção definitiva, pela comissão de vistorias afeta às urbanizações; -----

--- c) deliberação final de aprovação, acompanhada de auto de vistoria, com posterior e oficial libertação da caução ainda em vigor. -----

--- A título apenas informativo, recorda-se que a caução existente não está de posse da autarquia, pelo que não nos parece ocorrer o “enriquecimento ilícito”, mencionado no parecer jurídico de António Rebordão Montalvo.”-----

--- Também pelo **Chefe da Divisão de Planeamento e Urbanismo**, foi informado o seguinte: -----

--- “Concordo com o procedimento preconizado e sustentado. -----

--- Primeiro procedimento, sujeito a deliberação camarária, seguindo-se a planificação idealizada.”-----

--- O senhor **Diretor do Departamento Técnico e Gestão Territorial** manifestou a sua concordância com o proposto pelo Chefe de Divisão de Planeamento e Urbanismo. -----

--- A Câmara deliberou por unanimidade, considerar em situação de exceção, a realização de vistoria para avaliação das condições técnicas de receção definitiva das obras de urbanização, sita em Moinho de Fau, na União de Freguesias da Cidade de Santarém, de acordo com as informações técnicas emitidas. -----

--- De **MADEIRA RAFAEL E PEREIRA, LIMITADA**, solicitando alteração ao alvará de loteamento quatro/dois mil e um, em Vale de Estacas - Mergulhão, na União

das Freguesias da Cidade de Santarém, deste Município. -----

--- Pela **Divisão de Planeamento e Urbanismo**, foi prestada a seguinte informação: ----

--- “UM. Antecedentes-----

--- Vem o requerente, através do técnico responsável pelo projeto de arquitetura apresentar o aditamento número dezassete ao alvará de loteamento, tendo-se em atenção o tempo decorrido desde a construção dos lotes cinco a oito, cujas alterações vieram a determinar o anterior e atualmente em vigor, aditamento número dezasseis, aprovado a oito de fevereiro de dois mil e treze. -----

--- DOIS. Análise-----

--- Da análise comparativa efetuada entre os mencionados quadros de aditamento e da verificação de conformidade dos somatórios parciais com os totais apresentados no aditamento número dezassete, verificam-se os seguintes erros/omissões: -----

--- a) No quadro resumo do aditamento número dezassete, refere-se existirem um número total de fogos habitacionais de setenta e um, quando no cálculo constam setenta e dois: (dois T zero, cinco T dois e sessenta e cinco T três).” -----

Utilização				
T0	T2	T3	Estac./gar	arr
		10	14	10
		10	11	7
1	2	5	20	7
1	2	3	9	5
		8	32	1
		10		2
		9	20	2
	1	10	25	5
2	5	65	131	39

--- b) No quadro resumo do aditamento número dezassete, verifica-se alteração de cotas de soleira nos lotes três e quatro, quando pressupostamente e segundo a memória descritiva, estariam em alteração os lotes dois e três;-----

--- c) No quadro de aditamento número dezasseis, constavam todos os pisos com áreas definidas com a tipologia área em cave/área encerrada/varandas terraços, tipologia que se altera na apresentação do quadro de aditamento número dezassete, conforme se

ATA N.º 16
Mandato 2017-2021
Reunião de 20 de agosto de 2018

demonstra abaixo, passando-se a diferenciar-se o uso dessa mesma área encerrada por habitação e/ou comércio/serviços; -----

r/ch – Piso 0				r/ch – Piso 0			
Área encerrada		Área em cave	Varandas e terraços	Área encerrada com/serv	Área encerrada hab.	Área em cave	Varandas e terraços
166		114	65	166		114	65
242		60	86	242		60	86
280			25		280		25
262			21		262		21
260			22		260		22
270			8	146	124		8
210			40	210			40
280			165	280			165
1970		174	431	1970		174	431

---- Quadro de aditamento número dezasseis----- Quadro de aditamento número dezasseis (corrigido)

--- d) O quadro de aditamento número dezassete não apresenta a tipologia referida no ponto anterior de forma uniforme, estando por definir o uso do quinto andar, em que se retorna à tipologia do quadro de aditamento número dezasseis, (área encerrada/área em cave e varandas/terraços).-----

--- Tal não uniformidade, faz incorrer em dúvida de interpretação, que acaba por resultar em diferentes valores totais de cálculo para as colunas/linhas apresentadas no ponto seguinte; -----

5º andar – piso 5			6º andar – piso 6			áreas por uso		áreas brutas
área encerrada hab.	área encerrada com/serv	varandas e terraços	área encerrada hab.	área encerrada com/serv	varandas e terraços	área com/serv	áreas habit.	construção útil
260		22				130,2	1335,8	1466
285,2		38,4		194,1	112,8	204	1453	1657
							926,95	926,95
							593,45	593,45
							1040	1040
132	146					146	1514	1660
69	210					210	1395	1605
0	406,5		128,6		54,85	406,5	1484,6	1891,1
746,2			128,6	194,1	167,65	1096,7	9742,8	10839,5

--- Deverão, pois, ser revistos os valores apresentados, de forma a serem demonstradas as diferenças constantes no resumo dos parâmetros urbanísticos do loteamento (mais

setenta e três virgula oito; menos setenta e três virgula oito), justificando-se os valores parciais/totais das áreas brutas de construção e consequentemente os índices permissíveis; -----

--- e) Finalmente, refere-se que apesar das regras de medição de área bruta (ATC ou ABC) estabelecidas em diferentes diplomas do quadro legal e regulamentar não se encontrarem harmonizadas, considera-se que a regra orientadora no presente caso, é a que consta do Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação - RMUE, abaixo transcrita, pelo que tal deverá ser traduzido para o quadro síntese do aditamento: -----

--- “A área de construção é, em cada piso, medida pelo perímetro exterior das paredes exteriores e inclui: -----

--- - Os espaços de circulação cobertos, (átrios, galerias, corredores, caixas de escada e caixas de elevador);-----

--- - Os espaços exteriores cobertos (alpendres, telheiros, varandas e terraços cobertos)”. -----

--- TRÊS. Parecer/Proposta -----

--- Verifica-se que, por erros/omissões nos valores apresentados, não foi possível proceder a análise de conformidade da pretensa alteração à licença de loteamento, com os parâmetros urbanísticos ou utilização constantes do plano municipal de ordenamento do território, de harmonia com o disposto no número oito do artigo vinte e sete do RJUE- Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, pelo que se considera que deverá ser revisto o quadro de aditamento apresentado.-----

--- Ainda pela **Divisão de Planeamento e Urbanismo**, foi prestada a seguinte informação: -----

--- UM. Antecedentes -----

--- . Veio o requerente, a dezanove de janeiro de dois mil e dezoito, através do técnico responsável pelo projeto de arquitetura apresentar o aditamento número dezassete ao alvará de loteamento, tendo-se em atenção o tempo decorrido desde a construção dos lotes cinco a oito, cujas alterações vieram a determinar o anterior e ainda em vigor, aditamento número dezasseis, aprovado por deliberação camarária de oito de fevereiro de dois mil e treze; -----

ATA N.º 16
Mandato 2017-2021
Reunião de 20 de agosto de 2018

--- . Por informação técnica de vinte e nove de janeiro de dois mil e dezoito, solicitaram-se algumas correções, dado não ter sido possível proceder à análise de conformidade com os parâmetros urbanísticos ou utilização constantes do plano municipal de ordenamento do território, de harmonia com o disposto no número oito do artigo vinte e sete do RJUE;-----

--- . Por requerimento de quatro de julho de dois mil e dezoito, vem o técnico apresentar o quadro de aditamento número dezassete corrigido. -----

--- DOIS. Análise -----

--- Em análise ao quadro de aditamento número dezassete, verifica-se que:-----

--- - Os valores das áreas dos lotes cinco a oito, (anteriormente apresentados, no aditamento número dezasseis como área encerrada) foram convertidos em área encerrada de habitação/comércio e serviços, dado se encontrarem construídos, mantendo-se inalteradas as áreas brutas de construção útil;-----

--- - Do somatório das áreas por uso, verifica-se uma compensação (mais ou menos setenta e três virgula oito metros quadrados) relativamente ao aditamento número dezasseis, conforme extrato seguinte, mantendo-se a área bruta total de construção útil inicialmente aprovada (dez mil oitocentos e trinta e nove virgula cinquenta metros quadrados) e consequentemente, dando-se cumprimento aos índices CAS (zero virgula dezanove) e COS (zero virgula seis nove nove oito) admissíveis; -----

--- . Se procedeu à correção do número total e tipologia das previstas habitações. -----

lote	área do lote	área de implantação do lote	número de pisos	áreas por uso		áreas brutas de construção útil
				áreas de comércio / serviços	áreas habitação	
1	480.00	410.00	6P+CAVE	130.20	1.335,8	1466,00
2	444.00	410.00	6P+CAVE	204.00	1453,00	1657,00
3	414.00	339.00	4P+CV+SUBCV		926,95	926,95
4	413.00	288.00	3P+CAVE		593,45	593,45
5	437.00	402.00	4P+CV+SUBCV+SUBSUBCV		1040,00	1040,00
6	371.00	322.00	6P+CV+SUBCV	146.00	1514,00	1660,00
7	455.00	404.00	6P+CV+SUBCV	210.00	1395,00	1605,00
8	445.00	445.00	6P+CV+SUBCV	430.00	1461,10	1891,10
TOTAL	3.459,00	3.020,00		1.120.20	9.719,30	10.839,50
				1.194,00	9.645,50	

--- TRÊS. Proposta -----

--- Em face das correções efetuadas ao quadro de aditamento número dezassete, considera-se que o mesmo reúne condições de aprovação, dado verificar-se conformidade com os parâmetros urbanísticos ou utilização constantes do plano municipal de ordenamento do território, titulados pelo alvará inicial número quatro/dois mil e um. -----

--- Também pelo **Chefe da Divisão de Planeamento e Urbanismo**, foi informado o seguinte: -----

--- “Visto. Nos termos preconizados e justificados, poderá proceder-se a deliberação de deferimento do pedido de alteração ao alvará de loteamento número quatro/dois mil e um (já com dezasseis aditamentos anteriores), sem agravamento dos parâmetros urbanísticos aprovados. Sujeito a deliberação camarária.” -----

--- O senhor **Diretor do Departamento Técnico e Gestão Territorial** manifestou a sua concordância com o proposto pelo Chefe de Divisão de Planeamento e Urbanismo. -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a alteração ao alvará de loteamento número quatro/dois mil e um, sito em Vale de Estacas - Mergulhão, na União de Freguesias da Cidade de Santarém, de acordo com as informações técnicas emitidas. ----

--- De **URBEV - URBANIZAÇÕES BATISTA, ESTEVES E VIEIRA, LIMITADA**, solicitando a extinção da garantia bancária relativa à caução para as obras do loteamento, em Pombalinho, concelho de Golegã, do Município da Golegã. -----

--- Pela **Divisão de Planeamento e Urbanismo**, foi prestada a seguinte informação: ----

--- “UM. Antecedentes-----

--- Vem o titular do processo de urbanização, conferida a legitimidade para tal, solicitar a extinção da garantia bancária relativa à caução para as obras do loteamento, emitida a favor da Câmara Municipal de Santarém pelo Banco Internacional de Crédito, hoje integrado no Novo Banco, por atualmente o referido loteamento se localizar fora do concelho de Santarém.-----

--- DOIS. Análise-----

--- a) A respeito da garantia por caução -----

--- Por consulta ao processo, verifica-se ter sido deliberado em reunião ordinária da

Câmara Municipal de Santarém, realizada a vinte e um de novembro de dois mil e cinco, que a garantia bancária número D catorze mil seiscentos e oitenta e três inicialmente no valor de trezentos e dezassete mil setecentos e setenta e oito euros e sessenta e nove cêntimos, emitida a oito de novembro de dois mil e um, foi reduzida para o valor atual de quarenta mil duzentos e trinta e um euros e quarenta e um cêntimo, atendendo à então evolução dos trabalhos de infraestruturas. -----

--- b) A respeito do processo de obras -----

--- Verifica-se constar do processo a informação ao urbanizador (Referência oito mil novecentos e quarenta e três de um de julho de dois mil e treze), de que o processo de loteamento iria ser remetido para a Câmara Municipal da Golegã e efetivamente tal se processou, por via da alteração dos limites territoriais, (por ofício número nove mil setecentos e cinquenta e nove de doze de julho de dois mil e treze), dado que apenas se encontra nos arquivos uma cópia do mesmo. -----

--- Igualmente consta um ofício da empresa a comunicar à Câmara Municipal de Santarém a necessidade do envio do processo para a Câmara Municipal da Golegã, dado que ocorreria então intenção de permuta da citada caução, situação que vem agora a materializar-se e com necessidade de resolução atempada, facto que motiva a presente solicitação.” -----

--- TRÊS. Parecer-----

--- Nos termos do disposto no artigo cinquenta e quatro do Decreto Lei número quinhentos e cinquenta e cinco/noventa e nove de dezasseis de dezembro, na sua redação atual, cabe à Câmara Municipal gerir o montante sujeito a caução, destinado a garantir a boa e regular execução das obras de urbanização, pelo que, por força da transição que se processou por via da alteração dos limites territoriais, detém agora essa capacidade, apenas a Câmara Municipal da Golegã.-----

--- No entanto, o Novo Banco apenas reconhece a Câmara Municipal de Santarém como titular dessa legitimidade, por tal ainda assim constar na garantia inicial e na alterada. ---

--- QUATRO. Proposta -----

--- Nos termos antecedentes e propostos, sugere-se que a autarquia delibere sobre a

emissão da autorização necessária para o efeito, nomeadamente para que seja emitida uma declaração a ser remetida:-----

--- - À Câmara Municipal da Golegã, conferindo-lhe a legitimidade das decisões de redução, reforço ou extinção da caução atualmente vigente, nos termos do disposto no RJUE; -----

--- - Ao Novo Banco, para informação correspondente. -----

--- Também pelo **Chefe da Divisão de Planeamento e Urbanismo**, foi informado o seguinte: -----

--- “Concordo. Deverá remeter-se a deliberação camarária, nos exatos termos preconizados.”-----

--- O senhor **Diretor do Departamento Técnico e Gestão Territorial** manifestou a sua concordância com o proposto pelo Chefe de Divisão de Planeamento e Urbanismo. -----

--- A Câmara deliberou por unanimidade, autorizar a extinção da garantia bancária emitindo declaração a ser remetida à Câmara Municipal da Golegã, conferindo-lhe a legitimidade das decisões de redução, reforço ou extinção da caução atualmente vigente para as obras do loteamento, em Pombalinho, concelho de Golegã, informando, igualmente o Novo Banco, em conformidade com o sugerido nas informações técnicas emitidas.-----

--- **CERTIDÕES E DECLARAÇÕES** -----

--- De **JOSÉ AVELINO ÁLVARO ALPALHÃO**, apresentando pedido de certidão, referente ao uso do direito de preferência pela Câmara Municipal de Santarém na transmissão a título oneroso de prédio sito no Largo das Condinhas, número dois, na União de Freguesias da Cidade de Santarém, deste Município. -----

--- Pela **Divisão de Planeamento e Urbanismo**, foi prestada a seguinte informação: ----

--- “O requerente vem apresentar pedido de emissão de certidão referente ao uso do direito de preferência pela Câmara Municipal de Santarém – CMS na transmissão a título oneroso, pelo valor de vinte mil euros, do prédio localizado no Largo das Condinhas, número dois, em Santarém. -----

--- De referir que o local em causa foi objeto do pedido de certificação de toponímia

(processo número zero seis-dois mil e dezoito/trezentos e cinquenta e um, tendo sido emitida a certidão de toponímia referenciada (Largo das Condinhas, número dois).-----

--- A Autarquia pronuncia-se relativamente ao exercício do Direito de Preferência na alienação de imóveis nos casos previstos nos artigos cento e cinquenta e cinco e cento e cinquenta e seis do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial – RJIGT, bem como no artigo trinta e sete da Lei número cento e sete/dois mil e um, de oito de setembro. -----

--- Da análise do pedido, constata-se que este local se encontra inserido em Área Urbana a Preservar de acordo com as plantas constituintes do Plano Diretor Municipal - PDM, referenciadas ao portal de gestão urbanística Websig. -----

--- Esta edificação encontra-se ainda inserida no conjunto do Centro Histórico, em vias de classificação (anúncio número treze mil setecentos e quarenta e sete/dois mil e doze, Diário da República segunda série – número duzentos e trinta e um – vinte e nove de novembro de dois mil e doze) cabendo, desta forma, à Autarquia a decisão sobre o referido direito de preferência. -----

--- Mais informo que, da área do prédio e apurado o valor de trezentos e vinte e dois euros e cinquenta e oito cêntimos/ metros quadrados (vinte mil euros/sessenta e dois metros quadrados), se constata que o montante se encontra abaixo dos atuais preços médios de mercado. -----

--- Contudo, face às características do imóvel e atendendo ao facto de não se reconhecer interesse na compra do mesmo, sugiro que a Autarquia não exerça o direito de preferência nesta alienação. -----

--- É ainda de referenciar que o prédio em questão não confina com nenhum edifício Municipal. -----

--- De referir, por último, que, dada a inserção na área do centro histórico em vias de classificação, o requerente deverá também solicitar que a Direção-Geral do Património Cultural – DGPC se pronuncie sobre o possível exercício do direito de preferência. -----

--- Face ao exposto, sugiro que a Autarquia não exerça o direito de preferência nesta transmissão. -----

--- LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: -----

--- Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo (RJIGT) Lei número oitenta/dois mil e quinze, de catorze de maio -----

--- «Artigo cento e cinquenta e cinco -----

--- Direito de preferência -----

--- UM - Sem prejuízo do previsto no regime jurídico da reabilitação urbana, os municípios têm o direito de exercer preferência nas transmissões de prédios, realizadas ao abrigo do direito privado e a título oneroso, no âmbito de execução de planos de pormenor ou de unidades de execução, designadamente para reabilitação, regeneração ou reestruturação da propriedade.» -----

--- «Artigo cento e cinquenta e seis -----

--- Direito de superfície -----

--- UM - Os municípios podem constituir direitos de superfície sobre bens imóveis do seu domínio privado para a prossecução de finalidades de política pública do solo.» -----

--- Lei número cento e sete/dois mil e um, de oito de setembro -----

--- «Artigo trinta e sete -----

--- Direito de preferência -----

--- UM — Os comproprietários, o Estado, as Regiões Autónomas e os municípios gozam, pela ordem indicada, do direito de preferência em caso de venda ou dação em pagamento de bens classificados ou em vias de classificação ou dos bens situados na respetiva zona de proteção.» -----

--- Código Civil -----

--- «Artigo mil quinhentos e trinta e cinco -----

--- (Direito de preferência) -----

--- UM. O proprietário do solo goza do direito de preferência, em último lugar, na venda ou dação em cumprimento do direito de superfície; sendo, porém, enfiteútico o prédio incorporado no solo, prevalece o direito de preferência do proprietário.» -----

--- Também pelo **Chefe da Divisão de Planeamento e Urbanismo**, foi informado o seguinte: -----

--- “Visto. Concordo. Proponho deliberação em como o município não pretende exercer o direito de preferência, na transmissão do bem imóvel. Sujeito a deliberação camarária.”

--- O senhor **Diretor do Departamento Técnico e Gestão Territorial** manifestou a sua concordância com o proposto pelo Chefe de Divisão de Planeamento e Urbanismo. -----

--- Ainda pelo **Chefe da Divisão de Planeamento e Urbanismo**, foi informado o seguinte: -----

--- “Nos termos solicitados/justificados e à semelhança de pedidos equivalentes autorizados, proponho a emissão da certidão requerida, com indicação que o município não pretende exercer o direito de preferência na alienação do bem imóvel, a sujeitar a ratificação na próxima reunião camarária.” -----

--- A Câmara deliberou por unanimidade, ratificar o despacho da senhora Vice-Presidente, que concordou com a emissão da certidão requerida, com indicação que o município não pretende exercer o direito de preferência na alienação do prédio sito no Largo das Condinhas, número dois, na União de Freguesias da Cidade de Santarém, em conformidade com as informações técnicas emitidas. -----

--- De **JUSTINA PATRICIA ALVES PINTO ARAGÃO**, apresentando pedido de certidão, referente ao uso do direito de preferência pela Câmara Municipal de Santarém na transmissão a título oneroso de prédio sito na Praceta Professor Doutor Francisco Luz Rebelo Gonçalves, número sete, primeiro Esquerdo, na União de Freguesias da Cidade de Santarém, deste Município. -----

--- Pela **Divisão de Planeamento e Urbanismo**, foi prestada a seguinte informação: ----

--- “Pretende a requerente alienar uma fração destinada a habitação, designada por primeiro andar esquerdo, fração “E”, localizada na Praceta Professor Doutor Francisco Luz Rebelo Gonçalves, número sete, nesta cidade, pelo valor de cinquenta e cinco mil e quatrocentos euros, solicitando à Autarquia que se pronuncie sobre o exercício do direito de preferência. -----

--- Relativamente a este assunto, cumpre-me informar que o edifício se encontra onerado por um direito de superfície constituído pelo prazo de setenta anos prorrogáveis com início em vinte e um de fevereiro de mil novecentos e oitenta e cinco. -----

--- De acordo com o número um do artigo mil quinhentos e trinta e cinco do Código Civil, que refere que “O proprietário do solo goza do direito de preferência, em último lugar, na venda ou dação em cumprimento do direito de superfície; sendo, porém, enfiteutico o prédio incorporado no solo, prevalece o direito de preferência do proprietário.”, cabe à Autarquia pronunciar-se relativamente ao direito de preferência, tendo em consideração o referenciado na Certidão da Conservatória do Registo Predial constante do presente processo. -----

--- Do exercício do direito de preferência, julga-se não existir interesse na aquisição de frações habitacionais isoladas, pelo que se sugere que a Autarquia não exerça o direito de preferência nesta alienação.” -----

--- Também pelo **Chefe da Divisão de Planeamento e Urbanismo**, foi informado o seguinte: -----

--- “De acordo com a informação técnica, propõe-se que se delibere pelo não acionar do direito de preferência na transmissão. Sujeito a deliberação camarária.” -----

--- O senhor **Diretor do Departamento Técnico e Gestão Territorial** manifestou a sua concordância com o proposto pelo Chefe de Divisão de Planeamento e Urbanismo. -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, não exercer o direito de preferência na alienação do prédio sito na Praceta Professor Doutor Francisco Luz Rebelo Gonçalves, número sete, primeiro Esquerdo, na União de Freguesias da Cidade de Santarém, de acordo com as informações técnicas emitidas.-----

--- De **JUSTINA PATRICIA ALVES PINTO ARAGÃO**, apresentando pedido de certidão, de renúncia da cláusula reversão do direito de superfície inscrito na CRP, pela Câmara Municipal de Santarém para efeitos de empréstimo bancário, de prédio sito na Praceta Professor Doutor Francisco Luz Rebelo Gonçalves, número sete, primeiro esquerdo, na União de Freguesias da Cidade de Santarém, deste Município. -----

--- Pela **Divisão de Planeamento e Urbanismo**, foi prestada a seguinte informação: ----

--- “Pretende a requerente obter uma certidão, para efeitos de empréstimo bancário, de renúncia da cláusula constante na Conservatória do Registo Predial do imóvel sito na Praceta Professor Doutor Francisco Luz Rebelo Gonçalves, número sete, primeiro

esquerdo - União de Freguesias da Cidade de Santarém.-----

--- A cláusula existente refere que “O direito de superfície reverte para a Câmara, sem indemnização, se a Cooperativa não concluir a obra no dobro do prazo consignado...” --

--- Assim, uma vez que o edificado se encontra concluído, julga-se nada haver a opor à emissão da certidão requerida deixando-se à consideração superior. -----

--- O requerente juntou ao processo minuta de caso análogo noutra autarquia.” -----

--- Também pelo **Chefe da Divisão de Planeamento e Urbanismo**, foi informado o seguinte: -----

--- “De acordo com a informação técnica, propõe-se a emissão da certidão requerida, após deliberação camarária, onde se renuncie à cláusula de reversão do direito de superfície inscrito no documento de posse, de propriedade com prédio construído/registado.” -----

--- O senhor **Diretor do Departamento Técnico e Gestão Territorial** manifestou a sua concordância com o proposto pelo Chefe de Divisão de Planeamento e Urbanismo. -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a emissão da certidão renunciando à cláusula de reversão do direito de superfície inscrito na Conservatória do Registo Predial, na alienação do prédio sito na Praceta Professor Doutor Francisco Luz Rebelo Gonçalves, número sete, primeiro Esquerdo na União de Freguesias da Cidade de Santarém, de acordo com as informações técnicas emitidas. -----

--- De **ANTONIO AFONSO SANTOS CARVALHO**, apresentando pedido de certidão, referente ao uso do direito de preferência pela Câmara Municipal de Santarém na transmissão a título oneroso de prédio sito na Praceta Augusto Brás Ruivo, número cinco, terceiro direito, na União de Freguesias da Cidade de Santarém, deste Município.

--- Pela **Divisão de Planeamento e Urbanismo**, foi prestada a seguinte informação: ----

--- “O requerente vem solicitar emissão de certidão referente ao direito de preferência para constituição de hipoteca a favor da Caixa Geral de Depósitos, destinando-se a escritura de venda da fração de sua propriedade, localizada na Praceta Augusto Brás Ruivo, número cinco, terceiro direito, em Santarém. -----

--- De acordo com o referido no requerimento apresentado pelo requerente, o valor de

alienação da fração é de vinte e oito mil e seiscentos euros. -----

--- O requerente apresentou declaração da Cooperativa de Habitação Económica Lar Scalabitano, CRL, datada de seis de julho de dois mil e dezoito autorizando a venda da fração de sua propriedade, conforme deliberação da Assembleia Geral de vinte de outubro de mil novecentos e setenta e sete. -----

--- A Autarquia pronuncia-se relativamente ao exercício do Direito de Preferência na alienação de imóveis, nos casos previstos nos artigos cento e cinquenta e cinco e cento e cinquenta e seis do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial – RJIGT, no artigo trinta e sete da Lei número cento e sete/dois mil e um, de oito de setembro, bem como no artigo mil quinhentos e trinta e cinco do Código Civil. -----

--- Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo (RJIGT) Lei número oitenta/dois mil e quinze, de catorze de maio -----

--- «Artigo cento e cinquenta e cinco -----

--- Direito de preferência -----

--- UM - Sem prejuízo do previsto no regime jurídico da reabilitação urbana, os municípios têm o direito de exercer preferência nas transmissões de prédios, realizadas ao abrigo do direito privado e a título oneroso, no âmbito de execução de planos de pormenor ou de unidades de execução, designadamente para reabilitação, regeneração ou reestruturação da propriedade.» -----

--- «Artigo cento e cinquenta e seis -----

--- Direito de superfície -----

--- UM - Os municípios podem constituir direitos de superfície sobre bens imóveis do seu domínio privado para a prossecução de finalidades de política pública do solo.» -----

--- Lei número cento e sete/dois mil e um, de oito de setembro -----

--- «Artigo número trinta e sete -----

--- Direito de preferência -----

--- UM — Os comproprietários, o Estado, as Regiões Autónomas e os municípios gozam, pela ordem indicada, do direito de preferência em caso de venda ou dação em pagamento de bens classificados ou em vias de classificação ou dos bens situados na

respetiva zona de proteção.»-----

--- Código Civil -----

--- «Artigo mil quinhentos e trinta e cinco -----

--- (Direito de preferência) -----

--- UM. O proprietário do solo goza do direito de preferência, em último lugar, na venda ou dação em cumprimento do direito de superfície; sendo, porém, enfitêutico o prédio incorporado no solo, prevalece o direito de preferência do proprietário.» -----

--- Em função do legalmente referenciado, entende-se que o prédio localizado na Praceta Augusto Brás Ruivo, número cinco, em Santarém, se encontra sujeito a direito de preferência, por se enquadrar nas disposições legais anteriormente aludidas.” -----

--- Também pelo **Chefe da Divisão de Planeamento e Urbanismo**, foi informado o seguinte: -----

--- “Visto. Considerando entendimento praticado em situações semelhantes (e recentes), proponho que se decida pelo não acionar do direito de preferência na transmissão do bem imóvel e se renuncie à cláusula de reversão do direito de superfície inscrito no documento de posse/registo do prédio urbano, onde se encontra construído prédio, da qual faz parte a fração I (habitacional, com arrecadação na cave) a alienar.-----

--- Sujeito a ratificação na próxima reunião camarária.” -----

--- O senhor **Diretor do Departamento Técnico e Gestão Territorial** manifestou a sua concordância com o proposto pelo Chefe de Divisão de Planeamento e Urbanismo. -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente, não exercendo o direito de preferência na alienação do prédio sito na Praceta Augusto Brás Ruivo, número cinco, terceiro direito, na União de Freguesias da Cidade de Santarém, de acordo com as informações técnicas emitidas.-----

--- De **MARIA OTÍLIA ALVES TEIXEIRA DE MASCARENHAS, Cabeça de casal da herança de**, solicitando emissão de certidão referente ao uso do direito de preferência pela Câmara Municipal de Santarém do prédio sito na Rua Padre António Pereira, número cinco, primeiro esquerdo, na União de Freguesias da Cidade de Santarém, deste Município. -----

- Pela **Divisão de Planeamento e Urbanismo**, foi prestada a seguinte informação: ----
- “Pretende a requerente alienar uma fração destinada a habitação, designada por primeiro andar esquerdo, fração “E”, localizada na Rua Padre António Pereira, número cinco, nesta cidade, pelo valor de quarenta e cinco mil euros, solicitando à Autarquia que se pronuncie sobre o exercício do direito de preferência. -----
- Relativamente a este assunto, cumpre-me informar que o edifício se encontra onerado por um direito de superfície constituído pelo prazo de setenta anos com início em três de outubro de mil novecentos e oitenta e três. -----
- O número quatro da AP. vinte e quatro de mil novecentos e oitenta e três/outubro/três refere ainda que “A transmissão entre vivos do direito de superfície carece de consentimento da Câmara Municipal.” -----
- De acordo com o número um do artigo mil quinhentos e trinta e cinco do Código Civil, que refere que “O proprietário do solo goza do direito de preferência, em último lugar, na venda ou dação em cumprimento do direito de superfície; sendo, porém, enfiteutico o prédio incorporado no solo, prevalece o direito de preferência do proprietário.”, cabe à Autarquia pronunciar-se relativamente ao direito de preferência, tendo em consideração o referenciado na Certidão da Conservatória do Registo Predial constante do presente processo. -----
- Do exercício do direito de preferência, julga-se não existir interesse na aquisição de frações habitacionais isoladas, pelo que se sugere que a Autarquia não exerça o direito de preferência nesta alienação.” -----
- Também pelo **Chefe da Divisão de Planeamento e Urbanismo**, foi informado o seguinte: -----
- “De acordo com a informação técnica, propõe-se a emissão da certidão requerida, após deliberação camarária, com indicação que não se pretende acionar o direito de preferência na alienação do bem imóvel. Sujeito a deliberação camarária.” -----
- O senhor **Diretor do Departamento Técnico e Gestão Territorial** manifestou a sua concordância com o proposto pelo Chefe de Divisão de Planeamento e Urbanismo. -----
- Ainda pela **Divisão de Planeamento e Urbanismo**, foi prestada a seguinte

informação: -----

--- “O presente processo foi despachado superiormente, no dia vinte do corrente, no sentido de ser presente em reunião do Executivo Municipal, para que a Câmara delibere, quanto ao exercício do direito de preferência. -----

--- Por parte da imobiliária solicitam que, face à marcação da escritura para amanhã, a qual envolve várias pessoas (processo em nome da cabeça de casal), marcada para amanhã, seja emitida a certidão. Submete-se à consideração superior a emissão da certidão e posterior ratificação.” -----

--- A Câmara deliberou por unanimidade, ratificar o despacho da senhora Vice-Presidente, não exercendo o direito de preferência na alienação do prédio sito na Rua Padre António Pereira, número cinco, primeiro esquerdo, na União de Freguesias da Cidade de Santarém, de acordo com as informações técnicas emitidas. -----

--- De **MARIA ANTÓNIA FERREIRA DA SILVA**, solicitando emissão de certidão referente ao uso do direito de preferência pela Câmara Municipal de Santarém do prédio sito na Rua Padre António Pereira, número quatro – primeiro direito, da União de Freguesias da Cidade de Santarém, deste Município. -----

--- Pela **Divisão de Planeamento e Urbanismo**, foi prestada a seguinte informação: ----

--- “A requerente solicita que o Município se pronuncie sobre o direito de preferência na alienação de duas frações (fração M, situada no primeiro andar direito – destinada a habitação e fração B, situada em cave - destinada a arrecadação), integrantes de um edifício sito na Rua Padre António Pereira, número quatro, em Santarém. -----

--- De acordo com o expresso no requerimento apresentado pela requerente, o valor de alienação das frações é de quarenta e três mil euros (fração habitacional) e um euro (fração destinada a arrecadação). -----

--- De acordo com o expresso nas respetivas certidões emitidas pela Conservatória do Registo Predial de Santarém, verifica-se que o imóvel em causa se encontra onerado por um direito de superfície constituído pelo prazo de setenta anos prorrogáveis com início em dezasseis de julho de mil novecentos e oitenta. -----

--- De acordo com o previsto pelo número um do artigo mil quinhentos e trinta e cinco

do Código Civil, “O proprietário do solo goza do direito de preferência, em último lugar, na venda ou dação em cumprimento do direito de superfície; sendo, porém, enfiteutico o prédio incorporado no solo, prevalece o direito de preferência do proprietário.”, cabe à Autarquia pronunciar-se relativamente ao direito de preferência, tendo em consideração o exposto nas respetivas certidões emitidas pela Conservatória do Registo Predial de Santarém.-----

--- Relativamente às frações em causa, considerando as áreas constantes das cadernetas prediais apresentadas e as características construtivas da edificação, verifica-se o seguinte:-----

--- - Fração M - fração destinada a habitação - verifica-se que o valor de quinhentos e oitenta e sete euros e noventa e nove cêntimos/ metro quadrado (quarenta e três mil euros/setenta e três virgula treze metros quadrados, considerando a área bruta privativa da fração) se encontra dentro dos preços médios de mercado; -----

--- - Fração B - fração destinada a arrecadação – pese tratar-se de arrecadação localizada em cave, com uma área bruta privativa de nove metros quadrados, entende-se que o valor de alienação é desadequado.-----

--- Considerando o anteriormente exposto, pese o valor de alienação associado à fração destinada a arrecadação, julga-se não existir interesse na aquisição de frações isoladas, pelo que se sugere que a Autarquia não exerça o direito de preferência nesta alienação.”

--- Também pelo **Chefe da Divisão de Planeamento e Urbanismo**, foi informado o seguinte:-----

--- “Visto. Considerando entendimento praticado em situações semelhantes (e recentes), proponho que se decida pelo não acionar do direito de preferência na transmissão do bem imóvel e se renuncie à cláusula de reversão do direito de superfície inscrito no documento de posse/registo do prédio urbano, onde se encontra construído prédio, da qual fazem parte as frações M e B (habitação e arrecadação em cave, respetivamente), a alienar. Sujeito a ratificação na próxima reunião camarária.” -----

--- O senhor **Diretor do Departamento Técnico e Gestão Territorial** manifestou a sua concordância com o proposto pelo Chefe de Divisão de Planeamento e Urbanismo. -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho da Senhora Vice-Presidente, não exercendo o direito de preferência na alienação do prédio sito na Rua Padre António Pereira, número quatro – primeiro direito, na União de Freguesias da Cidade de Santarém, de acordo com as informações técnicas emitidas. -----

--- De **MARIA DE JESUS MACHADO BEIRANTE G. SARAMAGO**, apresentando pedido de certidão, que autorize o emparcelamento simples destinado a retificação de extremas, de sua propriedade sita na Póvoa de Santarém, da União de Freguesias de Achete, Azoia de Baixo e Póvoa de Santarém. -----

--- Pela **Divisão de Planeamento e Urbanismo**, foi prestada a seguinte informação: ----

--- “UM. Antecedentes -----

--- A requerente vem solicitar autorização para emparcelamento simples destinado a retificação de extremas, correspondente aos artigos cadastrais números noventa e seis, cento e vinte e cinco e cento e vinte e oito da secção B, relativos à extinta freguesia de Póvoa de Santarém. -----

--- É apresentado levantamento topográfico, com menção da área inicial de quarenta e cinco mil e setenta metros quadrados representando o somatório das áreas dos mencionados artigos cadastrais, bem como da área final de quarenta e três mil duzentos e trinta e cinco metros quadrados, que resulta dos acertos (eliminação e retificação) constantes do mesmo. -----

--- DOIS. Proposta-----

--- Em face da análise aos elementos presentes considera-se que o pedido reúne condições de deferimento.” -----

--- Também pelo **Chefe da Divisão de Planeamento e Urbanismo**, foi informado o seguinte: -----

--- “De acordo com a informação técnica e sustentado na Lei número cento e onze/dois mil e quinze (vinte e sete de agosto), propõe-se a emissão da certidão com indicação de que o município não vê inconveniente no procedimento de emparcelamento rural apresentado, aprovando o projeto nos termos do ponto dois do artigo nono do referido diploma, nas condições apresentadas. Sujeito a ratificação pelo executivo municipal”----

--- O senhor **Diretor do Departamento Técnico e Gestão Territorial** manifestou a sua concordância com o proposto pelo Chefe de Divisão de Planeamento e Urbanismo. -----

--- A Câmara deliberou por unanimidade, autorizar o emparcelamento simples destinado a retificação de extremas, sito na Póvoa de Santarém, da União de Freguesias de Achete, Azoia de Baixo e Póvoa de Santarém, de acordo com as informações técnicas emitidas.-

--- **LICENCIAMENTOS DIVERSOS** -----

--- De **RANCHO FOLCLÓRICO DO VALE DE SANTARÉM**, apresentando pedido de isenção de pagamento de taxas referente ao pedido de licença de ruído para realização de décimo segundo Festival do Caracol, na Rua Francisco Lima Monteiro, número sessenta e dois, Vale de Santarém nos dias vinte e nove de junho a dois de julho de dois mil e dezoito. -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente, que isentou o Rancho Folclórico do Vale de Santarém do pagamento de taxas referente à licença especial de ruído para realização de décimo segundo Festival do Caracol, nos dias solicitados.-----

--- De **CENTRO DE CULTURA E CONVÍVIO DE PÓVOA DAS MÓS**, apresentando pedido de isenção de pagamento de taxas referente ao pedido de licença de ruído para realização de Festa em Honra de São Bento, na Rua Pedro Castro e Almeida, Póvoa das Mós, Pernes nos dias treze a dezasseis de julho de dois mil e dezoito. -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente, que isentou o Centro de Cultura e Convívio de Póvoa das Mós do pagamento de taxas referente à licença especial de ruído para realização de Festa em Honra de São Bento, nos dias solicitados.-----

--- De **ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DE ABRÃ**, apresentando pedido de isenção de pagamento de taxas referente ao pedido de licença de ruído para realização de Festejos Anuais, no Festejos Anuais nos dias catorze a vinte de agosto de dois mil e dezoito. -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente, que isentou a Associação Cultural e Recreativa de Abrã do pagamento de taxas referente à

licença especial de ruído para realização de Festejos Anuais, nos dias solicitados. -----

--- De **ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO VALE DO CARRO, VÁRZEA E CASAIS LIMÍTROFES**, apresentando pedido de isenção de pagamento de taxas referente ao pedido de licença de ruído para realização de Festejos Anuais, na Rua da Associação Cultural – número noventa, Vale do Carro, Alcanede nos dias três a seis de agosto de dois mil e dezoito. -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente, que isentou a Associação dos Amigos do Vale do Carro, Várzea e Casais Limítrofes do pagamento de taxas referente à licença especial de ruído para realização de Festejos Anuais, nos dias solicitados. -----

--- De **ASSOCIAÇÃO RECREATIVA CULTURAL GANÇARIA**, apresentando pedido de isenção de pagamento de taxas referente ao pedido de licença de ruído para realização de Festa Popular em Honra de Santa Marta, no Largo de Santa Marta, Gançaria nos dias vinte e seis a trinta de julho de dois mil e dezoito. -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente, que isentou a Associação Recreativa Cultural Gançaria do pagamento de taxas referente à licença especial de ruído para realização de Festa Popular em Honra de Santa Marta, nos dias solicitados. -----

--- De **FAINAS E FOLIAS ASSOCIAÇÃO**, apresentando pedido de isenção de pagamento de taxas referente ao pedido de licença de ruído para realização de Festival de Folclore, no Largo José Vitorino de Carvalho, número dez, Santa Iria da Ribeira de Santarém nos dias vinte e sete a vinte e nove de julho de dois mil e dezoito. -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente, que isentou Fainas e Folias Associação do pagamento de taxas referente à licença especial de ruído para realização de Festival de Folclore, nos dias solicitados. -----

--- De **RANCHO FOLCLÓRICO DA RIBEIRA DE SANTARÉM**, apresentando pedido de isenção de pagamento de taxas referente ao pedido de licença de ruído para realização do trigésimo segundo Festival de Folclore, no Largo de Santa Iria da Ribeira de Santarém, nos dias dezassete a dezanove de agosto de dois mil e dezoito. -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente, que isentou o Rancho Folclórico da Ribeira de Santarém do pagamento de taxas referente à licença especial de ruído para realização trinta e dois Festival de Folclore, nos dias solicitados. -----

--- De **RANCHO FOLCLÓRICO DA RIBEIRA DE SANTARÉM**, apresentando pedido de isenção de pagamento de taxas referente ao pedido de licença de ruído para realização de Picaria, no Largo de Santa Iria, Santa Iria da Ribeira de Santarém, no dia dezassete de agosto de dois mil e dezoito. -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente, que isentou o Rancho Folclórico da Ribeira de Santarém do pagamento de taxas referente à licença especial de ruído para realização de Picaria, nos dias solicitados. -----

--- De **RANCHO FOLCLÓRICO DE VALE DE FIGUEIRA**, apresentando pedido de isenção de pagamento de taxas referente ao pedido de licença de ruído para realização de Festival de Folclore, em Vale de Figueira - Parque Desportivo Alvitejo, Vale de Figueira, nos dias vinte e sete a vinte e nove de julho de dois mil e dezoito. -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente, que isentou o Rancho Folclórico de Vale de Figueira do pagamento de taxas referente à licença especial de ruído para realização de Festival de Folclore, nos dias solicitados. ---

--- De **ASSOCIAÇÃO GRUPO ETNOGRÁFICO DA PORTELA DAS PADEIRAS**, apresentando pedido de isenção de pagamento de taxas referente ao pedido de licença de ruído para realização de Festival do Caracol, na Estrada Nacional três, número cento e oito – cento e dez, Portela das Padeiras nos dias três a cinco de agosto de dois mil e dezoito. -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente, que isentou a Associação Grupo Etnográfico da Portela das Padeiras do pagamento de taxas referente à licença especial de ruído para realização de Festival do Caracol, nos dias solicitados. -----

--- De **ASSOCIAÇÃO RECREATIVA CULTURAL ALBERGARIENSE**, apresentando pedido de isenção de pagamento de taxas referente ao pedido de licença de

ruído para realização de Festa Popular de Verão, na Rua dos Combatentes, número cinco - Albergaria, Almoester, nos dias três a oito de agosto de dois mil e dezoito. -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente, que isentou a Associação Recreativa Cultural Albergariense do pagamento de taxas referente à licença especial de ruído para realização de Festa Popular de Verão, nos dias solicitados. -----

--- De **SOCIEDADE FILARMÓNICA ALCANEDENSE**, apresentando pedido de isenção de pagamento de taxas referente ao pedido de licença de ruído para realização de Animação de Rua e Concertos de Música Ligeira, na Rua da Feira de Alcanede - Parque Desportivo, Alcanede nos dias vinte e um e vinte e dois de julho de dois mil e dezoito. -

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente, que isentou a Sociedade Filarmónica Alcanedense do pagamento de taxas referente à licença especial de ruído para realização de Animação de Rua e Concertos de Música Ligeira, nos dias solicitados.-----

--- De **COMISSÃO DE FESTAS DO CORTIÇAL**, apresentando pedido de isenção de pagamento de taxas referente ao pedido de licença de ruído para realização de Festejos populares, na Rua do Comércio – Abrã, nos dias três a sete de agosto de dois mil e dezoito. -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho da senhora Vice-Presidente, que isentou a Comissão de Festas do Cortiçal do pagamento de taxas referente à licença especial de ruído para realização de Festejos populares, nos dias solicitados. -----

--- De **CENTRO CULTURAL E RECREATIVO DE PÉ DA PEDREIRA**, apresentando pedido de isenção de pagamento de taxas referente ao pedido de licença de ruído para realização de Festejos Anuais em Honra de Santa Susana, no Largo de Santa Suzana, Pé da Pedreira - Alcanede nos dias dez a catorze de agosto de dois mil e dezoito.

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho da senhora Vice-Presidente, que isentou o Centro Cultural e Recreativo de Pé da Pedreira do pagamento de taxas referente à licença especial de ruído para realização de Festejos Anuais em

Honra de Santa Susana, nos dias solicitados. -----

--- De **ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL DE ALCANEDE**, apresentando pedido de isenção de pagamento de taxas referente ao pedido de licença de ruído para realização de Festa Anual dois mil e dezoito, na Rua da Feira de Alcanede nos dias vinte e três e vinte e oito de agosto de dois mil e dezoito. -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho da senhora Vice-Presidente, que isentou a Associação Recreativa e Cultural de Alcanede do pagamento de taxas referente à licença especial de ruído para realização de Festa Anual dois mil e dezoito, nos dias solicitados. -----

--- De **GRUPO MOTARD "OS DESPACHADOS"**, apresentando pedido de isenção de pagamento de taxas referente ao pedido de licença de ruído para realização de XIII Moto Churrasco do Grupo Motard " Os Despachados", no Rua D. Maria Eugénia M. Duarte nos dias vinte e dois e vinte e três de setembro de dois mil e dezoito. -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho da senhora Vice-Presidente, que isentou o Grupo Motard "Os Despachados" do pagamento de taxas referente à licença especial de ruído para realização de XIII Moto Churrasco do Grupo Motard " Os Despachados", nos dias solicitados. -----

--- De **SPORT CLUBE POVOENSE "OS LEÕES"**, apresentando pedido de isenção de pagamento de taxas referente ao pedido de licença de ruído para realização de Festejos Anuais em honra da Nossa Senhora da Luz, na Rua D. Maria Eugénia M. Duarte, Póvoa de Santarém, nos dias dez a quinze de agosto de dois mil e dezoito. -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho da Sra. Vice-Presidente, que isentou Sport Clube Povoense "Os Leões" do pagamento de taxas referente à licença especial de ruído para realização de Festejos Anuais em honra da Nossa Senhora da Luz, nos dias solicitados. -----

--- De **RANCHO FOLCLÓRICO DE VIEGAS**, apresentando pedido de isenção de pagamento de taxas referente ao pedido de licença de ruído para realização de Festejos Populares Anuais, na Rua de Santo Estevão - Alcanede nos dias quinze a vinte de agosto de dois mil e dezoito. -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho da senhora Vice-Presidente, que isentou o Rancho Folclórico de Viegas do pagamento de taxas referente à licença especial de ruído para realização de Festejos Populares Anuais, nos dias solicitados. -----

----- **OUTRAS DELIBERAÇÕES** -----

--- **ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À FREGUESIA DE ALCANEDE PARA A REALIZAÇÃO DA EXPOALCANEDE DOIS MIL E DEZOITO** -----

--- Pelo **senhor Presidente**, foi presente a proposta número trinta e dois/P/dois mil e dezoito, de nove do mês findo, que a seguir se transcreve: -----

--- “Considerando que:-----

--- I. A Junta de Freguesia de Alcanede, pretende realizar no próximo mês de setembro a ExpoAlcanede dois mil e dezoito; -----

--- II. Este evento, promovido pela Freguesia de Alcanede, baseia-se na exposição das diversas entidades empresariais da zona Norte do Concelho;-----

--- III. Trata-se de uma área territorial de incontornável importância para a economia local, deste e dos concelhos vizinhos a Norte, bem como de notável importância nacional, nomeadamente devido ao setor da extração de recursos minerais da Serra de Aire e Candeeiros (encontram-se cerca de seiscentas pedreiras ativas); -----

--- IV. Este setor de atividade económica apresentou em dois mil e treze um volume de negócios e exportação de cerca de trezentos e quarenta milhões de euros e tem vindo a apresentar uma tendência de subida no que respeita às exportações para países como a França, China e Arábia Saudita; -----

--- V. Para além do setor da pedra, existem outras indústrias de grande relevo na zona, no âmbito de curtumes, equipamentos de frio e de hotelaria, mobiliário e colchões, processamento de carnes, metalomecânica pesada de apoio à indústria extrativa, com um volume de negócios anual na ordem dos cento e vinte milhões de euros;-----

--- VI. Face aos valores expostos, não existe dúvida que a atividade destas empresas é essencial para a sustentabilidade económica e desenvolvimento local do Concelho de Santarém e, em consequência, para a melhoria das condições de vida da sua população;-

--- VII. Trata-se de um evento único no Concelho, em que o desafio é o de potenciar a notoriedade, a promoção, a divulgação, as vendas, os intercâmbios e as oportunidades de negócio, eixos que visam contribuir para estimular a vida das empresas locais, com consequências na atividade económica ao nível Municipal; -----

--- VIII. Compete à Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à realização de eventos de interesse para o Município; -----

--- IX. Compete à Câmara Municipal, promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse Municipal; -----

--- X. Compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações. -----

--- Assim, tenho a honra de propor e submeter à aprovação da Câmara Municipal e posteriormente, da Assembleia Municipal, a concessão de apoio financeiro à freguesia de Alcanede, mediante a atribuição de um subsídio no valor de vinte mil euros (este apoio apenas efetuar-se-á tendo como contrapartida a apresentação pelo beneficiário, de documentos comprovativos da realização de despesas associadas ao apoio concedido), para apoio na organização do evento ExpoAlcanede dois mil e dezoito, ao abrigo das alíneas o) e ff) do número um do artigo trinta e três do Anexo I da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, em articulação com o disposto na alínea j) do número um do artigo vinte e cinco do mesmo diploma.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar e propor à Assembleia Municipal a concessão de apoio financeiro à freguesia de Alcanede, mediante a atribuição de um subsídio no valor de vinte mil euros para organização do evento ExpoAlcanede dois mil e dezoito, ao abrigo das alíneas o) e ff) do número um do artigo trinta e três do Anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, em articulação com o disposto na alínea j) do número um do artigo vinte e cinco do mesmo diploma. -----

--- **PROPOSTA ATRIBUIÇÃO APOIO FINANCEIRO À UNIÃO DAS**

**FREGUESIAS DE AZOIA DE CIMA E TREMÊS PARA A REALIZAÇÃO DO
“FESTIVAL DO MARISCO”** -----

--- Pelo **Serviço Municipal de Cultura e Turismo** foi presente a informação número noventa e dois, de vinte e seis de junho último, do seguinte teor: -----

--- “Relativamente ao assunto referenciado em epígrafe e considerando que: -----

--- Um - Ao longo dos últimos anos, a referida União de Freguesias, tem implementado uma dinâmica cultural em prol da preservação das tradições e do desenvolvimento das comunidades locais, através de inúmeros projetos e eventos: -----

--- Dois - Com objetivo de despertar os gostos e interesses dos visitantes para que regressem e se demorem na degustação de pratos singulares inspirados no sabor peculiar do Marisco, a União de Freguesias de Azoia de Cima e Tremês organiza o “décimo terceiro Festival do Marisco”, iniciativa que se assume já como uma referência no Cartaz Gastronómico do Distrito de Santarém. -----

--- Três - Embora, a Câmara Municipal de Santarém, ao longo dos últimos anos e ao abrigo do Associativismo Cultural, apenas tenha prestado apoio pontual, com recursos próprios, esta iniciativa merece um apoio excecional devido, por um lado, à relevância e notoriedade para o desenvolvimento cultural e económico da respetiva comunidade local e do concelho de Santarém e, por outro lado, aos elevados custos que implica a sua produção e dinamização: local e do concelho de Santarém e, por outro, aos elevados custos que implica a sua produção e organização: -----

--- Quatro - A atribuição de apoios financeiros constitui uma competência municipal, nos termos da alínea u) do número um do artigo trinta e três do Anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, “apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município...”. -----

--- Face ao exposto e no cumprimento de indicação superior perante os valores apresentados, propõe-se a V. Exa.: -----

--- Um - A atribuição de um apoio financeiro no valor de dois mil e quinhentos euros à União Freguesias de Azoia de Cima e Tremês, assegurando-se que é respeitado o

disposto na alínea u) do número um do artigo trinta e três, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, bem como todos os procedimentos legais para assunção de novo compromisso; -----

--- Dois - A autorização para a realização dos procedimentos, por parte da secção de Contabilidade, para orçamentação, cabimentação e pagamento do apoio financeiro no valor de dois mil e quinhentos euros; -----

--- Três - A apresentação à Câmara Municipal de Santarém de documentos orçamentais das despesas inerentes ao “Festival de Marisco”, pela União Freguesias de Azoia de Cima e Tremês, para avaliação e verificação sobre a sua realização.-----

--- Quatro - O encaminhamento da presente matérias ao Exmo. senhor Presidente, a fim de submeter ao Executivo Municipal, enquanto órgão competente para o efeito.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir à União das freguesias de Azoia de Cima e Tremês um apoio financeiro no valor de dois mil e quinhentos euros, para a realização do “décimo terceiro Festival do Marisco”, e remeter o assunto à Assembleia Municipal de Santarém para apreciação e votação nos termos da alínea j) do número um do artigo vinte e cinco do anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro. -----

--- **SEGUROS DE ACIDENTES PESSOAIS – BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DO CONCELHO - BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ALCANEDE E DE PERNES -**

--- Pela **Secção de Contabilidade** foi presente a informação número onze mil quatrocentos e oitenta e seis, de onze do mês findo, do seguinte teor: -----

--- “Enquadrado no contrato de “Aquisição de apólices de seguros no âmbito do acordo quadro da central de compras eletrónicas - Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT)”, adjudicado à Seguradoras Unidas, S.A, por contrato de nove de janeiro de dois mil e dezoito, foram faturados os seguintes recibos: -----

--- - Recibo 75869336, de dezanove de junho se dois mil e dezoito, no valor de mil quatrocentos e oitenta e três euros e setenta e seis cêntimos, referente à apólice 5002161 - seguro de acidentes pessoais para os Bombeiros Voluntários de Alcanede, no período de dezoito de junho de dois mil e dezoito a dezassete de dezembro de dois mil e dezoito;

--- - Recibo 75923694, de vinte e três de junho de dois mil e dezoito, no valor de três mil trezentos e noventa euros e oitenta e dois cêntimos, referente à apólice 4946894 – seguro de acidentes pessoais para os Bombeiros Voluntários de Pernes, no período de dezoito de junho de dois mil e dezoito a dezassete de dezembro de dois mil e dezoito; ---

--- Tratando-se de um apoio, ainda que em espécie, sugiro o agendamento para reunião do Executivo Municipal, de acordo com a Lei número setenta e cinco/dois mil e treze de doze de setembro.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, assumir os encargos com os seguros de acidentes pessoais dos Bombeiros Voluntários de Alcanede e de Pernes, nos termos propostos na informação da Secção de Contabilidade, atrás transcrita. -----

--- **SEGUROS DE ACIDENTES PESSOAIS – BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DO CONCELHO - BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE SANTARÉM** -----

--- Pela **Secção de Contabilidade** foi presente a informação número treze mil quatrocentos e nove, de dez do corrente mês do seguinte teor: -----

--- “Enquadrado no contrato de ‘Aquisição de apólices de seguros no âmbito do acordo quadro da central de compras eletrónicas – CIMLT”, adjudicado à Seguradoras Unidas, S.A, por contrato de nove de janeiro de dois mil e dezoito, foi faturado o seguinte recibo:

--- - Recibo 76126679, de cinco de julho de dois mil e dezoito, no valor de dois mil duzentos e noventa e sete euros e quarenta e oito cêntimos, referente à apólice 4962047 – seguro de acidentes pessoais para os Bombeiros Voluntários de Santarém, no período de dezoito de junho de dois mil e dezoito de junho de dois mil e dezoito a dezassete de dezembro de dois mil e dezoito; -----

--- Tratando-se de um apoio, ainda que em espécie, sugiro o agendamento para reunião do Executivo Municipal, de acordo com a Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro. -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, conceder apoios financeiros no valor de dois mil duzentos e noventa e sete euros e quarenta e oito cêntimos aos Bombeiros Voluntários de Santarém, referente ao seguro de acidentes pessoais para no período de dezoito de junho de dois mil e dezoito a dezassete de dezembro de dois mil e dezoito. ---

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, assumir os encargos com os seguros de acidentes pessoais dos Bombeiros Voluntários do Concelho de Santarém, nos termos propostos na informação atrás transcrita, da Secção de Contabilidade. -----

--- **GRUPO DE FORCADOS AMADORES DE SANTARÉM - PAGAMENTO DE PRÉMIO DE SEGURO - ANUIDADE DA APÓLICE DO RAMO ACIDENTES PESSOAIS** -----

--- Pela **Secção de Património** foi presente a informação número doze mil setecentos e dezassete, de trinta e um do mês findo, do seguinte teor: -----

--- “Relativamente ao assunto em epígrafe, informa-se V. Exa. que a apólice do ramo Acidentes Pessoais número 0004437881, da seguradora Tranquilidade terá a renovação da sua anuidade no próximo dia vinte e quatro de agosto de dois mil e dezoito. -----

--- A apólice em causa segura vinte e cinco elementos do Grupo de Forcados Amadores de Santarém. -----

--- O âmbito das garantias da apólice seguro garante a cobertura de acidentes pessoais dos elementos do grupo de Forcados Amadores de Santarém, durante as atuações e corridas de touros e respetivos treinos. -----

--- Neste sentido, e, salvo melhor opinião de V. Exa., sugere-se a cabimentação da verba de quatro mil oitocentos e cinquenta e oito euros e setenta e cinco cêntimos para o pagamento da renovação do contrato de seguro a fim que não seja posta em causa a operacionalidade da apólice e também a atividade desenvolvida pelo grupo de Forcados Amadores de Santarém.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o apoio em espécie a atribuir ao Grupo de Forcados Amadores de Santarém, para pagamento da renovação do contrato de seguro, no valor de quatro mil oitocentos e cinquenta e oito euros e setenta e cinco cêntimos. -----

--- **PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE A AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL (ANPC), O MUNICÍPIO DE SANTARÉM E A ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ALCANEDE, PARA A CONSTITUIÇÃO DA EQUIPA DE INTERVENÇÃO**

PERMANENTE (EIP)-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os termos do Protocolo a celebrar entre a Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), o Município de Santarém e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcanede, para a constituição da Equipa de Intervenção Permanente (EIP), assumindo os respetivos encargos a partir de dez de agosto do corrente ano. -----

--- Mais foi deliberado propor à Assembleia Municipal, que delibere conceder autorização prévia para assunção do compromisso plurianual. -----

--- O referido protocolo, que aqui se dá por integralmente transcrito, fica anexo à presente ata (documento I), dela fazendo parte integrante. -----

--- PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE A AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL (ANPC), O MUNICÍPIO DE SANTARÉM E A ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE PERNES, PARA A CONSTITUIÇÃO DA EQUIPA DE INTERVENÇÃO PERMANENTE (EIP)-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os termos do Protocolo a celebrar entre a Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), o Município de Santarém e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pernes, para a constituição da Equipa de Intervenção Permanente (EIP), assumindo os respetivos encargos a partir de catorze de agosto do corrente ano. -----

--- Mais foi deliberado propor à Assembleia Municipal, que delibere conceder autorização prévia para assunção do compromisso plurianual. -----

--- O referido protocolo, que aqui se dá por integralmente transcrito, fica anexo à presente ata (documento II), dela fazendo parte integrante. -----

--- ACORDO DE PARCERIA A ESTABELECEER ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTARÉM E O CLUPAC - CLUBE PORTUGUÊS DE COLECIONADORES DE PACOTES DE AÇÚCAR-----

--- Pelo Serviço Municipal de Cultura e Turismo foi presente a informação número cento e treze, de vinte e seis do mês findo, do seguinte teor: -----

--- “No cumprimento de indicação superior sobre o assunto referenciado em epígrafe e com o propósito da atribuição de um apoio financeiro ao CLUPAC - Clube Português de Colecionadores de Pacotes de Açúcar, informo o seguinte: -----

--- Irá realizar-se nos dias vinte e dois e vinte e três de setembro "PORTSUGAR®" de dois mil e dezoito, em Santarém, evento que se destina essencialmente a divulgar o colecionismo periglicófilo e os valores culturais do concelho junto dos respetivos participantes e visitantes.-----

--- O referido Clube compromete-se: a promoção do concelho e região, através da: -----

--- a) Promoção da estadia (hotelaria e restauração) no concelho de trezentas/quinhentas pessoas, durante dois dias; -----

--- b) Divulgação dos valores culturais, particularmente no dia de domingo, durante o qual só se realizarão atividades culturais; -----

--- c) Realização dos contactos necessários, junto das diferentes cafeeiras, para produção de uma série de pacotes de açúcar promocional do evento e respetiva distribuição nacional;-----

--- d) Divulgação da iniciativa e das entidades apoiantes através da série de pacotes de açúcar promocional, referida na alínea anterior, e sua distribuição nacional; -----

--- e) assegurar ou delegar no grupo organizador, caso exista, a receção dos participantes e o acompanhamento do evento: -----

--- f) colaborar na divulgação do evento.-----

--- Propõe-se a V. Exa.:-----

--- Um. A atribuição de um apoio financeiro de três mil e quinhentos euros ao CLUPAC - Clube Português de Colecionadores de Pacotes de Açúcar, pessoa coletiva número 506181766, com sede na Rua António Cândido da Encarnação, número doze, BATALHA, assegurando-se que é respeitado o disposto na alínea u) do número um do artigo trinta e três, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, bem como todos os procedimentos legais para a assunção de novo compromisso, expresso em Acordo de Parceria a estabelecer com a Câmara Municipal de Santarém (proposta anexa): -----

--- Dois. A aprovação da proposta de Acordo de Parceria a estabelecer entre o Município de Santarém e o CLUPAC - Clube Português de Colecionadores de Pacotes de Açúcar; -

--- Três. A autorização para a realização dos procedimentos para orçamentação, cabimentação e pagamento do valor respeitante ao apoio financeiro, por parte da Contabilidade, ao CLUPAC - Clube Português de Colecionadores de Pacotes de Açúcar. I apenso à proposta do Acordo de Parceria; -----

--- Quatro. O encaminhamento da presente matéria ao Exmo. senhor Presidente, a fim de a submeter a aprovação do Executivo Municipal, enquanto órgão competente para o efeito.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar as cláusulas do Acordo de Parceria a estabelecer entre o Município de Santarém e o CLUPAC - Clube Português de Colecionadores de Pacotes de Açúcar, que aqui se dá por reproduzido, ficando cópia anexa à presente ata (documento III), dela fazendo parte integrante, assumindo os respetivos encargos.-----

--- AVALIAÇÕES DO PATRIMÓNIO MÓVEL DO MUNICÍPIO -
RELATÓRIOS DE AVALIAÇÃO DO NÚMERO OITO AO NÚMERO QUINZE
DE DOIS MIL E DEZOITO -----

--- Pela **Secção de Património** foi presente a informação número doze mil trezentos e cinquenta e oito, de vinte e quatro do mês findo, do seguinte teor; -----

--- “Junto se envia a V. Exa. relatórios de avaliação números oito a quinze de dois mil e dezoito, referentes às avaliações e grandes reparações de bens móveis e de veículos, que foram alvo de análise por parte da Comissão de Avaliação do Património Móvel do Município – CAPMM, nomeada para o efeito na reunião do executivo em vinte e quatro de outubro de dois mil e onze.-----

--- Sugere-se, salvo melhor opinião, que os presentes relatórios, sejam submetidos a reunião de executivo para conhecimento e aprovação dos respetivos valores, nos termos da alínea i) do número um do artigo trinta e três da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, bem como aceitação das doações, com respetivos valores, nos termos da alínea j) do número um, do artigo trinta e três da Lei

número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro.”-----

--- A Câmara deliberou, por maioria, com votos a favor dos senhores Presidente e Vereadores Nuno Serra, Cristina Martins, Jorge Rodrigues e Manuel Frazão e abstenções dos senhores Vereadores José Augusto, Virginia Esteves, André Lopes e Vânia Botequim, aprovar os relatórios de avaliação do património móvel do município números oito a quinze de dois mil e dezoito e respetivos valores, ficando os mesmos anexos à presente ata (documento IV), dela fazendo parte integrante, dispensando-se a sua transcrição nos termos da Lei. -----

--- **CANDIDATURA AO PROGRAMA “VIA EXPRESSO INVESTIDOR” – PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE BENEFÍCIOS DO PROGRAMA** -----

--- Pelo **Gabinete de Projetos Estratégicos – Gestão de Apoios Comunitários e Estratégias de Desenvolvimento** foi presente a informação número cinco, de dez do corrente mês, do seguinte teor: -----

--- “O Gabinete de Apoio ao Investidor rececionou o formulário de candidatura ao programa “*Via Expresso Investidor*” de **Susana Isabel Veiga Dias Branco**, residente no Solar dos Aciprestes, Casais Ciprestes, São Vicente do Paúl. -----

--- A investidora, com formação superior em Gestão de Organizações de Economia Social e em Comunicação Social, é formadora na área da Reabilitação Profissional na CERCI “Flôr da Vida” - Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas, C. R. L. presta serviços de consultadoria na área da imagem, comunicação e design nas empresas CMBJ – Casas de Campo Limitada e Q.C. Investimentos. -----

--- Descrição sumária do projeto: -----

--- O “Solar dos Aciprestes - Eco-friendly Guest House – teahouse - regional products” é um projeto de empreendimento que visa a prestação de serviços na área do turismo de natureza e desenvolvimento local, prestando serviços de alojamento temporário a turistas, mediante remuneração. pretende-se o desenvolvimento da economia local, através da utilização, divulgação e venda de produtos regionais da área onde se insere e também do resto do País, através de um conjunto de parcerias. Vender a marca regional e o produto Portugal, num conceito que une qualidade de vida, tradição, património,

ecoturismo e desenvolvimento, com competências de sustentabilidade e de impacto social positivo. Ser uma atividade turística com foco no património, atuando de forma sustentável, suprimindo necessidades sem comprometer o futuro das atuais e próximas gerações, mas melhorá-lo, promovendo o bem-estar, através da conservação deste património e sensibilização para a proteção, preservação e correta utilização do mesmo.

--- Associa divertimento a educação ambiental e social, redução de estados de stress e férias em família e/ou amigos, num ambiente intimista, familiar, de simplicidade e acolhedor. -----

--- Pretende-se adequar ao cliente o produto oferecido, de acordo com os seus gostos/necessidades, proporcionando a tranquilidade ou entusiasmo que deseje, considerando-se um projeto totalmente inclusivo.-----

--- A criação de postos de trabalho, parcerias com produtores locais e associações locais e o desenvolvimento de um plano de marketing interligam os âmbitos ambiental, económico, cultural e social. -----

--- Este projeto contém o impacto e dinâmica necessários que o projetam para um patamar futuro de sucesso/responsabilidade social/rentabilidade/sustentabilidade, sendo uma mais valia empresarial e social para a região, o Concelho de Santarém e o País. -----

--- Investir na requalificação deste imóvel e do espaço inerente promove a regeneração e revitalização da comunidade local, minorando a desertificação rural e produzindo vantagens a múltiplos níveis, trabalhando em estreita rede de cooperação com o tecido empresarial e associativo local e do território português. O fator de atratividade das nossas aldeias, para o público-alvo, devido ao nosso enorme potencial de recursos culturais, naturais e endógenos, dá-nos uma matriz identitária que este projeto abarca. Trata-se de promover o Ribatejo e o País. -----

--- Tendo em conta a riqueza paisagística, gastronómica e cultural, em conjunto com a necessidade de boas práticas ambientais e a defesa da biodiversidade, encontramos imensos motivos para a escolha desta região como destino do turismo de interior, tornando-se a vivência do campo uma mais valia para todas as partes. -----

--- Insere-se numa zona de turismo religioso, com as rotas de "Caminhos de Santiago" e

de Fátima, de caminheiros, ciclistas e aficionados da arte equestre (dada a proximidade imediata com a Golegã, zona de Lagares de azeite e olival antigo e novo e também de enoturismo, com a Rota de vinhos do Tejo e forte componente agrícola e regional. -----

--- Com os Rios Tejo e Alviela a passarem pela União de Freguesias, a Rota Avieira também faz parte do percurso. A reestruturação dos Caminhos Pedestres do Tejo, uma rota intermunicipal, passa pela União das freguesias, tendo um grande impacto. Os campinos e a criação de gado bravo também se verificam. -----

--- Vizinha da terra de José Saramago, a Azinhaga, a caminho da Golegã. estes são alguns dos muitos exemplos que tornam este projeto num excelente investimento e dinamização da região. -----

--- Localização da sede: Casais Ciprestes, São Vicente do Paúl, União de Freguesias de São Vicente do Paúl e Vale de Figueira, Concelho de Santarém. -----

--- Vantagens competitivas: escassa oferta deste produto face à elevada procura do mesmo. -----

--- Principais aspetos inovadores do projeto: -----

--- Apresenta um conceito que une o turismo, a qualidade de vida, a tradição, o património regional, o ecoturismo e o desenvolvimento local, com competências de sustentabilidade e de impacto local positivo. O investimento na requalificação do imóvel e do espaço envolvente, promove a regeneração e revitalização da comunidade local, minorando a desertificação rural. A criação de postos de trabalho e as parcerias com produtores e associações locais contribuem para o desenvolvimento local. -----

--- Outras características do projeto: -----

--- Local do Investimento: -----

--- Casais Ciprestes (Rua s/nome), São Vicente do Paúl -----

--- (Processo de obras número 01/2018-08) -----

--- Razões para a realização do projeto: -----

--- O Investimento necessário: -----

--- O investimento a realizar será de aproximadamente cento e cinquenta mil euros. O investidor prevê uma receita anual de vinte mil euros. -----

--- A Criação de postos de trabalho: -----

--- A implementação deste projeto irá permitir, a criação de um posto de trabalho permanente. -----

--- O investidor espera, através do programa **Via Expresso Investidor**, beneficiar de redução das taxas municipais, obter apoio ao nível do encaminhamento e rapidez dos processos, de forma a obter a aprovação dos projetos que se verifiquem necessários para atingir os objetivos necessários. -----

--- Aplicação de soluções sustentáveis no âmbito do ambiente: -----

--- - Aplicação de painéis solares de produção de energia e aquecimento de águas; -----

--- - Certificação energética classe A, -----

--- - Vegetação autóctone com jardim autossustentável; -----

--- - Dois sumidouros dióxido de carbono. -----

--- Inovação da operação:-----

--- Não existem atualmente muitos projetos semelhantes na freguesia e considerando o impacto na economia local, considera-se que o projeto possui algum grau de inovação. --

--- Da aplicação dos critérios de avaliação a pontuação a atribuir a este projeto é de sessenta e dois vírgula cinco: -----

Crítérios de avaliação utilizados pela comissão de análise	Pontuação	Ponderação	Resultado
Criação de postos de trabalho	50	25%	12,5
Viabilidade económica e financeira	50	25%	12,5
Soluções sustentáveis no domínio do ambiente	75	25%	18,75
Inovação da operação	75	25%	18,75
Total	100%		<u>62,5</u>

--- A pontuação alcançada pelo projeto supera os cinquenta pontos exigidos, pelo que estão reunidas as condições para a atribuição dos benefícios do programa “*Via Expresso Investidor*” a Susana Isabel Veiga Dias Branco, no âmbito do projeto de investimento, propõe-se superiormente a: -----

--- - Atribuição da qualificação “*Via Expresso Investidor*”, aquando da entrada do processo de licenciamento; -----

--- - Prioridade no encaminhamento do processo;-----

--- - Redução das taxas camarárias inerentes ao processo, em vinte por cento e -----

--- - Apoio técnico personalizado.”-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, conceder a Susana Isabel Veiga Dias Branco os benefícios do programa “Via Expresso Investidor”, no âmbito do projeto de investimento “Solar dos Aciprestes - Eco-friendly Guest House – teahouse - regional products”. -----

--- **ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DA ESCOLA SUPERIOR AGRÁRIA DE SANTARÉM - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO NO ÂMBITO DAS COMEMORAÇÕES DOS CENTO E TRINTA ANOS ENSINO AGRÁRIO DE SANTARÉM**-----

--- Pela **Divisão de Educação e Juventude** foi presente a informação número doze mil trezentos e dezanove, de vinte e três do mês findo, do seguinte teor: -----

--- “Na sequência do pedido efetuado pela Associação de Estudantes da Escola Superior Agrária de Santarém, para a realização das Comemorações dos cento e trinta anos do ensino agrário de Santarém, o Município propõe apoiar a entidade no valor de mil euros.

--- Perante o exposto, propomos o seguinte:-----

--- Um. Cabimentação, autorização e compromisso no valor de mil euros;-----

--- Dois. Seja submetido o assunto a reunião do executivo municipal para a respetiva deliberação, enquadrando-se o apoio a conceder na alínea u) do número um do artigo trinta e três da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro; -----

--- Três. Aplicação, após aceitação do proposto em reunião do executivo municipal, de todos os procedimentos legais para assunção da respetiva despesa.”-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, conceder um apoio financeiro, à Associação de Estudantes da Escola Superior Agrária de Santarém, no montante de mil euros, para a realização das Comemorações dos cento e trinta anos do ensino agrário de Santarém.----

--- **ISENÇÃO DE TARIFA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E**

DEVOLUÇÃO DO VALOR DAS TARIFAS PAGAS - RUA ANTÓNIO CAETANO RODRIGUES (TERRENO), NÚMERO OITENTA E DOIS, FREGUESIA DE ALCANHÕES-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido do munícipe, procedendo à devolução da tarifa de recolha de resíduos sólidos urbanos, no valor total de quinhentos e quarenta e sete euros e setenta e nove cêntimos, em virtude do número oitenta e dois, da Rua António Caetano Rodrigues, sito na freguesia de Alcanhões estar inserida num espaço Agroflorestal, para a qual terá sido emitido parecer “que todas as infraestruturas necessárias serão da responsabilidade e encargo do interessado (número três do artigo sessenta e seis do Plano Diretor Municipal”)), não sendo servido pelo serviço de recolha de resíduos sólidos urbanos. -----

--- Mais foi deliberado, isentar o requerente do pagamento futuro da tarifa de resíduos sólidos urbanos referentes à morada em causa. -----

--- ISENÇÃO DE TARIFA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E DEVOLUÇÃO DO VALOR DAS TARIFAS PAGAS - RUA DA RIBEIRA BAIXA - SÍTIO DO SOBRAL, ADVAGAR, FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ACHETE, AZOIA DE BAIXO E PÓVOA DE SANTARÉM-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido do munícipe, procedendo à devolução da tarifa de recolha de resíduos sólidos urbanos, no valor total de duzentos e vinte e sete euros e noventa e quatro cêntimos, em virtude da moradia em questão, sita na Rua da Ribeira Baixa - Sítio do Sobral, Advagar, freguesia da União das freguesias de Achete, Azoia de Baixo e Póvoa de Santarém estar implantada em área agroflorestal, não se encontrando disponível o serviço de gestão de resíduos sólidos urbanos naquela zona e o equipamento de recolha indiferenciada se encontrar a uma distância superior a duzentos metros do limite do prédio. -----

--- Mais foi deliberado, isentar o requerente do pagamento futuro da tarifa de resíduos sólidos urbanos referentes à morada em causa. -----

--- DEVOLUÇÃO DE TAXAS PELA EMISSÃO DE CERTIDÃO DE LOCALIZAÇÃO DE IMÓVEL NO CENTRO HISTÓRICO - PROCESSO

NÚMERO SEIS-DOIS MIL E DEZOITO/CENTO E SESSENTA E DOIS-----

--- Pela **Divisão de Planeamento e Urbanismo** foi presente a informação técnica, de sete de maio último, do seguinte teor:-----

--- “Na sequência da emissão de certidão requerida a vinte e um de março de dois mil e dezoito, para efeitos de isenção de certificação energética, vem a requerente solicitar devolução das taxas pagas pela referida emissão, em virtude de a mesma não ter valia atual. -----

--- Da análise ao referido pedido, cumpre-me informar o seguinte:-----

--- • Foi requerida a emissão de certidão em como o imóvel sito na Rua Capelo e Ivens, números trinta e seis e trinta e oito A, se localiza no Centro Histórico, com o objetivo de excluir o referido edifício do âmbito de aplicação do Sistema de Certificação Energética;

--- • O enquadramento legal para o referido pedido é o Decreto-lei número cento e dezoito/dois mil e treze, de vinte de agosto, que foi alvo de quatro alterações subsequentes; -----

--- • Foi emitida certidão em como “o prédio urbano, sito na Rua Capelo e Ivens, números trinta e seis e trinta e oito A, da União de Freguesias da Cidade de Santarém, deste Município, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo mil cento e nove da referida União de Freguesias, se encontra situado em Área Urbana a Preservar, vulgo centro histórico, de acordo com as plantas constituintes do Plano Diretor Municipal – PDM, bem como na Área de Reabilitação Urbana do Planalto de Santarém (Aviso número seis mil trezentos e quarenta e seis/dois mil e dezasseis, Diário da República, II série, número noventa e sete, de dezanove de maio de dois mil e dezasseis), e no conjunto do Centro Histórico em Vias de Classificação (Anúncio número treze mil setecentos e quarenta e sete/dois mil e doze, Diário da República, II série, número duzentos e trinta e um, de vinte e nove de novembro de dois mil e doze), o que é um facto;-----

--- • No entanto, para os efeitos que a certidão foi solicitada, e atendendo à redação atual do Decreto-lei número cento e dezoito/dois mil e treze, de vinte de agosto, não é possível excluir do âmbito de aplicação do Sistema de Certificação Energética o edifício

em causa, mas sim isentar o cumprimento de requisitos mínimos de desempenho energético no âmbito do licenciamento de operações urbanísticas, nos termos definidos na alínea b) do número três do artigo vinte e três do referido diploma. -----

--- Não obstante a certidão emitida atestar a localização correta, tal como requerido, reconhece-se que, para os efeitos pretendidos e atendendo à alteração do diploma legal, a mesma não tenha valia atual. -----

--- Face ao exposto, considera-se que existe fundamento para a devolução do valor cobrado pela emissão da certidão.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a devolução à requerente Maria Hélia Lopes Pereira Viegas do montante de quinze euros e cinco cêntimos referente à emissão de certidão de localização de imóvel no Centro Histórico. -----

--- **OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO - BPI & FUNDAÇÃO "LA CAIXA" - PROJETO ITINERANTE CREATIVITY EM SANTARÉM - PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS** -----

--- Pela **Secção de Receitas** foi presente a seguinte informação, acerca do assunto em epígrafe: -----

--- “Relativamente ao pedido formulado pela entidade identificada em epígrafe, para realização de evento, no âmbito do projeto itinerante Creativity, entre os dias dezanove e vinte e três de novembro, no Jardim da Liberdade, foi o mesmo autorizado através de despacho do senhor Presidente da Câmara em dezasseis de julho de dois mil e dezoito.--

--- A ocupação em causa importa no pagamento de taxas por ocupação do espaço público, no valor total de setecentos e sete euros e vinte e cinco cêntimos, (conforme exposto no número cinco do artigo vinte e três, capítulo VII – Ocupação do Espaço Público) tendo a entidade, após ter sido informada do valor indicado, solicitado isenção do pagamento de taxas.-----

--- Uma vez que a entidade requerente não tem fins lucrativos, é passível de isenção ou redução em cinquenta por cento do valor das taxas, conforme previsto na alínea a) do número dois, do artigo vinte e um, conjugado com o artigo vinte e um-A do capítulo IV do Regulamento Taxas do Município de Santarém.-----

--- Assim, coloca-se o assunto à consideração superior, com proposta de agendamento para eventual deliberação acerca da isenção ou redução de taxas em reunião do Executivo Municipal, nos termos da legislação em vigor.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, isentar o BPI & Fundação "la Caixa", do pagamento das taxas de ocupação do espaço público, no Jardim da Liberdade, entre os dias dezanove e vinte e três de setembro, com o Projeto Itinerante Creativity em Santarém, no montante de setecentos e sete euros e vinte e cinco cêntimos. -----

--- **OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO - CAMPANHA “AMIGOS NA DEMÊNCIA” – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS DA ASSOCIAÇÃO ALZHEIMER PORTUGAL** -----

--- Pela **Secção de Receitas** foi presente a informação número dezoito mil novecentos e treze, de dezassete do mês findo, do seguinte teor: -----

--- “Relativamente ao pedido formulado pela entidade identificada em epígrafe, para ocupação com banca e duas cadeiras, na Calçada do W Shopping, no dia trinta de julho, foi o mesmo autorizado através de despacho do senhor Presidente da Câmara em dezasseis de julho de dois mil e dezoito.” -----

--- Informa-se que a ocupação em causa implica o pagamento de taxas por ocupação do espaço público, no valor de trinta e seis euros e setenta e cinco cêntimos por metro quadrado, (conforme exposto número cinco do artigo vinte e três, capítulo VII – Ocupação do Espaço Público) sendo que, embora não seja solicitado pela entidade, poderá a ocupação ser alvo de isenção ou redução em cinquenta por cento do valor das taxas, uma vez que se trata de uma instituição Particular de Solidariedade Social (estatutos em anexo ao registo) estando essa situação prevista no Regulamento de Taxas do Município de Santarém, no artigo vinte e um, conjugado com o vinte e um-A do capítulo IV. -----

--- Assim, coloca-se à consideração superior a isenção ou redução de taxas, devendo o presente registo ser levado ao conhecimento do senhor Presidente com proposta de agendamento para eventual deliberação da isenção ou redução de taxas em reunião do Executivo Municipal, nos termos da legislação em vigor.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, isentar a Associação Alzheimer Portugal do pagamento das taxas de ocupação de espaço público, na Calçada Seleção de Sessenta e Seis, com uma banca e duas cadeiras, no valor de trinta e seis euros e setenta e cinco cêntimos por metro quadrado.-----

**--- CENTRO DE CULTURA, RECREIO DE DESPORTO MOÇARRIENSE –
ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO PARA A CONSTRUÇÃO DOS
BALNEÁRIOS DO CAMPO DE FUTEBOL-----**

--- Pela **Divisão de Educação e Juventude** foi presente a informação número doze mil cento e trinta e cinco, de dezanove do mês findo, do seguinte teor: -----

--- “Considerando que:-----

--- - O direito ao Desporto está consagrado pelo artigo setenta e nove da Constituição da República Portuguesa.-----

--- - A promoção e o apoio ao desporto, consubstanciado no apoio à criação de condições para prática desportiva é, sem dúvida, uma das competências e obrigações das autarquias, na perspetiva da defesa de interesses comuns e específicos das populações. --

--- - Os Balneários do Campo de Futebol do Centro de Cultura, Recreio de Desporto Moçarriense, não reuniam condições de homologação para a realização de jogos, nomeadamente das competições nacionais, como será o caso da equipa de juniores que vai disputar o Campeonato Nacional da II Divisão na próxima época desportiva de dois mil e dezoito/dois mil e dezanove, sendo urgente a construção de uns balneários novos, para poder continuar a participar nas competições oficiais;-----

--- - O clube assegura a prática regular de mais de uma centena de atletas; -----

--- - O orçamento da construção dos balneários atinge valores de cento e cinquenta mil oitocentos e noventa euros e quarenta e seis cêntimos, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor; -----

--- - O Clube candidatou a intervenção ao Concurso de Modernização das Infraestruturas Desportivas dos Clubes da Competições Não Profissionais, promovido pela Federação Portuguesa de Futebol e vai ser financiada com cinquenta e cinco mil quinhentos e quarenta e dois euros;-----

--- - Neste sentido o Município de Santarém tem inscrito nas GOP – Grandes Opções do Plano para dois mil e dezoito uma verba no valor de setenta e cinco mil euros para participar na Construção do Balneários Novos do Centro de Cultura, Recreio de Desporto Moçarriense; -----

--- - A intervenção social do clube é fundamental para o território na Freguesia da Moçarria. -----

--- E em conformidade com o disposto na alínea o), conjugada com a alínea u), do número um do artigo trinta e três da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, propõe-se à superior consideração a atribuição de um **apoio financeiro no valor de setenta e cinco mil euros**, ao Centro de Cultura, Recreio de Desporto Moçarriense, para a realização das obras de construção dos balneários novos do campo de futebol.”-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir ao Centro de Cultura, Recreio de Desporto Moçarriense um apoio financeiro no valor de setenta e cinco mil euros, para a realização das obras de construção dos novos balneários do campo de futebol. -----

--- **PROPOSTA ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO AO CENTRO CULTURAL E REGIONAL DE SANTARÉM PARA REALIZAÇÃO DE OBRAS REQUALIFICAÇÃO NA SUA SEDE** -----

--- Pelo **Serviço Municipal de Cultura e Turismo** foi presente a informação número cento e quatro, de dezasseis do mês findo, do seguinte teor: -----

--- “Relativamente ao assunto referenciado em epígrafe e considerando que a referido Centro: -----

--- Um. Ao longo dos últimos anos, têm implementado uma dinâmica cultural em prol da preservação das tradições e do desenvolvimento das respetivas comunidades locais, através de inúmeros projetos e atividades do foro cultural, recreativo e educativo; -----

--- Dois. Correspondendo às necessidades de requalificação na sua sede, imposta pela degradação ao longo dos anos, manifestou ao Município de Santarém a imprescindibilidade de efetivação de obras em algumas áreas do referido espaço da sede, para permitir a melhoria das capacidades de acolhimento em segurança e conforto; -----

--- Três. A atribuição de apoios financeiros constitui uma competência Municipal, nos termos da alínea u) do número um do artigo trinta e três do Anexo à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze setembro, “apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, ...” -----

--- Face ao exposto e no cumprimento de indicação superior, propõe-se a V. Exa.: -----

--- Um. A atribuição de um apoio financeiro no valor de cinco mil euros ao Centro Cultural e Regional de Santarém, mediante comprovativos de despesas, assegurando-se que é respeitado o disposto na alínea u) do número um do artigo trinta e três, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, bem como todos os procedimentos legais para a assunção de novo compromisso; -----

--- Dois. A autorização para a realização dos procedimentos para orçamentação, cabimentação e pagamento do valor respeitante ao apoio financeiro, por parte da contabilidade, ao Centro Cultural e Regional de Santarém;” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir ao Centro Cultural e Regional de Santarém um apoio financeiro no valor de cinco mil euros para realização de obras de requalificação na sua sede. -----

--- **JOGOS COM FREGUESIAS DOIS MIL E DEZOITO – RATIFICAÇÃO** -----

--- Pela **Divisão de Educação e Juventude** foi presente a informação número onze mil quatrocentos e cinquenta e sete, de onze do mês findo, do seguinte teor: -----

--- “No corrente ano de dois mil e dezoito o município de Santarém em conjunto com a Empresa Municipal Viver Santarém está a organizar uma atividade de dinamização lúdico desportiva envolvendo equipas representativas de onze freguesias do concelho, que constam do anexo, sendo que estas são representadas por associações ou clubes das respetivas freguesias, designada por JOGOS COM FEGUESIAS, realizando-se estes jogos no Complexo Aquático Municipal. -----

--- Com o objetivo de apoiar a participação e auxiliar nas despesas inerentes da Associação ou clube na mesma propomos a atribuição um prémio presença no valor de duzentos e cinquenta euros o que resulta num total de dois mil e setecentos e cinquenta euros. -----

--- Como prémios de classificação final serão atribuídos valores financeiros, sendo ao vencedor trezentos e cinquenta euros, ao segundo classificado trezentos euros e ao terceiro duzentos e cinquenta euros, o que totaliza novecentos euros. -----

--- Assim, o montante com a realização dos JOGOS COM FREGUESIAS é de três mil e seiscentos e cinquenta euros. -----

--- Face ao exposto, propõe-se a V. Excelência a adoção de um procedimento de cabimentação e compromisso, no valor de três mil seiscentos e cinquenta euros de modo a que se possa fazer o pagamento às coletividades que vão participar nos JOGOS, sendo como referido antes o valor de duzentos e cinquenta euros por coletividade, totalizando dois mil setecentos e cinquenta euros, relativamente aos prémios no valor de novecentos euros o compromisso será após o dia treze de julho de dois mil e dezoito, dia da realização da final. -----

--- Assim e pelo disposto nas alíneas f) do número dois do artigo vinte e três e u) do número um do artigo trinta e três da Lei número setenta/dois mil e treze, de doze de setembro, é apresentada para aprovação do executivo Municipal, a proposta de atribuição de apoios financeiros aos Jogos Com Freguesias do Concelho de Santarém no valor total de três mil seiscentos e cinquenta euros. -----

----- **JOGOS COM FREGUESIAS – DOIS MIL E DEZOITO** -----

--- * **União de Freguesias da Cidade:** -----

--- *Associação:* Rugby Club de Santarém -----

--- * **Junta de Freguesia de Abitureiras:** -----

--- *Associação:* Centro Convívio Cultura e Desporto Abitureiras -----

--- * **Junta de Freguesia de Arneiro de Milhariças:** -----

--- *Associação:* Centro Cultural Recreativo Arneirense -----

--- * **União de Freguesias de Achete, Azoia de Baixo e Póvoa de Santarém:** -----

--- *Associação:* Fábrica da Igreja Paroquial de Santa Maria de Achete -----

--- * **Junta de Freguesia de Abrã:** -----

--- *Associação* Cultural e Recreativa de Amiais de Cima -----

--- * **Junta de Freguesia de Gançaria:** -----

--- *Associação*: Sociedade Filarmónica da Gançaria-----

--- * **Junta de Freguesia de Alcanhões**:-----

--- *Associação*: Associação de Pais, Encarregados de Educação e Amigos do Jardim Infância e Escola Básica de Alcanhões -----

--- * **União de Freguesias de Azoia de Cima e Tremez**:-----

--- *Associação*: Grupo Desportivo de Tremez -----

--- * **Junta de Freguesia de Alcanede**:-----

--- *Associação*: Associação Recreativa e Cultural de Alqueidão do Rei-----

--- * **Junta de Freguesia de Amiais de Baixo**:-----

--- **Associação**: Casa do Povo de Amiais de Baixo-----

--- * **Junta de Freguesia de Almoester**:-----

--- *Associação*: União Desportiva, Recreativa e Cultural Primeiro de Maio do Casal da Charneca”-----

--- Em dezasseis do mês findo a **Divisão de Educação e Juventude** efetuou a seguinte adenda à informação atrás transcrita:-----

--- “No seguimento da informação referente ao assunto em epígrafe e tendo-se se realizado a final dos JOGOS COM FREGUESIAS serve o presente para informar que os compromissos para pagamento dos prémios devem ser os seguintes:-----

--- Um – Classificado no valor de trezentos e cinquenta euros - Grupo Desportivo de Tremez;-----

--- Dois – Classificado no valor de trezentos euros - Rugby Club de Santarém;-----

--- Três – Classificado no valor de duzentos e cinquenta euros – Associação Cultural e Recreativa de Amiais de Cima.”-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho da senhora Presidente em exercício que, em trinta do mês findo concordou com a atribuição de um prémio presença no valor de duzentos e cinquenta euros a todos os participantes nos Jogos com Freguesia e prémios no valor de trezentos e cinquenta euros ao primeiro classificado, trezentos euros ao segundo classificado e duzentos e cinquenta euros ao terceiro classificado.-----

--- PEDIDO DE APOIO PARA PAGAMENTO DE RENDAS DÉBITO, NO ÂMBITO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO ARRENDAMENTO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - BAIRRO PRIMEIRO DE JULHO, LOTE DOIS, SEGUNDO ANDAR DIREITO, EM VALE DE ESTACAS – PROCESSO DE ATENDIMENTO NÚMERO SETENTA E CINCO/DOIS MIL E NOVE -----

--- Pela **Divisão de Ação Social e Saúde** foi presente a informação número dez mil oitocentos e oitenta e um, de vinte e nove de junho último, do seguinte teor:-----

--- “A munícipe, de sessenta e seis anos, vem, através da Equipa de Rede Local de Intervenção Social (RLIS) – Cruz Vermelha Portuguesa, solicitar apoio no pagamento de cinquenta por cento do valor da renda mensal, pelo prazo de seis meses. -----

--- A munícipe reformada por invalidez, tem uma reforma e complemento solidário para idosos no valor total de trezentos e noventa e dois euros e dezanove cêntimos. Vive sozinha e não tem rede familiar de suporte. -----

--- Tem contrato de arrendamento da habitação com data de um de abril de dois mil, devidamente registado no Serviço de Finanças, pagando uma renda mensal de duzentos euros. De acordo com informação social da Rede Local de Intervenção Social (RLIS) a habitação encontra-se em bom estado de conservação e conforto, possuindo todos os equipamentos essenciais para a realização das atividades de vida diária. -----

--- Ao valor da renda, acrescem todas as despesas inerentes ao uso de uma habitação, a alimentação e saúde identificadas no relatório social. A munícipe já se encontra a beneficiar do Cartão Abem. -----

--- Assim e face ao exposto e em concordância com a Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, coloca-se à consideração superior a atribuição do subsídio no valor de seiscentos euros (cem euros vezes seis meses) de acordo com a alínea b) número um do artigo décimo do Regulamento Municipal de Atribuição de Subsídio ao Arrendamento a Estratos Sociais Desfavorecidos, a ser pago diretamente ao proprietário.”-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, conceder à requerente do Processo de

atendimento número setenta e cinco/dois mil e nove, um apoio ao arrendamento, no montante de cem euros mensais, correspondentes a cinquenta por cento do valor da renda mensal, durante seis meses, a ser pago diretamente ao proprietário. -----

--- PEDIDO DE APOIO PARA PAGAMENTO DE CINQUENTA POR CENTO DO VALOR DA RENDA MENSAL, NO ÂMBITO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO ARRENDAMENTO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – PROCESSO DE ATENDIMENTO NÚMERO VINTE E SETE/DOIS MIL E DEZOITO -----

--- Pela **Divisão de Ação Social e Saúde** foi presente a informação número vinte mil e setenta e nove, de dezasseis do mês findo, do seguinte teor:-----

--- “A munícipe de cinquenta e dois anos, vem solicitar apoio no pagamento de cinquenta por cento do valor da renda mensal, pelo prazo de seis meses. -----

--- A requerente recebe de remuneração base o montante de quinhentos e oitenta euros, sendo este o único rendimento.-----

--- Vive sozinha com a filha e não tem rede familiar de suporte. -----

--- Tem contrato de arrendamento da habitação com data de um de junho de dois mil e dezoito, devidamente registado no Serviço de Finanças, pagando uma renda mensal de duzentos euros. De acordo com informação da requerente a habitação encontra-se em bom estado de conservação e conforto, possuindo todos os equipamentos essenciais para a realização das atividades de vida diária. A munícipe apresenta a situação tributária regularizada. -----

--- Ao valor da renda, acrescem todas as despesas inerentes ao uso de uma habitação, a alimentação, saúde, água, luz, gás, identificadas no relatório social do processo de apoio a funcionários/as. A munícipe já se encontra a beneficiar do apoio alimentar e loja social.

--- Assim e face ao exposto e em concordância com a Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, coloca-se à consideração superior a atribuição do subsídio no valor de seiscentos euros (cem euros vezes seis meses) de acordo com a alínea b) número um do artigo décimo do Regulamento Municipal de Atribuição de Subsídio ao Arrendamento a Estratos Sociais Desfavorecidos, a ser pago diretamente ao

proprietário.”-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, conceder à requerente do Processo de atendimento número vinte e sete/dois mil e dezoito, um apoio ao arrendamento, no montante de cem euros mensais, correspondentes a cinquenta por cento do valor da renda mensal, durante seis meses, a ser pago diretamente ao proprietário. -----

--- **PEDIDO DE APOIO NO PAGAMENTO DE CINQUENTA POR CENTO DO VALOR DA RENDA MENSAL, NO ÂMBITO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO ARRENDAMENTO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - TRAVESSA CASAL MIMOSO, NÚMERO SEIS, PRIMEIRO ANDAR B, FREGUESIA DO VALE DE SANTARÉM**-----

--- Pela **Divisão de Ação Social e Saúde** foi presente a informação número onze mil trezentos e cinquenta e nove, de dez do mês findo, do seguinte teor: -----

--- “Na sequência do apoio solicitado através da munícipe (...), processo encaminhado pela Equipa de Acompanhamento do Rendimento Social de Inserção (RSI) da Santa Casa da Misericórdia de Santarém, informo o seguinte: -----

--- - Trata-se de um agregado familiar ex-residente em Pinheiro das Areias que arranjou uma habitação em Travessa Casal Mimoso, número seis, primeiro B, Vale de Santarém;

--- - O contrato de arrendamento vigora de quinze de junho de dois mil e dezoito com termo em catorze de junho de dois mil e dezanove;-----

--- - A requerente paga mensalmente a quantia de cento e oitenta euros;-----

--- - O agregado familiar é constituído pela requerente, cônjuge e dois filhos menores; -

--- - São beneficiários do Rendimento Social de Inserção no valor de mensal de quinhentos e quatro euros e quatro centimos, sendo o seu cônjuge o titular;-----

--- - O agregado não apresenta mais fontes de rendimento; -----

--- - O rendimento per capita do agregado familiar é no valor de cento e oito euros, inferior ao Indexante dos Apoios Sociais (IAS é igual a quatrocentos e vinte e oito euros e noventa centimos);-----

--- - De referir que ao valor da renda acrescem mensalmente os gastos com a

alimentação, pagamentos de luz, água, gaz, telefone, transportes e saúde. -----

--- Face ao exposto, a requerente solicita apoio no pagamento de cinquenta por cento do valor da renda mensal, no valor de noventa euros por mês, durante seis meses. -----

--- Mais se informa sobre os procedimentos internos, Processo número 2018/650.20.001/10, conforme o registo MyDoc número dez mil cento e oitenta e quatro, de dezanove de junho de dois mil e dezoito, no âmbito do “programa excecional de apoio à comunidade do Pinheiro das Areias (projeto piloto de integração à comunidade, em desenvolvimento)”, sobre a norma transitória, ao Regulamento Municipal de Atribuição de Subsídio ao Arrendamento a Estratos Sociais Desfavorecidos, com a majoração de mais seis meses no pagamento de cinquenta por cento do valor da renda mensal, perfazendo um período total de doze meses. -----

--- Assim, e das condições de acesso e instrução do pedido necessárias para à atribuição do subsídio de arrendamento, conforme os artigos quarto, quinto e sétimo, do Regulamento Municipal de Atribuição de Subsídio ao Arrendamento a Estratos Sociais Desfavorecidos, são apresentados os documentos necessários, pelo que se remete o presente assunto à consideração superior de V. Exa.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, conceder à requerente residente na Travessa Casal Mimoso, número seis, primeiro B, freguesia do Vale de Santarém, um apoio ao arrendamento, no montante de noventa euros mensais, correspondentes a cinquenta por cento do valor da renda mensal, durante seis meses, a ser pago diretamente ao proprietário. -----

--- PEDIDO DE APOIO NO PAGAMENTO DE CINQUENTA POR CENTO DO VALOR DA RENDA MENSAL, NO ÂMBITO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO ARRENDAMENTO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - ESTRADA NACIONAL TREZENTOS E SESSENTA E CINCO, VIVENDA SANTA FILOMENA, RÉSDO-CHÃO, PRIMEIRO ANDAR, UNIÃO DE FREGUESIAS DA CIDADE DE SANTARÉM-----

--- Pela **Divisão de Ação Social e Saúde** foi presente a informação número onze mil

oitocentos e quarenta e oito, de dezasseis do mês findo, do seguinte teor: -----

--- “Na sequência do apoio solicitado através da munícipe (...), processo encaminhado pela Equipa de Acompanhamento do Rendimento Social de Inserção (RSI) da Santa Casa da Misericórdia de Santarém, informo o seguinte: -----

--- - Trata-se de um agregado familiar ex-residente em Pinheiro das Areias que arranhou uma habitação em estrada nacional trezentos e sessenta e cinco, Vivenda Santa Filomena, rés-do-chão e primeiro andar, Santarém; -----

--- - O contrato de arrendamento vigora de um de julho de dois mil e dezoito com termo em um de julho de dois mil e dezanove; -----

--- - A requerente paga mensalmente a quantia de trezentos euros; -----

--- - O agregado familiar é constituído pela requerente, cônjuge e duas filhas menores; -

--- - São beneficiários do Rendimento Social de Inserção no valor de mensal de quinhentos e quatro euros e quatro centimos, sendo o seu cônjuge o titular; -----

--- - O agregado não apresenta mais fontes de rendimento; -----

--- - O rendimento per capita do agregado familiar é no valor de cento e vinte e seis euros e um centimos, inferior ao Indexante dos Apoios Sociais (IAS igual a quatrocentos e vinte e oito euros e noventa centimos); -----

--- - De referir que ao valor da renda acrescem mensalmente os gastos com a alimentação, pagamentos de luz, água, gaz, telefone, transportes e saúde. -----

--- Face ao exposto, a requerente solicita apoio no pagamento de cinquenta por cento do valor da renda mensal, no valor de cento e cinquenta euros por mês, durante seis meses.

--- Mais se informa sobre os procedimentos internos, Processo número 2018/650.20.001/10, conforme o registo MyDoc número dez mil cento e oitenta e quatro, de dezanove de junho de dois mil e dezoito, no âmbito do “programa excecional de apoio à comunidade do Pinheiro das Areias (projeto piloto de integração à comunidade, em desenvolvimento)”, sobre a norma transitória, ao Regulamento Municipal de Atribuição de Subsídio ao arrendamento a Estratos Sociais Desfavorecidos, com a majoração de mais seis meses no pagamento de cinquenta por cento do valor da renda mensal, perfazendo um período total de doze meses. -----

--- Assim, e das condições de acesso e instrução do pedido necessárias para à atribuição do subsídio de arrendamento, conforme os artigos quarto, quinto e sétimo, do Regulamento Municipal de Atribuição de Subsídio ao Arrendamento a Estratos Sociais Desfavorecidos, são apresentados os documentos necessários, pelo que se remete o presente assunto à consideração superior de V. Exa.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, conceder à requerente residente na estrada nacional trezentos e sessenta e cinco, Vivenda Santa Filomena, rés-do-chão, primeiro andar, Santarém, um apoio ao arrendamento, no montante de cento e cinquenta euros mensais, correspondentes a cinquenta por cento do valor da renda mensal, durante seis meses, a ser pago diretamente ao proprietário.-----

--- HABITAÇÃO SOCIAL - PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES DO VALOR DE RENDAS EM ATRASO -----

--- Na sequência de um pedido da arrendatária da habitação social sita no quarto andar esquerdo do número seis, da Praceta Defensores da Pátria, para pagamento, em prestações mensais, do valor das rendas em atraso, a Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a requerente a efetuar o pagamento das mesmas, no montante de novecentos e noventa e um euros e trinta centímetros, em vinte e quatro prestações mensais, com início no mês de outubro, no valor de quarenta e um euros e trinta e um centímetros cada, sendo a última no valor de quarenta e um euros e dezassete centímetros. ----

--- HABITAÇÃO SOCIAL - RUA DE SÃO BENTO NÚMERO SESSENTA E TRÊS, TERCEIRO ANDAR ESQUERDO, EM VALE DE ESTACAS – TRANSFERÊNCIA DA TITULARIDADE DO CONTRATO E ALTERAÇÃO DO VALOR DA RENDA-----

--- Pela **Divisão de Ação Social e Saúde** foi presente a informação número onze mil oitocentos e vinte e cinco, de dezasseis do mês findo, do seguinte teor: -----

--- “Na sequência do falecimento do arrendatário da habitação municipal supra identificada, verificou-se que com ele residia a companheira há mais de um ano, mas nunca identificada no serviço de ação social desta autarquia. -----

--- Trata-se de uma mulher de cinquenta e quatro anos, beneficiária de PSI (Prestação

Social para a Inclusão) no valor de duzentos e sessenta e quatro euros e trinta e dois cêntimos, sendo acompanhada pela equipa da Rede Local de Intervenção Social (RLIS)

– Cruz Vermelha. -----

--- A munícipe tem uma irmã que lhe dá apoio, mas sem condições para resolver a situação habitacional, uma vez que não dispõe de um espaço condigno para o bem-estar e qualidade de vida da sua irmã. -----

--- A Lei número oitenta e um/dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, republicada pela Lei número trinta e dois/dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto, que estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação, é omissa no que confere à transmissão de contrato de arrendamento por morte do titular, sendo aplicado estabelecido no Código Civil no seu artigo mil cento e seis (*Transmissão por morte; um - O arrendamento para habitação não caduca por morte do arrendatário quando lhe sobreviva: a) Cônjuge com residência no locado; b) Pessoa que com ele vivesse em união de facto há mais de um ano; c) Pessoa que com ele vivesse em economia comum há mais de um ano*). -----

--- Trata-se de uma situação de vulnerabilidade social, num contexto de fragilidade económica devido aos baixos rendimentos. Neste sentido e face à situação da munícipe, a manutenção da habitação social traduz-se na resposta mais adequada para o problema apresentado. -----

--- Assim e, caso seja entendimento deste Município transferir o contrato de arrendamento para o nome da munícipe, mais se propõe que o valor da renda seja atualizado para **dez euros e quarenta e oito cêntimos**.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, concordar com a transferência da titularidade do contrato de arrendamento da habitação sita no terceiro andar esquerdo, do número sessenta e três da Rua de São Bento, em Vale de Estacas para o nome de Ana Paula Dinis Francisco, mediante o pagamento de renda apoiada mensal no valor de dez euros e quarenta e oito cêntimos. -----

--- **HABITAÇÃO SOCIAL - BAIRRO CALOUSTE GULBENKIAN, LOTE G – RÉS-DO-CHÃO ESQUERDO, ALFANGE - TRANSFERÊNCIA**

HABITACIONAL -----

--- Pela **Divisão de Ação Social e Saúde** foi presente a informação número doze mil seiscentos e sessenta e quatro, de trinta do mês findo, do seguinte teor: -----

--- “Conforme é do conhecimento superior, encontra-se prevista a realização de obras nas habitações em regime de arrendamento apoiado no Bairro Calouste Gulbenkian em Alfange, sendo necessário proceder à transferência provisória de algumas famílias, de acordo com o número dois do Artigo dezasseis-A, da Lei número trinta e dois/dois mil e dezasseis de vinte e quatro de agosto, que prevê a transferência *“Nas situações em que existam operações de requalificação urbanística devidamente aprovadas, que incluam habitação, pode a entidade locadora promover a transferência do agregado familiar, provisoriamente, enquanto decorrem as obras de requalificação, estando garantido o retorno do agregado familiar, salvo nas situações em que este se opuser.”*-----

--- A necessidade urgente da transferência da arrendatária residente no Bairro Calouste Gulbenkian, Lote G – rés-do-chão esquerdo em Alfange, prende-se principalmente devido ao mau estado e risco em que se encontra a sua habitação. -----

--- Assim e verificando-se que o fogo municipal sito no mesmo Bairro no Lote H número dois, segundo andar esquerdo se encontra devoluto, e embora necessite de pequenos arranjos ao nível de pinturas, afagamento do chão e colocação de algumas tomadas, foi considerado reunir mais condições de ser ocupado. -----

--- A arrendatária manifestou a disponibilidade de proceder a estas intervenções como forma de ultrapassar de uma forma mais célere o seu problema habitacional. -----

--- Caso a presente proposta mereça despacho favorável, mais se propõe que o valor da renda se mantenha.”-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, concordar com a transferência provisória da arrendatária do rés-do-chão esquerdo, do Lote G do Bairro Calouste Gulbenkian, em Alfange para o segundo andar esquerdo do número dois, Lote H, do mesmo bairro, enquanto decorrerem as obras de requalificação na sua habitação, mantendo-se o valor da renda apoiada. -----

--- **REAValiação dos apoios concedidos pelo Município de**

SANTARÉM AOS REFUGIADOS RESIDENTES NA RUA DUARTE PACHECO PEREIRA, NÚMERO CINCO, SEGUNDO ANDAR DIREITO, NESTA CIDADE, PARA O PERÍODO DE JULHO A DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZOITO -----

--- Pela **Divisão de Ação Social e Saúde** foi presente a informação número dez mil quinhentos e trinta e quatro, de vinte e seis de junho último, do seguinte teor: -----

--- “Para efeitos de reavaliação dos apoios concedidos pelo Município de Santarém, conforme deliberação, por unanimidade, do executivo municipal de oito de fevereiro de dois mil e dezoito, venho dar cumprimento a essa diretriz, realizando a contextualização e enquadramento social, familiar, profissional e financeiro do agregado familiar Al Madenly que reside na habitação, sita na Rua Duarte Pacheco Pereira, número cinco, segundo andar direito. -----

--- **Um. Enquadramento** -----

--- O Município de Santarém ao abrigo das suas deliberações, tomadas em sede de reuniões do executivo camarário, tem proporcionado apoios de índole financeira e social com vista à plena integração social dos elementos que compõe o agregado familiar Al Madenly. A abrangência das deliberações do executivo camarário são as seguintes: -----

--- ☐ Reunião de dezanove de junho de dois mil e dezassete, com base no registo da Informação número sete mil setecentos e noventa e um, foi deliberado, por unanimidade, renovar o contrato de arrendamento, no mercado privado, do imóvel sito na Rua Duarte Pacheco Pereira, número cinco, segundo andar direito, e ceder o usufruto, sem contrapartida financeira, ao agregado familiar Al Madenly; -----

--- ☐ Reunião de um de agosto de dois mil e dezassete, com base no registo da Informação número dez mil cento e dezasseis, deliberou, por unanimidade, assumir a titularidade dos contratos de eletricidade e água, cuja posição contratual, em nome do Conselho Português para os Refugiados (CPR), cessaria a seis de setembro de dois mil e dezassete. -----

--- ☐ Reunião de oito de fevereiro de dois mil e dezoito, com base no registo de Informação número dezassete mil novecentos e sessenta e um, deliberou, por unanimidade, manter por mais seis meses, os apoios vigentes, nomeadamente,

pagamento da renda de casa, água e luz.-----

--- **Dois. Relatório Social do Agregado Familiar Al Madenly** -----

--- Este agregado familiar tem a registar alterações importantes na sua composição, nomeadamente, foi objeto de uma situação de reagrupamento familiar (vinda de mais dois elementos) e a saída de um elemento. -----

--- De forma a ilustrar a dinâmica desta família, passo a expor a condição de cada um dos elementos (ao abrigo do Regulamento Geral de Proteção de Dados, os cidadãos refugiados serão identificados pelas iniciais dos seus nomes): -----

--- **Dois. um. Composição do agregado familiar primitivo:** -----

--- M.M. – quarenta e nove anos de idade, casado; assume a responsabilidade sobre os restantes membros do agregado; encontra-se desempregado; detém escolaridade académica superior ao décimo segundo ano; possui habilitação legal de condução, emitida pelo Instituto Mobilidade e Transportes Terrestres. Em março do corrente ano o seu esforço de reagrupamento familiar foi concretizado, com a vinda da esposa e filho menor.-----

--- A.O.A. – dezasseis anos de idade; frequentou, com aproveitamento escolar (segundo declarações da própria) o nono ano de Escolaridade na Escola Secundária Dr. Ginestal Machado, pelo que irá prosseguir estudos. Esta jovem tem os seguintes laços de parentesco: irmã de M.O.A. e de L.O.A., sobrinha do adulto M.M. e prima de M.YM.---

--- L.O.A. – onze anos de idade; frequentou o quarto ano de escolaridade na Escola do Primeiro Ciclo dos Leões, e de acordo com informações da própria irá transitar de ano, nomeadamente, para o segundo ciclo da escola dos segundo e terceiro ciclos do ensino básico de Mem Ramires (irmã de M.O.A e A.O.A; sobrinha do adulto e prima de M.YM). -----

--- M.Y.M. – dez anos de idade; frequentou o terceiro ano de escolaridade, com sucesso (segundo testemunho do próprio), transitando para o quarto Ano e deste modo mantendo-se na Escola Básica número sete de Santarém - Leões (filho do adulto e primo dos outros adolescentes).-----

--- **Dois.dois. Saída de elemento da composição do agregado familiar:** -----

--- M.O.A – dezoito anos de idade (irmão de A.O.A. e L.O.A., sobrinho do adulto e primo de M.Y.M); ao atingir a maioridade a um de janeiro de dois mil e dezoito, este abandonou a escola (estava matriculado no nono ano de Escolaridade) e segundo informação informal terá abalado para a Alemanha para ir viver, alegadamente com um irmão que reside nesse país. Em diversas entrevistas com o adulto foi feita a pergunta sobre o paradeiro do sobrinho, nunca assumiu a saída deste, referindo “que diariamente vai e vem de Lisboa para Santarém”. -----

--- A Segurança Social foi avisada pelo Município da presente ocorrência, em virtude de o mesmo auferir do Rendimento Social de Inserção (RSI). Das diligências feitas pela Segurança Social (visita domiciliária e notificação por escrito) o jovem nunca compareceu e o tio continuou a ser evasivo e proferir a frase acima assinalada em itálico.

--- A Segurança Social em virtude da não comparência do beneficiário do Rendimento Social de Inserção (RSI), procedeu à sua exclusão no âmbito da composição do agregado familiar.-----

--- **Dois.três. Reagrupamento Familiar e conseqüente alargamento do agregado familiar** -----

--- O presente agregado em março último registou a entrada de dois novos elementos, nomeadamente, a cõnjuge do adulto, e filho menor. -----

--- Os familiares reagrupados carecem de regularizar a sua situação, para efeitos de residência em território nacional, junto do Serviços de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), processo este que está a ser diligenciado pelos interessados. -----

--- **Três. Apoio à inserção sócio – profissional**-----

--- O agregado familiar em apreço conta com um homem adulto apto para o trabalho ou frequência de curso de formação profissional. Os restantes elementos são menores de idade e frequentam a escola pública, no âmbito da escolaridade obrigatória, revelando estes um bom domínio da língua portuguesa. -----

--- Quanto ao adulto, este revela muitas dificuldades no uso da língua portuguesa, facto este que acaba por ser um elemento que dificulta a procura de emprego. De salientar que no ano de recolocação os cidadãos refugiados acolhidos pelo Município, frequentaram

curso de português, formação esta proporcionado pelo Conselho Português para os Refugiados (CPR) e a Câmara Municipal de Santarém (CMS).-----

--- Contudo e tendo presente as dificuldades manifestadas pelo adulto no domínio de língua portuguesa, e de forma a melhorar as competências do interessado, o Município reuniu com o Centro de Emprego de Santarém (CES) e Segurança Social de forma a proporcionar novo curso de português. Este curso ainda não avançou por não reunir o número mínimo de formandos, condição esta obrigatória.-----

--- No entanto este adulto encontra-se inscrito no CES, para efeitos de ser oponente a ofertas de trabalho e ou formação profissional, para a mesma finalidade foi realizada a inscrição do interessado no programa do Centro Local de Desenvolvimento Social Terceira Geração (CLDS 3G), que promove o emprego e a formação profissional.-----

--- Também existe uma articulação entre a CMS e o CPR, no âmbito do projeto “Começar de Novo: Apoio à Autonomização dos Refugiados”, visando a questão da empregabilidade.-----

--- **Quatro - Apoios pecuniários atribuídos ao agregado familiar:** esta família recebe da Segurança Social os seguintes apoios sociais:-----

Tipologia Apoio Social	Valor Mensal
Rendimento Social de Inserção	€ 466,70
Abono de Família para crianças e jovens	€ 111,24
TOTAL	€ 577,97

--- Este agregado observa um decréscimo no valor dos apoios sociais da Segurança Social que passou dos seiscentos e noventa e sete euros e cinquenta e dois cêntimos (em dezembro de dois mil e dezassete) para os quinhentos e setenta e sete euros e noventa e sete cêntimos (junho corrente). Esta diminuição deve-se à saída de um dos elementos que compoñham o agregado familiar e pelo facto deste agregado ainda não ter procedido à regularização dos elementos reagrupados.-----

--- Com o reagrupamento familiar, este agregado passou a contar com seis elementos e com menos dinheiro disponível, isto no curto prazo, porque com a conclusão do procedimento de legalização dos dois novos membros haverá no futuro um novo

reajustamento em termos do montante das prestações sociais a auferir por esta família. --

--- **Cinco. Apoios concedidos pela Autarquia de Santarém ao agregado familiar Al Madenly** -----

--- **Cinco.um. Renda de Casa** -----

--- O Município de Santarém, desde julho de dois mil e dezasseis tem assegurado o pagamento da renda, relativa ao imóvel sito na Rua Duarte Pacheco Pereira, número cinco, segundo andar direito, no valor de trezentos e cinco euros mensais.

--- Deste modo o Município já pagou sete prestações (até julho do corrente ano), ao que corresponde um montante de dois mil cento e trinta e cinco euros.-----

--- Os encargos com as rendas vincendas, até final do corrente ano civil, importam num encargo de mais mil quinhentos e vinte e cinco euros. -----

--- **Cinco.dois. Eletricidade** -----

--- O Município como titular do contrato de fornecimento de energia elétrica, assume este encargo desde dezembro de dois mil e dezassete, pelo que se observou os seguintes encargos: -----

Encargos com consumo de eletricidade	
Mês	Valor Faturado
Dezembro/17	€ 150,45
Janeiro/18	€ 200,34
Fevereiro/18	€ 219,27
Março/18	€ 104,45
Abril/18	€ 237,11
Maio/18	€ 80,16
Subtotal	€ 991,78
Acerto consumo (17/10/17 a 13/1/18)	€ -348,28
TOTAL	€ 643,50

--- Observou-se um consumo médio de cento e sete euros e vinte e cinco centimos, tendo em consideração os valores faturados e acertos. -----

--- **Cinco.três Água** -----

--- O Município como titular do contrato de fornecimento de água, assume este encargo desde dezembro de dois mil e dezassete, pelo que se observa os seguintes encargos: -----

Encargos com consumo de água	
Mês	Valor Faturado

ATA N.º 16
Mandato 2017-2021
Reunião de 20 de agosto de 2018

Dezembro/17	€ 2,04
Janeiro/18	€ 8,52
Fevereiro/18	€ 36,69
Março/18	€ 26,02
Abril/18	€ 12,31
Maio/18	€ 19,72
TOTAL	€ 105,30

--- Observa-se um, consumo médio de dezassete euros e cinquenta e cinco cêntimos ----

--- **Seis. Encargos globais com o agregado Al Madenly**-----

--- Apreciando os diversos encargos expostos no ponto cinco), e os atuais abonos sociais auferidos na atualidade pelo agregado familiar em apreço, observa-se a seguinte paridade mensal:-----

--- ☐ Apoios pecuniários Segurança Social quinhentos e setenta e sete euros e noventa e sete cêntimos-----

--- ☐ Encargos fixos mensais quatrocentos e vinte e nove euros e oitenta cêntimos

--- Resulta que os rendimentos deste agregado, oriundos de prestações sociais, são apenas suficientes para o pagamento das obrigações correntes (renda, luz e água), restando apenas cento e quarenta e oito euros e dezassete cêntimos para gastos com alimentação, vestuário e outros bens. Esta realidade aliada ao facto do cidadão refugiado adulto ainda não se encontra a trabalhar, e também o alargamento da família, por via do reagrupamento familiar, a revogação dos atuais apoios sociais do Município colocaria esta família numa situação difícil. -----

--- **Sete. Considerações Finais**-----

--- Em termos da dinâmica familiar deste agregado familiar, de sentido positivo, há a destacar: -----

--- a) Reagrupamento familiar que permite uma maior coesão no seio da família, que poderá funcionar como propulsor de um projeto futuro em torno da respetiva autonomização. -----

--- b) Aproveitamento escolar, domínio da língua portuguesa, por parte dos menores, elementos estes facilitadores de uma plena integração social. -----

--- Em termos de dinâmica familiar de pendor negativo, a registar a saída do jovem de

dezoito anos, cujo impacto se desconhece, ao deixar duas irmãs menores, sob tutela do tio.-----

--- Face ao exposto na presente informação solicita-se que o executivo municipal se pronuncie sobre eventual renovação, por mais seis meses (período de um de julho de dois mil e dezoito a trinta e um de dezembro de dois mil e dezoito), dos apoios que tem oferecido ao agregado familiar Al Madenly, nomeadamente, renda de casa, luz e água.”

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, manter por um novo período de mais seis meses, a vigorar de um de julho de dois mil e dezoito a trinta e um de dezembro de dois mil e dezoito, os apoios vigentes, nomeadamente, pagamento da renda de casa, água e luz relativos ao imóvel sito na Rua Duarte Pacheco Pereira, número cinco, segundo andar direito, nesta cidade ocupado por uma família de refugiados.-----

--- **PEDIDO DE APOIO NO PAGAMENTO DE CINQUENTA POR CENTO DO VALOR DA RENDA MENSAL, NO ÂMBITO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO ARRENDAMENTO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - PROCESSO ATENDIMENTO NÚMERO TRINTA E SEIS/DOIS MIL E DEZ**-----

--- Pela **Divisão de Ação Social e Saúde** foi presente a informação número onze mil e onze, de três do mês findo, do seguinte teor:-----

--- “A munícipe de quarenta e oito anos, vem, através da Equipa de RSI – Centro Social Interparoquial de Santarém, solicitar apoio no pagamento de cinquenta por cento do valor da renda mensal, pelo prazo de seis meses.-----

--- A munícipe foi beneficiária de Rendimento Social de Inserção (RSI), estando atualmente a desempenhar funções de Vigilante numa empresa de segurança, com uma remuneração mensal de trezentos e noventa e seis euros e oitenta e seis cêntimos. Vive sozinha e não tem rede familiar de suporte. -----

--- Tem contrato de arrendamento da habitação com data de um de junho de dois mil e treze, devidamente registado no Serviço de Finanças, pagando uma renda mensal de duzentos e noventa euros. De acordo com informação social a habitação encontra-se em bom estado de conservação e conforto, possuindo todos os equipamentos essenciais para

a realização das atividades de vida diária. A munícipe apresenta a situação tributária regularizada. -----

--- Ao valor da renda, acrescem todas as despesas inerentes ao uso de uma habitação, a alimentação e saúde identificadas no relatório social. A munícipe já se encontra a beneficiar do Cartão Abem.-----

--- Assim e face ao exposto e em concordância com a Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, coloca-se à consideração superior a atribuição do subsídio no valor de oitocentos e setenta euros (cento e quarenta e cinco euros vezes seis meses) de acordo com a alínea b) número um do artigo décimo do Regulamento Municipal de Atribuição de Subsídio ao Arrendamento a Estratos Sociais Desfavorecidos, a ser pago diretamente ao proprietário.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, conceder à requerente do Processo Atendimento número trinta e seis/dois mil e dez, um apoio ao arrendamento, no montante de cento e quarenta e cinco euros mensais, correspondentes a cinquenta por cento do valor da renda mensal, durante seis meses, a ser pago diretamente ao proprietário. -----

--- DILIGÊNCIA JUDICIAL DE ENTREGA DE IMÓVEL - PROCESSO NÚMERO 1158/17.5T8ENT DO TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM – REALOJAMENTO TEMPORÁRIO – RATIFICAÇÃO-----

--- Pela **Divisão de Ação Social e Saúde**, foi presente a informação que a seguir se transcreve:-----

--- “Dando cumprimento ao solicitado superiormente e na sequência da diligência judicial de entrega de imóvel sito no lugar de Alqueidão, freguesia de Casével, imóvel no qual residia o executado senhor João Vedor Genebra, foi efetuada diligência de despejo onde estiveram presentes a agente de execução, Guarda Nacional Republicana, e Câmara Municipal de Santarém. -----

--- No local, a signatária, a Dra. Sandra Pinheiro, Técnica Superior de Educação Social da Autarquia com o apoio da Guarda Nacional Republicana, informaram o executado da solução para o seu realojamento, sendo que o mesmo recusou. Também foi esclarecido

da possibilidade de acionar a linha de Emergência Social – cento e quarenta e quatro, mas refutou essa alternativa. -----

--- Mais informo que foi contactado o serviço da Ação Social, pelo Exmo. senhor Presidente da União de Freguesia de Casével e Vaqueiros, informando que permitiram a ocupação da antiga escola de Alqueidão de Casével, que se encontra desativada, ao Sr. João Genebra a fim de o mesmo pernoitar. Considerando não haver outra alternativa no local e de forma a evitar que o utente fique desalojado, coloca-se à consideração superior a autorização para a permanência provisória do munícipe, aguardando outra alternativa.

--- Caso seja aprovado, será necessário dar autorização à União de Freguesia de Casével e Vaqueiros para ativação dos fornecimentos de luz e água.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente que autorizou a permanência provisória do munícipe João Vedor Genebra, nas instalações da antiga escola primária de Alqueidão, freguesia de Casével, no Concelho de Santarém, cedendo a mesma, para efeitos de requisição de serviços de fornecimento de água e energia elétrica, à União de freguesias de Casével e Vaqueiros. -----

--- **PROCESSO CONDUCENTE À NOMEAÇÃO DOS JUÍZES SOCIAIS PARA O BIÉNIO DOIS MIL E DEZANOVE/DOIS MIL E VINTE** -----

--- Pela **Divisão de Ação Social e Saúde** foi presente a informação número doze mil quatrocentos e oitenta e três, de vinte e seis do mês findo, do seguinte teor: -----

--- “No âmbito do processo conducente à nomeação dos Juízes Sociais, regulado pelo Decreto-Lei número cento e cinquenta e seis/setenta e oito, de trinta de junho, foram contatadas diversas entidades (conforme o artigo trinta e quatro), públicas e privadas, ligadas à assistência, formação e educação de menores, como por exemplo associações de pais, estabelecimentos de ensino, associações profissionais relativas a setores diretamente implicados na assistência, educação e ensino, associação e clubes de jovens, instituições de proteção à infância e juventude do concelho de Santarém, constantes na lista em anexo.-----

--- Assim, e após vários contatos com os parceiros locais no sentido do cumprimento das disposições legais, apresenta-se a lista final de nomeados para o cargo de juiz social

junto do Tribunal de Menores da Comarca de Santarém (em anexo) para o biénio dois mil e dezanove/dois mil e vinte. Os juízes sociais, conforme artigo primeiro do referido Decreto-Lei, devem ter mais de vinte e cinco anos e menos de sessenta e cinco anos de idade, saber ler e escrever português, estar em pleno gozo dos direitos civis e políticos, e não estar pronunciado nem ter sofrido condenação por crime doloso. O artigo trinta e um do mesmo Decreto-Lei refere ainda, que são nomeados de entre os cidadãos residentes na área do município da sede do respetivo tribunal.-----

--- Da lista, em anexo, constam quarenta e cinco cidadãos, cumprindo o previsto no artigo trinta e cinco do referido Decreto-Lei, que prevê que as listas sejam organizadas por forma a conterem um número de candidatos igual ao triplo do número de juízes sociais estabelecido para cada tribunal (quinze efetivos e quinze suplentes para Santarém) e sempre que possível, as listas incluirão igual número de candidatos de cada sexo. Dos quarenta e cinco candidatos, quinze são do sexo feminino e quinze de sexo masculino, sendo nomeados por vinte e quatro entidades do concelho de Santarém. -----

--- A presente lista de candidatos a Juízes Sociais deverá ser submetida à apreciação da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no artigo trinta e seis do Decreto-lei número cento e cinquenta e seis/setenta e oito, de trinta de junho conjugado com a alínea ccc) do número um do artigo trinta e três do anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro. -----

--- Após aprovação na Assembleia Municipal, a lista deverá ser remetida ao Conselho Superior da Magistratura e ao Ministério da Justiça, para posterior publicação do despacho de nomeação do/a Ministro/a da Justiça em Diário da República, conforme artigo trinta e seis e trinta e sete do Decreto-lei número cento e cinquenta e seis/setenta e oito, de trinta de junho.”-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a lista de candidatos ao cargo de Juízes Sociais, para o biénio dois mil e dezanove - dois mil e vinte, junto do Tribunal de Menores da Comarca de Santarém, dando-se a mesma aqui por reproduzida, ficando cópia anexa à presente ata (documento V), dela fazendo parte integrante. -----

--- Mais foi deliberado remeter o assunto à Assembleia Municipal para efeitos de

apreciação e votação. -----

--- Não participou na apreciação e votação deste assunto, o senhor Vereador Manuel Frazão em virtude de o seu nome constar na lista de nomeados para Juizes Sociais.

--- **ADESÃO AO NOVO PACTO DE AUTARCAS PARA O CLIMA E ENERGIA**

--- Pela **Equipa Multidisciplinar de Ação para a Sustentabilidade** foi presente a informação número onze mil oitocentos e oitenta e quatro, de dezassete do mês findo, que aqui se dá por integralmente transcrita, ficando anexa à presente ata (documento VI), dela fazendo parte integrante. -----

--- Em dezoito do mês findo, a Chefe da Equipa Multidisciplinar de Ação para a Sustentabilidade emitiu o seguinte parecer: -----

--- “Em dois mil e dez, o Município de Santarém aderiu a um compromisso político europeu que vinha trazer uma nova visão desde dois mil e oito sobre problemática das Alterações Climáticas e como reduzir as emissões de dióxido de carbono para atmosfera travando o “boom” do efeito de estufa. Em dois mil e dez apenas quarenta e um municípios portugueses estavam cientes que o seu papel era fundamental para demonstrar aos cidadãos que poderiam nas suas opções políticas contribuir para a mitigação das Alterações Climáticas.-----

--- Hoje o desafio das políticas de Alterações climáticas direciona-se para a atuação em dois caminhos: Mitigação e Adaptação. Neste enquadramento o Município de Santarém foi convidado pelo Secretariado do Pacto de Autarcas (Covenant of Mayors Office – CoMO) para dar continuidade à parceria estabelecida no âmbito do Pacto de Autarcas (Mitigação/Energia), aderindo às novas metas que exigem a redução de emissões para quarenta por cento e medidas de adaptação às Alterações climáticas, ficando membro do Pacto de Autarcas para o Clima e Energia. -----

--- Os novos signatários comprometem-se agora a reduzir as emissões de dióxido de carbono e de outros gases com efeito de estufa em pelo menos quarenta por cento até dois mil e trinta e a adotar uma abordagem integrada para lidar com a Mitigação e Adaptação às Alterações Climáticas.-----

--- Com vista a traduzir o seu compromisso político em medidas práticas e projetos, os

signatários do Pacto deverão preparar um Inventário de Referência das Emissões e uma Avaliação de Impacte e Vulnerabilidade em matéria de Alterações Climáticas. Comprometem-se em apresentar, no prazo de dois anos após a data da decisão de adesão, um Plano de Ação para a Energia Sustentável e o Clima (PAESC) em que se definem as ações-chave que pretendem implementar. A estratégia de adaptação deverá ser parte do PAESC e/ou ser desenvolvida e disseminada num documento de planeamento independente - os signatários podem optar pelo formato que preferirem.-----

--- O Plano de Ação para a Energia Sustentável e o Clima (PAESC) será mais um trabalho a médio prazo a ser desenvolvido na sequência do atual da Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC) e os custos deste compromisso serão os investimentos que faseadamente o Município poderá optar perante também as oportunidades que surgirão nos programas de financiamento em matéria de neutralidade carbónica.-----

--- Tendo em consideração que o Município na sua unidade orgânica, EMAS, tem know-how adquirido no Pacto de Autarcas (Mitigação) e assegura a elaboração da Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC) no âmbito da candidatura da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT) ao PO SEUR - Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, sou de parecer que estão reunidas as condições para se avançar com o compromisso da Adaptação às Alterações Climáticas, subscrevendo o novo Pacto de Autarcas para o Clima e Energia, em que apenas onze Municípios portugueses assumiram à data. Assinalando assim, uma opção política nas questões ambientais que a sociedade enfrenta e que os municípios localmente são o ator indutor da mudança de comportamentos.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, subscrever o novo Pacto dos Autarcas para o Clima e Energia, assumindo o compromisso de reduzir as emissões de dióxido de carbono (e eventualmente de outros gases com efeito de estufa) em pelo menos quarenta por cento, até dois mil e trinta, designadamente mediante um reforço da eficiência energética e de um maior recurso às fontes de energia renováveis e a aumentar a sua resiliência, adaptando-se aos impactes das alterações climáticas. -----

--- Mais foi deliberado remeter o assunto à Assembleia Municipal de Santarém para os devidos efeitos. -----

--- **TRÂNSITO - RESERVA DE LUGAR DE ESTACIONAMENTO PARA PESSOA COM MOBILIDADE REDUZIDA NA RUA REITOR PEDRO CALMON – RATIFICAÇÃO**-----

--- Pela **Divisão de Obras e Projetos** foi presente a informação número nove mil e vinte, de trinta de maio último, do seguinte teor: -----

--- “Relativamente ao assunto em apreço e conforme solicitado, que visa a análise do pedido de atribuição de lugar de estacionamento reservado a pessoas com mobilidade reduzida na rua Reitor Pedro Calmom, informa-se o seguinte:-----

--- - O perfil transversal tipo, da rua em apreço, é caracterizado por faixa de rodagem com duas via de trânsito, sem bolsa de estacionamento e passeio de ambos os lados;-----

--- - A requerente solicita um lugar de estacionamento junto à residência porque o filho menor possui incapacidade motora e dado que o estacionamento não é possível, enfrenta várias dificuldades nas atividades quotidianas; -----

--- - A requerente informou que paga mensalmente um lugar de estacionamento no parque subterrâneo do jardim da liberdade, no entanto, os elevadores de acesso ao parque têm horário de encerramento por motivos de segurança, não sendo solução viável para a requerente, uma vez que a locomoção do seu filho é feita exclusivamente através do recurso à cadeira de rodas;-----

--- - Foi apresentado o cartão de estacionamento para pessoas com deficiência, emitido pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes I.P. (IMT), com data de validade até junho de dois mil e vinte e três. -----

--- Considerando o exposto, foi estudada e avaliada a possibilidade de implementação do lugar de estacionamento junto à residência da requerente, no entanto constatou-se que a localização solicitada não tinha enquadramento. -----

--- Não obstante, foram analisadas outras hipóteses, tendo sido verificada a possibilidade de criação de um lugar de estacionamento na zona pedonal adjacente à rua Reitor Pedro Calmom, na zona do corredor de acesso condicionado, antes da localização dos pilaretes

que restringem o uso a veículos não autorizados, entre a localização do equipamento de recolha de resíduos diferenciados (ilha ecológica) e a caldeira da árvore. -----

--- A proposta visa assim a implementação do lugar de estacionamento reservado a pessoas com mobilidade reduzida provisório, na área do Jardim da Liberdade, sem que seja posto em causa o carácter pedonal, dado que o passeio apresenta uma largura bastante confortável e nem o corredor de acesso condicionado uma vez que não impede o trânsito de veículos, mantendo o troço livre e desimpedido, propondo uma solução que minimize os constrangimentos da requerente.-----

--- Deste modo foi desenvolvida a proposta com as seguintes características, conforme se apresenta em anexo (planta geral número um):-----

--- - Implementação de um lugar de estacionamento reservado a pessoas com mobilidade reduzida longitudinal com cinco metros por dois metros e quarenta centímetros, delimitado através da deslocação dos pilaretes existentes sendo o próprio mobiliário urbano e a caldeira da árvore os obstáculos físicos delimitadores do espaço;--

--- - Deslocação do sinal vertical de proibição – trânsito proibido, exceto a veículos autorizados, para a zona antes do equipamento de recolha de resíduos diferenciados, no sentido de manter-se a exceção na utilização do corredor, conforme os objetivos presentes no projeto do Jardim da Liberdade.-----

--- Assim e face ao exposto, propõe-se que seja atribuído um lugar de estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida de uso universal e a respetiva colocação de sinalização vertical, em conformidade com a proposta que se apresenta em anexo. -----

--- De salientar, que a presente proposta carece de aprovação do executivo camarário.” -

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente, que concordou com a implementação de lugar de estacionamento reservado a pessoas com mobilidade reduzida, de uso universal, na Rua Pedro Calmon, nos termos propostos pela Divisão de Obras e Projetos e em conformidade com a planta geral de proposta de intervenção que aqui se dá por integralmente transcrita, ficando a mesma anexa à presente ata (documento VII) dela fazendo parte integrante. -----

--- **TRÂNSITO – MUNICÍPIO DE ALCANENA – CONDICIONAMENTO À**

CIRCULAÇÃO DE VEÍCULOS DE MERCADORIAS DE PESO TOTAL SUPERIOR A QUINZE TONELADAS, NO CAMINHO MUNICIPAL MIL QUATROCENTOS E QUARENTA E DOIS-----

--- A Câmara, sob proposta do senhor Presidente deliberou, por unanimidade, retirar o assunto da presente reunião, no sentido de solicitar o parecer da Junta de Freguesia de Amiais de Baixo. -----

--- TRÂNSITO - PEDIDO DE SINALIZAÇÃO DE GARAGEM NA RUA FRANCISCO PEPINO TOMÁS COITO, NA FREGUESIA DE ALCANHÕES ----

--- Pela **Divisão de Obras e Projetos** foi presente o parecer técnico, de um do corrente mês, que a seguir se transcreve: -----

--- “No seguimento de ofício datado de onze de abril de dois mil e dezoito, vem o senhor José António Inês Marujo, solicitar autorização para colocação de sinal de trânsito de estacionamento proibido, no portão de acesso à propriedade, localizado na rua Francisco Pepino Tomás do Coito, na localidade de Alcanhões, pelo facto, de frequentemente se verificar o estacionamento indevido de veículos impedindo o acesso de entrada ou de saída da respetiva propriedade.-----

--- Após deslocação ao local e contacto com o requerente, informa-se que nada temos a opor face ao solicitado, uma vez que a legislação em vigor, nomeadamente o Código da Estrada estabelece que: “É proibido o estacionamento nos lugares por onde se faça o acesso de pessoas ou veículos a propriedades”, ao abrigo da alínea c) do número um do artigo cinquenta do Código de Estradas.-----

--- Em face do exposto, propõe-se que o senhor José António Inês Marujo, seja autorizado a colocar sinal de estacionamento proibido (C quinze) ao abrigo da alínea c) do número um do artigo cinquenta do Código da Estrada, no portão da sua propriedade, sito na rua Francisco Pepino Tomás do Coito, na localidade de Alcanhões, sendo da responsabilidade do requerente a aquisição e colocação do respetivo sinal de trânsito. ---

--- Mais se informa que este assunto carece de aprovação pelo Executivo Municipal.” --

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar o requerente a colocar sinal de estacionamento proibido ao abrigo da alínea c) do número um do artigo cinquenta do

Código da estrada, no portão da sua propriedade, sita na Rua Francisco Pepino Tomás Coito, na freguesia de Alcanhões, sendo da sua responsabilidade a aquisição e colocação do respetivo sinal de trânsito.-----

--- TRÂNSITO - ADEGA COOPERATIVA DE ALMEIRIM – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE PASSAGEM DE VEÍCULOS AGRÍCOLAS NO INTERIOR DA RIBEIRA DE SANTARÉM, ENTRE O DIA QUINZE DE AGOSTO E O DIA TRINTA DE SETEMBRO - RATIFICAÇÃO -----

--- Pela **Divisão de Obras e Projetos** foi presente o parecer técnico, de nove do corrente mês, do seguinte teor:-----

--- “Informa-se que solicitações idênticas têm sido feitas em anos anteriores, dado que para os veículos envolvidos nos trabalhos agrícolas sazonais o percurso que cruza a passagem de nível localizada a norte da Ribeira de Santarém coloca grandes dificuldades mecânicas.-----

--- Assim, e tendo o presente pedido o acordo da União de Freguesias de Cidade de Santarém, considera-se nada haver a opor, desde que:-----

--- Um) Sejam tomadas todas as precauções no sentido de salvaguardar a circulação e a segurança dos demais utentes da via;-----

--- Dois) Sejam da responsabilidade dos utilizadores quaisquer danos que se venham a verificar no pavimento, infraestruturas, equipamentos e edifícios existentes;-----

--- Três) Sejam cumpridas as disposições impostas pelo Código da Estrada relativas ao transporte de mercadorias e acondicionamento das cargas. -----

--- Face ao exposto, considera-se que o pedido de passagem de veículos agrícolas pelo interior da Ribeira de Santarém reúne condições para ser deferido, pelo que se propõe que seja submetido à aprovação do Executivo Municipal. -----

--- Em caso de aprovação superior da passagem de veículos agrícolas pelo interior da Ribeira de Santarém, deverão os serviços operacionais desta autarquia tapar ou retirar o sinal de trânsito C três h — trânsito proibido a tratores agrícolas, localizado da Estrada das Assacaias, no entroncamento com o caminho municipal mil trezentos e quarenta e oito, na Ribeira de Santarém, durante o período de tempo previsto.-----

--- Propõe-se ainda que sejam informadas as seguintes entidades: Polícia de Segurança Pública, Guarda Nacional Republicana e Proteção Civil Municipal, em conformidade com a deliberação camarária.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente autorizando a passagem de veículos agrícolas pelo interior da Ribeira de Santarém entre quinze de agosto e trinta de setembro. -----

--- **PROPOSTA DE ESCOLHA DO PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL, PARA A “CONCEÇÃO, CONSTRUÇÃO E CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO DE CREMATÓRIO NO CEMITÉRIO DOS CAPUCHOS, SANTARÉM” - PROCESSO NÚMERO QUARENTA E SEIS-CM-P/DOIS MIL E DEZOITO CPF**-----

--- Pela **Divisão Jurídica – Contratação Pública** foi presente a informação número cento e oitenta e um, de vinte do mês findo, do seguinte teor: -----

--- “Considerando que se torna necessário proceder à contratação em epígrafe, conforme se alcança do teor das informações números um/Departamento Técnico e Gestão Territorial/dois mil e dezoito, de treze de junho de dois mil e dezoito e cento e setenta e sete/Divisão Jurídica/dois mil e dezoito, de dezanove de julho de dois mil e dezoito e restante documentação e pareceres constantes no Processo do MyDoc Win - Gestão Documental número 2018/300.10.001/83 e que: -----

--- Um) O executivo Municipal em dezoito de junho de dois mil e dezoito concordou com os termos da concessão e com o teor das peças do concurso;-----

--- Dois) A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, em vinte e nove de junho de dois mil e dezoito, autorizou a câmara municipal a celebrar o contrato de concessão em causa e a fixar as respetivas condições gerais;-----

--- Três) Se trata de um contrato misto de concessão de obra pública e concessão de serviços públicos, considerando a complexidade, especificidade e inter-relação do projeto com a obra e a exploração, com muitas características singulares e regras próprias, que conferem de grande complexidade o processo na sua globalidade, conforme fundamentos expostos na informação número um/Departamento Técnico e

Gestão Territorial/dois mil e dezoito, de treze de junho; -----

--- Quatro) Se torna necessário recorrer a uma empresa, que seja detentora de alvará ou certificado de empreiteiro de obra pública emitido pelo IMPIC – Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P., contendo as seguintes habilitações: -----

--- - primeira subcategoria da primeira categoria, com classe correspondente ao valor global da proposta; -----

--- - quarta subcategoria da quinta categoria, da classe correspondente ao valor dos trabalhos especializados que lhes respeitam; -----

--- Cinco) O regime de contratação pública encontra-se estatuído no Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-lei número dezoito/dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro, na sua atual redação; -----

--- Seis) Nos termos do disposto no número um do artigo trinta e seis e no artigo trinta e oito do CCP, a decisão de contratar, a autorização da despesa e a escolha do procedimento, cabem ao órgão competente para autorizar a despesa inerente ao contrato a celebrar; -----

--- Sete) Não se procede à fixação de um preço base, dada a impossibilidade da sua definição (porque o Município não efetuará pagamentos pela execução das prestações que constituem objeto do contrato e não é possível determinar o montante previsível a receber por essas prestações) e uma vez que se encontra assegurado o disposto no número cinco do artigo quarenta e sete do CCP (isto é, o procedimento a adotar permite a celebração de contratos de qualquer valor e o órgão competente para a decisão de contratar não está sujeito a limites máximos de autorização de despesa ou ao regime de autorização de despesas), conforme ponto cinco da informação número cento e setenta e sete/Divisão Jurídica/dois mil e dezoito, de dezanove de julho de dois mil e dezoito, -----

--- Oito) O Procedimento de contratação a adotar será um Concurso Público, com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos do número dois do artigo trinta e dois, conjugado com o artigo quatrocentos e sete, ambos do Código dos Contratos Públicos (CCP), o qual permite a celebração de contrato, qualquer que seja o seu valor; -----

--- Assim face ao exposto, **sugere-se a Vossa Exa. que**, proponha ao senhor Presidente da Câmara o agendamento da presente matéria, considerando que o Executivo Municipal é o órgão competente para autorizar a despesa, nos termos do disposto na alínea f) do número um do artigo trinta e três do Anexo I da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro conjugada com a alínea b) do número um do artigo dezoito do Decreto-lei número cento e noventa e sete/noventa e nove, de oito de junho, o seguinte:-

--- a) Nos termos do disposto no número um do artigo trinta e seis e no artigo trinta e oito do CCP, **autorização para a contratação em causa e a adoção de um procedimento por concurso público**, com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, previsto na alínea c) do número um do artigo dezasseis adotado nos termos do disposto no número um do artigo trinta e um e número dois do artigo trinta e dois, conjugados com o artigo quatrocentos e sete, todos do Código dos Contratos Públicos (CCP); -----

--- b) **Aprovação das peças do procedimento: anúncio do concurso, programa de procedimento e caderno de encargos a enviar**, que seguem em anexo à presente informação, nos termos do disposto na al. c) do número um e no número dois do artigo quarenta do CCP; -----

--- c) **A designação do Júri do procedimento**, nos termos do número um do artigo sessenta e sete, cujo funcionamento e competências se encontram regulados nos artigos sessenta e oito e sessenta e nove do CCP, propondo-se para o efeito a seguinte composição:-----

--- Presidente: Hugo Costa, Diretor do Departamento de Administração e Finanças; -----

--- Vogal: Susana Calvo, Técnica Superior; -----

--- Vogal: Telma Neto, Técnica Superior; -----

--- Suplente: Mário Salgueiro, Chefe da Divisão de Finanças;-----

--- Suplente: Catarina Durão, Técnico Superior;-----

--- Suplente: Joaquim Cordeiro, Técnico Superior;-----

--- Suplente: Lídia Neves, Técnica Superior. -----

--- d) Para os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças

procedimentais, bem como para a análise sobre erros e omissões do caderno de encargos identificados pelos interessados e todas as notificações decorrentes da formação do contrato, propõe-se a delegação de competências no Júri, ao abrigo do disposto no artigo cento e nove do CCP;-----

--- e) Nos termos e para cumprimento do previsto do número um do artigo duzentos e noventa-A do CCP, na sua atual redação, a designação da trabalhadora **Catarina Durão, como gestora do contrato para a fase de execução da obra** e do trabalhador **Mário Salgueiro, como gestor do contrato para a fase da exploração da concessão**, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste, conforme sugerido pelos serviços na informação número cento e setenta e sete/Divisão Jurídica/dois mil e dezoito, de dezanove de julho de dois mil e dezoito.”-----

--- A Câmara deliberou, por maioria, com cinco votos a favor do senhor Presidente e dos senhores Vereadores do Partido Social Democrata e quatro abstenções dos senhores Vereadores do Partido Socialista, ratificar o despacho do senhor Presidente que, em vinte do mês findo, concordou com o proposto na informação atrás transcrita, autorizando a contratação da “Conceção, construção e concessão da exploração de crematório no Cemitério dos Capuchos, Santarém” e a adoção de um procedimento por concurso público, com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, aprovando as peças do procedimento e a constituição júri, bem como a respetiva delegação de competências, aprovando ainda as designações propostas para gestores do contrato.” ----

--- **PROPOSTA DE ESCOLHA DO PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO PARA A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS EM CARREIRAS PÚBLICAS A REALIZAR DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZOITO A JULHO DE DOIS MIL E DEZANOVE - PROCESSO NÚMERO TRINTA E SEIS-CM-AJ/DOIS MIL E DEZOITO CPF – RATIFICAÇÃO** -----

--- Pela **Divisão Jurídica – Contratação Pública** foi presente a informação número cento e setenta e oito, de vinte do mês findo, do seguinte teor:-----

--- “Considerando que:-----

--- Um) Na sequência da autorização da escolha do procedimento por ajuste direto, para a contratação de “Prestação de serviços de transporte de alunos em carreiras públicas a realizar de setembro de dois mil e dezoito a julho de dois mil e dezanove”, conforme deliberação do Executivo Municipal datada de dois de julho de dois mil e dezoito, exarado na informação número cento e quarenta e dois/DJ/dois mil e dezoito, de vinte e seis de junho, nos termos do disposto na subalínea iii) da alínea e) do número um do artigo vinte e quatro do Código dos Contratos Públicos, doravante designado por CCP, foi convidada a apresentar proposta a empresa **Rodoviária do Tejo, S.A.**;-----

--- Dois) Só há uma proposta, e que, de acordo com o disposto no número um do artigo cento e vinte e cinco do CCP a análise da proposta compete aos serviços da entidade adjudicante;-----

--- Três) De acordo com o teor do email datado de vinte de julho de dois mil e dezoito, a proposta apresentada pela empresa **Rodoviária do Tejo, S.A.** satisfaz todas as exigências constantes das peças do procedimento;-----

--- Quatro) O valor proposto para a aquisição dos serviços referidos em epígrafe é de **quinhentos e sessenta e dois mil duzentos euros e cinquenta e oito cêntimos**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.-----

--- Cinco) Para efeitos do disposto na alínea d) do ponto 2.3.4.2. do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), o presente procedimento foi objeto, em catorze de março de dois mil e dezoito, de prévia cabimentação no orçamento do Município de Santarém na rubrica económica 020210 (Transportes) afeta à unidade orgânica 0102 (Câmara Municipal) e está prevista no ponto 2.12.2002/5138 Acc. um das Grandes Opções do Plano, com o **seguinte número sequencial de cabimento dezasseis mil e setenta e três**.-----

--- De realçar que, conforme mencionado no ponto dez (Preço Contratual) do Caderno de Encargos, o preço contratual da presente aquisição de serviços resultará da aplicação dos preços unitários constantes na proposta adjudicada às quantidades efetivamente requisitadas pelo Município durante o período de vigência do contrato, pois, dada a natureza do fornecimento, não é possível antever as quantidades exatas a adquirir, até ao

limite de quinhentos e sessenta e dois mil duzentos euros e cinquenta e oito cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, o que totaliza quinhentos e noventa e cinco mil novecentos e trinta e dois euros e sessenta e um cêntimos. -----

--- Assim, face ao exposto, sugere-se a V. Exa. que, proponha ao senhor Presidente da Câmara, Ricardo Gonçalves, nos termos das suas competências, o agendamento da presente matéria, para que o Executivo Municipal, caso concorde com a presente proposta, delibere o seguinte:-----

--- a) Na sequência do procedimento de ajuste direto, ao abrigo do disposto na subalínea iii) da alínea e) do número um do artigo vinte e quatro do CCP a **adjudicação da contratação** dos serviços em causa à **empresa Rodoviária do Tejo, S.A.**, conforme proposta apresentada para o efeito, no uso de competência própria, ao abrigo do disposto na alínea f) do número um do artigo trinta e três da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, e alínea b) do número um do artigo dezoito do Decreto-lei número cento e noventa e sete/noventa e nove, **pelos valores unitários constantes na proposta apresentada pela empresa, os quais constam no quadro em anexo, que aqui se dá por integralmente reproduzido, até ao montante máximo de quinhentos e sessenta e dois mil, duzentos euros e cinquenta e oito cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, o que totaliza quinhentos e noventa e cinco mil, novecentos e trinta e dois euros e sessenta e um cêntimos;**-----

--- b) Que seja solicitada à empresa a apresentação dos documentos de habilitação constantes no ponto “Documentos de habilitação” do convite, no prazo de cinco dias úteis; -----

--- c) **Aprovação da minuta do contrato**, que segue em anexo, para cumprimento do disposto no número um do artigo noventa e oito do Código dos Contratos Públicos.-----

--- d) Que seja solicitada à empresa **caução** no valor de cinco por cento (**vinte e oito mil cento e dez euros e três cêntimos**) do preço contratual, no prazo de **dez dias úteis**, conforme estipulado no ponto “caução” do convite; -----

--- Mais se informa que: -----

--- a. O presente contrato será reduzido a escrito nos termos do disposto do artigo

noventa e quatro do CCP;-----

--- b. A celebração deste contrato deverá ser publicitada no portal da Internet dedicado aos contratos públicos, para que possa produzir os seus efeitos, nomeadamente para processamento do respetivo pagamento;-----

--- c. Mais se informa que conforme despacho de dezassete de maio de dois mil e dezoito do senhor Presidente, Ricardo Gonçalves, exarado na informação número sete mil cento e vinte e nove, de dois de maio do corrente ano e, para cumprimento do disposto no número um do artigo duzentos e noventa-A do Código dos Contratos Públicos, foi designado como Gestor do contrato, a trabalhadora Sandra Carla Gonçalves Custódio Bento.”-----

--- **O chefe da Divisão Jurídica**, em vinte do mês findo, emitiu o seguinte parecer: -----

--- “Um. Visto.-----

--- Dois. Considerando a fase do presente procedimento e dado que a proposta constante da presente informação sugere i) a adjudicação, ii) o pedido dos documentos de habilitação, iii) a aprovação da minuta do contrato e iv) pedido da prestação da caução, cumpre-me referir e alertar o seguinte: -----

--- Dois.um. Em função da eventual inexistência de fundos disponíveis, o avanço do presente procedimento, com inerente assunção de compromisso, poderá originar a violação da Lei número oito/dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LPCA) – fazendo incorrer V. Exa, entre outros, na cominação legal prevista no artigo onze (Violação das regras relativas à assunção de compromissos) por inexistência de fundos disponíveis e inerente nulidade da adjudicação/contrato, conforme o disposto no número três do artigo sétimo do Decreto-lei número cento e vinte e sete/dois mil e doze, de vinte e um de junho; -----

--- Dois.dois. No entanto, caso seja decidido avançar com o presente procedimento, conforme proposto na presente Informação, deverá ser emitida ficha de compromisso dado que o número da mesma deverá constar no contrato.”-----

--- ANEXO-----

--- Mapa dos Preços Unitários apresentados na Proposta-----

ATA N.º 16
Mandato 2017-2021
Reunião de 20 de agosto de 2018

BILHETES SIMPLES	
QUILÓMETROS	Valor Unitário (valor sem IVA)
Até 2 quilómetros	0,94€
3 e 4 quilómetros	1,32€
5 e 6 quilómetros	1,79€
7 e 8 quilómetros	1,98€
9 e 10 quilómetros	2,08€
11 e 12 quilómetros	2,17€
13 e 14 quilómetros	2,26€
15 e 16 quilómetros	2,41€
17 e 18 quilómetros	2,59€
19 e 20 quilómetros	2,74 €
21 e 22 quilómetros	2,97€
23 e 24 quilómetros	3,11€
25 a 28 quilómetros	3,30€
29 a 32 quilómetros	3,54€
33 a 36 quilómetros	3,77€
37 a 40 quilómetros	4,01€
41 a 44 quilómetros	4,06€
45 a 48 quilómetros	4,20€
49 quilómetros	4,29€

PASSES DE LINHA MENSAIS para número ilimitado de viagens	
QUILÓMETROS	Valor Unitário (valor sem IVA)
Até 4 quilómetros	26,08€
5 a 8 quilómetros	37,22€
9 a 12 quilómetros	46,98 €
13 a 16 quilómetros	58,02€
17 a 20 quilómetros	67,55€
21 a 24 quilómetros	77,31€
25 a 28 quilómetros	87,22€
29 a 32 quilómetros	94,48€
33 a 36 quilómetros	102,74€
37 a 40 quilómetros	107,45€
41 a 44 quilómetros	111,75 €

45 a 48 quilómetros	116,18€
49 quilómetros	119,95€

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente que, em vinte do mês findo, autorizou a adjudicação da contratação de “Prestação de serviços de transporte de alunos em carreiras públicas a realizar de setembro de dois mil e dezoito a julho de dois mil e dezanove”, à empresa Rodoviária do Tejo, SA. pelos valores unitários constantes na proposta apresentada pela empresa até ao montante máximo de quinhentos e sessenta e dois mil duzentos euros e cinquenta e oito cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.-----

--- Mais foi deliberado solicitar à empresa a apresentação dos documentos de habilitação constantes do convite, bem como que preste caução no valor de vinte e oito mil cento e dez euros e três cêntimos correspondente a cinco por cento do preço contratual, no prazo de dez dias úteis. -----

--- Foi ainda deliberado aprovar a minuta do contrato de prestação de serviços que aqui se dá por reproduzida, ficando cópia anexa à presente ata (documento VIII), dela fazendo parte integrante. -----

--- **EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DE PORTARIA E ESPAÇO ENVOLVENTE DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM - MULTAS CONTRATUAIS**-----

--- Pela **Divisão de Obras e Projetos** foi presente a informação número cinco mil seiscientos e cinquenta e nove, de cinco de abril último, do seguinte teor:-----

--- “Em função do teor do parecer emitido pelo Dr. Paulo Moura Marques, verifica-se que tendo ocorrido a Receção Provisória, fica precludido o direito de o Município aplicar multas contratuais, conforme o número quatro do artigo duzentos e trinta e três do Decreto-lei número cinquenta e nove/noventa e nove, de dois de março. -----

--- Não obstante esse facto sempre se dirá que em função da insolvência da firma João Salvador, Limitada e do seu estado de liquidação, seria praticamente impossível o sucesso do procedimento da aplicação das multas contratuais.-----

--- Assim, dado que a Receção Provisória ocorreu em data anterior à deliberação das

multas contratuais, sugere-se a anulação da deliberação do Executivo Municipal de vinte e dois de setembro de dois mil e oito, pela via da qual foram aplicadas as multas contratuais.”-----

--- A Câmara, em face da informação atrás transcrita, deliberou, por unanimidade, anular a deliberação do Executivo Municipal de vinte e dois de setembro de dois mil e oito no que se refere à aplicação de multas contratuais por atrasos na conclusão da empreitada em epígrafe, à Firma João Salvador, Limitada. -----

--- **APLICAÇÃO DE MULTAS CONTRATUAIS À EMPRESA FINLOG - ALUGUER E COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, S.A NO ÂMBITO DO CONTRATO DE SERVIÇOS DE ALUGUER OPERACIONAL DE TRINTA VEÍCULOS AUTOMÓVEIS – DECISÃO FINAL**-----

--- Pela **Divisão Jurídica** foi presente a informação número duzentos e seis, de dez do corrente mês, do seguinte teor: -----

--- “Na sequência do processo identificado em epígrafe, verifica-se que esta Edilidade procedeu à notificação da empresa Finlog - Aluguer e Comércio de Automóveis, S.A., para, em sede de audiência dos interessados, e ao abrigo artigo cento e vinte e um e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, aplicável ex vi do número dois do artigo trezentos e sete, número dois do artigo trezentos e oito e número um do artigo trezentos e vinte e nove do Código dos Contratos Públicos – CCP, se pronunciar sobre o projeto de decisão proferido pelo Executivo Municipal relativo à aplicação de penalidades contratuais no montante de oitenta e oito mil setecentos e sessenta e dois euros e trinta e seis cêntimos, no âmbito do contrato de serviços de Aluguer Operacional de trinta veículos automóveis. -----

--- Em sede de Audiência prévia, veio a empresa Finlog - Aluguer e Comércio de Automóveis, S.A, alegar, em suma, dois aspetos. O primeiro, prende-se com a delonga na atuação do Município e aplicação de multas contratuais face à data de vigência do contrato e a possibilidade da sua prescrição em aplicação do princípio da boa fé. O segundo, refere-se ao facto de o contrato ter iniciado a sua execução antes do visto do Tribunal de Contas. -----

--- Assim, quanto ao primeiro aspeto invocado, importa avaliar se assiste razão à firma quando invoca o carácter extemporâneo das penalidades contratuais. -----

--- Com efeito, não restam dúvidas que se verificaram atrasos na entrega das viaturas, nomeadamente, porque na audiência prévia a própria empresa Finlog admite o incumprimento ao referir o seguinte: “Ora, é claro para todos os intervenientes que se verificaram atrasos na entrega das viaturas, tendo sido ultrapassado o prazo previamente definido para o efeito.” -----

--- Portanto, a questão subsume-se a saber se a aplicação das penalidades neste momento deve ser permitida, em face ao tempo decorrido. -----

--- A Finlog invoca o carácter moratório das penalidades contratuais, para justificar que as mesmas apenas deverão servir em fase em que ainda se possa levar o contraente privado a cumprir. Porém, salvo melhor opinião, tal limitação não decorre dos termos aplicados ao contrato (Caderno de Encargos), nem da lei. Portanto, ao nível formal, não vemos que o Município não possa aplicar tal penalidade, para além da data de termo das prestações, sujeito a que o processo de aplicação se inicie antes desse termo. -----

--- É certo que se pode invocar, conforme faz a referida firma em audiência prévia, que tal consubstancia violação do princípio da boa fé. Porém, se é verdade que o princípio da boa fé deve limitar a possibilidade de se reclamarem direitos volvido muito tempo sobre os factos que originam a aplicação de sanções, no caso não vemos que as mesmas não se possam levar a cabo, porque à data em que o Município decidiu aplicar as referidas multas contratuais e a Finlog exerceu o seu direito de audiência prévia, o contrato ainda se encontrava em vigor. -----

--- Parece-nos, assim, que não existe qualquer limitação legal para aplicação de penalidades, uma vez que o procedimento se iniciou durante a vigência do contrato. -----

--- Quanto ao facto de se ter admitido o início de execução do contrato antes de visto do Tribunal de Contas, este apenas implicaria consequências para o Município perante o Tribunal de Contas, não tendo qualquer influência na relação daquele com o a firma Finlog. -----

--- De qualquer forma, na medida em que se obteve tal visto, a questão da eventual

ineficácia do contrato ficou sanada. -----

--- Assim, em face do exposto, parece-nos que não assiste qualquer razão à firma Finlog nos argumentos invocados, pelo que deve o Município de Santarém aplicar à empresa Finlog -Aluguer e Comércio de Automóveis, S.A as penalidades contratuais no montante de oitenta e oito mil setecentos e sessenta e dois centimos e trinta e seis centimos, nos termos e ao abrigo da cláusula catorze ponto um – a) conjugada com o teor da cláusula seis ponto um, ambas do caderno de encargos (CE), concedendo-lhe um prazo, de quinze dias úteis, para proceder ao pagamento das referidas penalidades. -----

--- Caso, a empresa Finlog, não efetue o pagamento das penalidades contratuais no prazo concedido, deve o Município de Santarém, ao abrigo da cláusula dezoito ponto um do caderno de encargos (CE) conjugada com o teor da cláusula quinta do contrato, executar a caução prestada no valor de vinte e dois mil cento e noventa euros e cinquenta e nove centimos, sem necessidade de prévia decisão judicial e arbitral, para satisfação desse crédito e eventual interposição de ação judicial conducente à cobrança do remanescente.

--- Assim sendo, propõe-se a Vossa Excelência que o Executivo Municipal delibere, em decisão final, aplicar à firma Finlog - Aluguer e Comércio de Automóveis, S.A as referidas penalidades, bem como executar a caução prestada, caso a referida firma não proceda a pagamento das mesmas, notificando-a, posteriormente, desse facto.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, em decisão final, aplicar à empresa Finlog – Aluguer e Comércio de Automóveis, S.A as penalidades contratuais no montante de oitenta e oito mil setecentos e sessenta e dois euros e trinta e seis centimos, concedendo-lhe um prazo de quinze dias úteis para proceder ao pagamento das mesmas, bem como, no caso da empresa não efetuar o pagamento no prazo concedido, executar a caução prestada no valor de vinte e dois mil cento e noventa euros e cinquenta e nove centimos, notificando-a, posteriormente desse facto, com os fundamentos expostos na informação atrás transcrita.-----

--- **PALÁCIO LANDAL - DOAÇÃO DE TRABALHOS ARTÍSTICOS (AGUARELAS) DE ARTISTAS DA AAPOR - ASSOCIAÇÃO AGUARELA PORTUGAL**-----

--- Pelo **Serviço Municipal de Cultura e Turismo** foi presente a informação número cento e um, de dez do mês findo, do seguinte teor: -----

--- “No seguimento da regular atividade da Galeria de Arte do Palácio Landal e no âmbito da Exposição Anual da AAPOR (Associação Aguarela Portugal) realizada em março e abril de dois mil e dezoito, os artistas, Augusto Pinheiro, João André e Maria de Fátima Machado, fizeram a doação dos seguintes bens: -----

Tipo de bem	Título/Ano	Técnica Dimensões	Autor	Valor doação	Doador	Data da doação
Trabalho artístico	CORRIDA, 2018	Aguarela s/papel 40x50cm	Augusto Pinheiro	300€	Augusto Pinheiro	16/05/2018
Trabalho artístico	A PROMESSA, 2017	Aguarela s/papel 35x53 cm	João André	360€	João André	25/05/2018
Trabalho artístico	O COMBÓIO DAS 13,30, 2017	Aguarela s/papel 35x53 cm	João André	360€	João André	25/05/2018
Trabalho artístico	PORTA DO SOL, 2018	Aguarela s/papel 30x40 cm	Maria de Fátima Machado	200€	Maria de Fátima Machado	03/07/2018

--- Nesse sentido, vimos propor ao Executivo Municipal os seguintes procedimentos: ---

--- A) Aprovar a doação dos bens em causa. -----

--- B) Solicitar inventariação do mesmo pelo serviço de património.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aceitar a doação de aguarelas pelos artistas Augusto Pinheiro, João André e Maria de Fátima Machado, da Exposição anual da Associação Aguarela Portugal, que se realizou no Palácio Landal, devendo a Secção de Património proceder à inventariação das mesmas. -----

--- **OFERTA DE MATERIAL A DIVERSAS INSTITUIÇÕES - RATIFICAÇÃO** -

--- Pelo **Gabinete de Apoio ao Presidente (Relações Públicas e Comunicação)** foi presente a informação número treze mil cento e quarenta e um, de oito do corrente mês, do seguinte teor: -----

--- “Considerando que esta autarquia recebeu vários pedidos de material para oferecer, que abaixo se discriminam: -----

P. Unit.	P. Final	Total
-----------------	-----------------	--------------

ATA N.º 16
Mandato 2017-2021
Reunião de 20 de agosto de 2018

Jogos Mais Lezíria em Coruche - Equipa do Município - 27 junho			
11	polo branco de manga curta - M	10,2	112,2
3	polo branco de manga curta - s	8,5	25,5
			137,70 €
Centro Bem Estar Social de Vale Figueira - Feira do Arroz Doce - 27 junho			
4	livro "A Feira a Preto e Branco"	10	40
4	saco vermelho da marca	0,28	1,12
			41,12 €
EMAS - Ação de Sensibilização na Ribeira de Santarém - 27 junho			
35	boné azul	0,78	27,3
35	saco vermelho da marca	0,28	9,8
35	barrete de campino com íman	1,5	52,5
35	t-shirt "Branca logótipo peq. - crianças"	3	105
			194,60 €
Conferência de Gestão e Tecnologia - IPS - 27 junho			
40	garrafa vinho do município	3	120
40	livro "As Muralhas de Santarém"	16,63	665,2
40	saco vermelho da marca	0,28	11,2
			796,40 €
Encontro da Associação Portuguesa Formadores - 27 junho			
45	garrafa vinho do município	3	135
45	saco vermelho da marca	0,28	12,6
45	barrete de campino com íman	1,5	67,5
45	emblemas de pano "Cabacinhas"	0	0
			215,10 €
Portugal - Costa Rica / Futsal sub 18 - 27 junho			
4	livro "A Feira a Preto e Branco"	10	40
4	saco vermelho da marca	0,28	1,12
4	garrafa vinho do município	3	12
			53,12 €
GF Danças Regionais Sta. Iria da Ribeira de STR - 28 junho			
5	livro "A Feira a Preto e Branco "	10	50
5	saco vermelho da marca	0,28	1,4
			51,40 €
Posto de Turismo - caixas Wine Spiritus com produtos de Santarém - 3 julho			
86	barrete de campino com íman	1,5	129
			129,00 €
Emília Daniel Leitão - 3 julho			
4	livro "A Feira a Preto e Branco"	10	40

4	saco vermelho da marca	0,28	1,12	41,12 €
Rancho Folclórico Arneiro das Milhariças - Festival Folclore - 4 julho				
5	livro "A Feira a Preto e Branco "	10	50	
5	saco vermelho da marca	0,28	1,4	51,40 €
Torneio Internacional de Trampolins SCALABIS CUP - 6 julho				
45	tábua gastronómica com pega	3,44	154,8	
22	saco vermelho da marca	0,28	6,16	
22	tábua gastronómica retangular com sulco	5,17	113,74	
45	saco branco da marca	0,19	8,55	283,25 €
Gabinete de Apoio aos Vereadores - 6 julho				
10	tábua gastronómica retangular com sulco	5,17	51,7	
5	tábua gastronómica com pega	3,44	17,2	68,90 €
Rancho Folclórico Os Camponeses de S. Vicente do Paúl - Festival Folclore - 10 julho				
5	livro "A Feira a Preto e Branco "	10	50	
5	saco vermelho da marca	0,28	1,4	51,40 €
Arte e Educar - Agrupamento de Escolas Alexandre Herculano - 10 julho				
9	livro "A Feira a Preto e Branco "	10	90	
9	saco vermelho da marca	0,28	2,52	92,52 €
Santarém On Fire Trail - 10 julho				
39	garrafa de vinho da marca	3	117	
39	saco vermelho da marca	0,28	10,92	127,92 €
Escola Sá da Bandeira - Educação Especial - 12 julho				
10	livro "A Feira a Preto e Branco "	10	100	
10	saco vermelho da marca	0,28	2,8	102,80 €
Transmissões dos Jogos de Portugal - Jardim da Liberdade- 13 julho				
180	cachecol de Portugal com a marca Santarém	2,45	441	441,00 €
CIJVS - 13 julho				
50	saco branco da marca	0,19	9,5	
50	saco vermelho da marca	0,28	14	23,50 €
Feira Gastronómica nos Açores - 23 julho				
10	livro "A Feira a Preto e Branco "	10	100	

ATA N.º 16
Mandato 2017-2021
Reunião de 20 de agosto de 2018

10	garrafa de vinho da marca	3	30	
20	barrete de campino em lã com íman	1,5	30	
20	barrete de campino em lã com alfinete	1,5	30	
10	medalha "Festival de Gastronomia"	12,5	125	
5	tábua gastronómica retangular c/ sulco	5,17	25,85	
5	tábua gastronómica retangular c/ Pega	3,44	17,2	
45	saco branco da marca	0,19	8,55	366,60 €
Rancho Folclórico de Alcanhões - Festival de Folclore - 23 julho				
5	livro "A Feira a Preto e Branco "	10	50	
5	saco vermelho da marca	0,28	1,4	51,40 €
Grupo Folclores de Abitureiras - Festival Folclore - 23 julho				
5	livro "A Feira a Preto e Branco "	10	50	
5	saco vermelho da marca	0,28	1,4	51,40 €
Rancho Folclórico da Ribeira de STR- Festival Folclore - 23 julho				
7	livro "A Feira a Preto e Branco "	10	70	
7	saco vermelho da marca	0,28	1,96	71,96 €
Festas Honra de Nossa Senhora da Assunção/Casével - VI Concentração de Clássicos Automóveis - 6 agosto				
80	garrafa de vinho da marca	3	240	
80	saco vermelho da marca	0,28	22,4	262,40 €

--- E que houve entendimento superior de se fornecerem os referidos materiais, sugere-se que seja concedido um apoio enquadrado nos termos da alínea u) do número um, do artigo trinta e três, do anexo I, à Lei setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, devendo a presente informação ser sujeita à próxima reunião do executivo municipal, para ratificação/deliberação.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar os despachos do senhor Presidente que ofereceu a diferentes instituições, materiais diversos, de acordo com a informação atrás transcrita.-----

--- **GRUPOS DE DADORES BENÉVOLOS DE SANGUE DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM (GDBS) - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS**-----

--- Pela **Divisão de Ação Social e Saúde** foi presente a informação número doze mil

cento e quarenta e sete, de dezanove do mês findo, do seguinte teor: -----

--- “Na sequência da receção e apreciação das candidaturas dos Grupos de Dadores Benévolos de Sangue do Município de Santarém (GDBS) ao abrigo do Regulamento número cento e setenta e oito/dois mil e dezasseis, publicado no Diário da República II série, número trinta e cinco de dezanove de fevereiro informo e em complemento à informação número quatro mil e quatro de oito de março de dois mil e dezoito, que: -----

--- a) Foram rececionadas onze candidaturas dos Grupos de Dadores Benévolos de Sangue do Município, tendo sido, posteriormente, solicitado alguns dados e documentos adicionais aos GDBS no sentido de instruir as respetivas candidaturas de acordo com o referido Regulamento. -----

--- Os GDBS remeteram os dados em falta, com exceção do GDBS da Casa do Povo dos Amiais de Baixo, tendo sido integrados no processo correspondente tendo-se chegado ao quadro resumo abaixo transcrito. -----

--- Assim, em cumprimento do número quatro da alínea j) do Regulamento número cento e setenta e oito/dois mil e dezasseis a candidatura do GDBS da Casa do Povo de Amiais de Baixo “*será arquivada mediante prévia comunicação para o efeito*”. -----

--- b) Foram contempladas para o presente apoio um total de duas mil cento e setenta e quatro dídivas (quatro mil trezentos e quarenta euros), dezasseis atividades de sensibilização e promoção do ato de dádiva de sangue (mil e seiscentos euros) e sete atividades comemorativas do aniversário do GDBS (mil e quatrocentos euros). -----

--- Em termos financeiros e atendendo aos critérios de atribuição constantes no referido regulamento Municipal o apoio total aos GDBS/dois mil e dezoito é de sete mil trezentos e quarenta euros. -----

--- De notar que as dez candidaturas consideradas estão instruídas dos documentos exigidos no Regulamento número cento e setenta e oito/dois mil e dezasseis e que à data de entrega estavam válidos.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, concordar com a atribuição de apoio financeiro, aos Grupos de Dadores Benévolos de Sangue do Município de Santarém (GDBS), ao abrigo do Regulamento número cento e setenta e oito/dois mil e dezasseis,

publicado no Diário da República II série, número trinta e cinco de dezanove de fevereiro, no montante total de sete mil trezentos e quarenta euros, de acordo com o quadro que fica anexo à presente ata (documento IX), dela fazendo parte integrante. -----

--- AMICAIOZA, PROGRESSO, CULTURA E DESPORTO - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO PARA REALIZAÇÃO OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO NA SUA SEDE -----

--- Pelo **Serviço Municipal de Cultura e Turismo** foi presente a informação número cento e catorze, de trinta do mês findo, do seguinte teor: -----

--- “Relativamente ao assunto referenciado em epígrafe e considerando que a referida Associação: -----

--- Um. Ao longo dos últimos anos, têm implementado uma dinâmica cultural em prol da preservação das tradições e do desenvolvimento das respetivas comunidades locais, através de inúmeros projetos e atividades do foro cultural, recreativo e educativo; -----

--- Dois. Correspondendo às necessidades de requalificação na sua sede, imposta pela degradação ao longo dos anos, manifestou ao Município de Santarém a imprescindibilidade de efetivação de obras em algumas áreas do referido espaço da sede, para permitir a melhoria das capacidades de acolhimento em segurança e conforto; -----

--- Três. A atribuição de apoios financeiros constitui uma competência Municipal, nos termos da alínea u) do número um do artigo trinta e três do Anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, “apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, ...” -----

--- Face ao exposto e no cumprimento de indicação superior, propõe-se a V. Exa.: -----

--- Um. A atribuição de um apoio financeiro no valor de cinco mil euros à associação Amicaioza, Progresso, Cultura e Desporto, assegurando-se que é respeitado o disposto na alínea u) do número um do artigo trinta e três, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, bem como todos os procedimentos legais para a assunção de novo compromisso;-----

--- Dois. A autorização para a realização dos procedimentos para orçamentação, cabimentação e pagamento do valor respeitante ao apoio financeiro, por parte da

contabilidade, à associação Amicaioza, Progresso, Cultura e Desporto.”-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir um apoio financeiro no valor de cinco mil euros à Amicaioza, Progresso, Cultura e Desporto, para a realização de obras na respetiva sede. -----

--- **PROPOSTA ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO PARA REALIZAÇÃO OBRAS NO CENTRO DE CULTURA E CONVÍVIO DA PÓVOA DAS MÓS**-----

--- Pelo **Serviço Municipal de Cultura e Turismo** foi presente a informação número cento e quinze, de dois do corrente mês, do seguinte teor: -----

--- “Relativamente ao assunto referenciado em epígrafe e considerando que a referida Associação: -----

--- Um. Ao longo dos últimos anos, têm implementado uma dinâmica cultural em prol da preservação das tradições e do desenvolvimento das respetivas comunidades locais, através de inúmeros projetos e atividades do foro cultural, recreativo e educativo; -----

--- Dois. Correspondendo às necessidades de requalificação na sua sede, imposta pela degradação ao longo dos anos, manifestou ao Município de Santarém a imprescindibilidade de efetivação de obras em algumas áreas do referido espaço da sede, para permitir a melhoria das capacidades de acolhimento em segurança e conforto; -----

--- Três. A atribuição de apoios financeiros constitui uma competência Municipal, nos termos da alínea u) do número um do artigo trinta e três do Anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, “apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, ...”----

--- Face ao exposto e no cumprimento de indicação superior, propõe-se a V. Exa.: -----

--- Um. A atribuição de um apoio financeiro no valor de cinco mil euros ao Centro de Cultura e Convívio da Póvoa das Mós, assegurando-se que é respeitado o disposto na alínea u) do número um do artigo trinta e três, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, bem como todos os procedimentos legais para a assunção de novo compromisso; -----

--- Dois. A autorização para a realização dos procedimentos para orçamentação, cabimentação e pagamento do valor respeitante ao apoio financeiro, por parte da

contabilidade ao Centro de Cultura e Convívio da Póvoa das Mós.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir m apoio financeiro no valor de cinco mil euros ao Centro de Cultura e Convívio da Póvoa das Mós, para realização de obras na respetiva sede.-----

--- FARPA – ASSOCIAÇÃO DOS FAMILIARES E AMIGOS DE DOENTES PSICÓTICOS – ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO PARA A REALIZAÇÃO DE ESPETÁCULO SOLIDÁRIO-----

--- Pela **Divisão de Ação Social e Saúde** foi presente a informação número doze mil quatrocentos e oitenta e quatro, de vinte e seis do mês findo, do seguinte teor:-----

--- “A FARPA – Associação dos Familiares e Amigos de Doentes Psicóticos irá realizar, no próximo dia vinte e nove de setembro, um espetáculo solidário com o Ricardo Carriço, com vista a angariação de fundos. No mesmo dia, serão comemorados os vinte anos da instituição, a oficialização do apadrinhamento pelo Ricardo Carriço e a inauguração da exposição de fotografia dos vinte anos de A FARPA. -----

--- Esta instituição vem solicitar o apoio financeiro para as despesas inerentes à realização do espetáculo.-----

--- Nos termos da alínea o) do artigo trinta e três do Regime Jurídico das Autarquias Locais, compete à Câmara Municipal “deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos”.-----

--- Face ao exposto, e atendendo a indicação superior, coloca-se à consideração a atribuição de subsídio, no valor de dois mil euros, à A FARPA - Associação dos Familiares e Amigos de Doentes Psicóticos, relativos ao custo do cachet do artista.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir um apoio financeiro à A Farpa - Associação de Familiares e Amigos do Doente Psicótico, para realização de espetáculo solidário com o ator/cantor Ricardo Carriço a realizar no próximo dia vinte e nove de setembro. -----

----- TEMAS PARA CONHECIMENTO DO EXECUTIVO MUNICIPAL-----

--- Ofício número **noventa e oito**, de seis do mês findo, da **Assembleia Municipal de Santarém**, informando que na sessão ordinária realizada em vinte e nove de junho de dois mil e dezoito, foi aprovada, por maioria, a proposta de **contratação de serviços de auditoria externa** para revisão das contas do município de santarém - exercícios de dois mil e dezoito, dois mil e dezanove e dois mil e vinte - nomeação de auditor externo-----

--- A Câmara tomou conhecimento. -----

--- Ofício número **noventa e nove**, de seis do mês findo, da **Assembleia Municipal de Santarém**, informando que na sessão ordinária realizada em vinte e nove de junho de dois mil e dezoito, foi aprovado, por maioria, o **relatório e contas consolidado** do município de Santarém referente ao exercício de dois mil e dezassete-----

--- A Câmara tomou conhecimento. -----

--- Ofício número **cem**, de seis do mês findo, da **Assembleia Municipal de Santarém**, informando que na sessão ordinária realizada em vinte e nove de junho de dois mil e dezoito, foi aprovada, por unanimidade, a proposta de **contratação de empréstimos** de médio e longo prazo para exclusiva aplicação na liquidação antecipada do empréstimo Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) -----

--- A Câmara tomou conhecimento. -----

--- Ofício número **cento e um**, de seis do mês findo, da **Assembleia Municipal de Santarém**, informando que na sessão ordinária realizada em vinte e nove de junho de dois mil e dezoito, foi aprovada, por maioria, a proposta de **revisão número dois** ao orçamento e grandes opções do plano de dois mil e dezoito-----

--- A Câmara tomou conhecimento. -----

--- Ofício número **cento e dois**, de seis do mês findo, da **Assembleia Municipal de Santarém**, informando que na sessão ordinária realizada em vinte e nove de junho de dois mil e dezoito, foi aprovada, por maioria, o **contrato programa** para o ano de dois mil e dezoito e parecer do fiscal único da **Viver Santarém - Desporto e Lazer, EM, SA**

--- A Câmara tomou conhecimento. -----

--- Ofício número **cento e três**, de seis do mês findo, da **Assembleia Municipal de Santarém**, informando que na sessão ordinária realizada em vinte e nove de junho de

dois mil e dezoito, foi aprovada, por maioria, a proposta de **apoios financeiros às freguesias - obras municipais**.-----

--- A Câmara tomou conhecimento.-----

--- Ofício número **cento e quatro**, de seis do mês findo, da **Assembleia Municipal de Santarém**, informando que na sessão ordinária realizada em vinte e nove de junho de dois mil e dezoito, foi aprovada, por maioria, a proposta de **apoios financeiros às freguesias - obras próprias**-----

--- A Câmara tomou conhecimento.-----

--- Ofício número **cento e cinco**, de seis do mês findo, da **Assembleia Municipal de Santarém**, informando que na sessão ordinária realizada em vinte e nove de junho de dois mil e dezoito, foi aprovada, por unanimidade, a proposta de atribuição de apoio financeiro à União das Freguesias da Romeira e Várzea para realização das **Festas da Várzea dois mil e dezoito**-----

--- A Câmara tomou conhecimento.-----

--- Ofício número **cento e seis**, de seis do mês findo, da **Assembleia Municipal de Santarém**, informando que na sessão ordinária realizada em vinte e nove de junho de dois mil e dezoito, foi aprovada, por unanimidade, a proposta de atribuição de apoio financeiro à Junta de Freguesia de Amiais de Baixo para realização do **Festival de Carne do Capado dois mil e dezoito**-----

--- A Câmara tomou conhecimento.-----

--- Ofício número **cento e sete**, de seis do mês findo, da **Assembleia Municipal de Santarém**, informando que na sessão ordinária realizada em vinte e nove de junho de dois mil e dezoito, foi aprovada, por unanimidade, a proposta de atribuição de apoio financeiro à União de Freguesias de São Vicente do Paúl e Vale de Figueira para realização do evento "**Tasquinhas do Alviela**"-----

--- A Câmara tomou conhecimento.-----

--- Ofício número **cento e oito**, de seis do mês findo, da **Assembleia Municipal de Santarém**, informando que na sessão ordinária realizada em vinte e nove de junho de dois mil e dezoito, foi aprovada, por unanimidade, a proposta de **isenção de imposto**

municipal sobre imóveis ao abrigo do número um, do artigo quarenta e cinco do Estatuto dos Benefícios Fiscais - retificação do valor da receita -----

--- A Câmara tomou conhecimento. -----

--- Ofício número **cento e nove**, de seis do mês findo, da **Assembleia Municipal de Santarém**, informando que na sessão ordinária realizada em vinte e nove de junho de dois mil e dezoito, foi aprovada, por unanimidade, a proposta de **isenção de imposto municipal sobre imóveis** ao abrigo do número um, do artigo quarenta e cinco do Estatuto dos Benefícios Fiscais - requerente Maria Teresa Pereira Rodrigues Lopes Madureira -----

--- A Câmara tomou conhecimento. -----

--- Ofício número **cento e dez**, de seis do mês findo, da **Assembleia Municipal de Santarém**, informando que na sessão ordinária realizada em vinte e nove de junho de dois mil e dezoito, foi aprovada, por maioria, o procedimento concursal para provimento do lugar de **chefe da Divisão de Educação e Juventude** - designação do júri -----

--- A Câmara tomou conhecimento. -----

--- Ofício número **cento e onze**, de seis do mês findo, da **Assembleia Municipal de Santarém**, informando que na sessão ordinária realizada em vinte e nove de junho de dois mil e dezoito, foi aprovada, por unanimidade, o **curso interno de acesso geral** para provimento do cargo de comandante dos **Bombeiros Municipais de Santarém** ----

--- A Câmara tomou conhecimento. -----

--- Ofício número **cento e doze**, de seis do mês findo, da **Assembleia Municipal de Santarém**, informando que na sessão ordinária realizada em vinte e nove de junho de dois mil e dezoito, foi aprovada, por unanimidade, a proposta de **transportes escolares** para o ano letivo de dois mil e dezoito/dois mil e dezanove - transferências para as juntas de freguesia -----

--- A Câmara tomou conhecimento. -----

--- Ofício número **cento e treze**, de seis do mês findo, da **Assembleia Municipal de Santarém**, informando que na sessão ordinária realizada em vinte e nove de junho de dois mil e dezoito, foi aprovada, por unanimidade, a **hast pública** para contrato de

concessão de uso privativo de bem do domínio público - cafetaria do Jardim do Vale de Santarém-----

--- A Câmara tomou conhecimento.-----

--- Ofício número **cento e catorze**, de seis do mês findo, da **Assembleia Municipal de Santarém**, informando que na sessão ordinária realizada em vinte e nove de junho de dois mil e dezoito, foi aprovada, por unanimidade, a proposta de encargos com **transporte de alunos para o refeitório escolar** para o ano letivo de dois mil e dezoito/dois mil e dezanove - União de Freguesias de Azoia de Cima e Tremês -----

--- A Câmara tomou conhecimento.-----

--- Ofício número **cento e quinze**, de seis do mês findo, da **Assembleia Municipal de Santarém**, informando que na sessão ordinária realizada em vinte e nove de junho de dois mil e dezoito, foi aprovada, por unanimidade, a proposta de previsão de **encargos com pessoal auxiliar** colocado pelas juntas de freguesia, ao abrigo da cláusula primeira do capítulo I do contrato interadministrativo de delegação de competências com as juntas de freguesia - ano letivo dois mil e dezoito/dois mil e dezanove -----

--- A Câmara tomou conhecimento.-----

--- Ofício número **cento e dezasseis**, de seis do mês findo, da **Assembleia Municipal de Santarém**, informando que na sessão ordinária realizada em vinte e nove de junho de dois mil e dezoito, foi aprovada, por unanimidade, a proposta de **empreitada ampliação da escola do primeiro ciclo do ensino básico e jardim-de-infância do Vale de Santarém** - assunção de compromisso plurianual e repartição de encargos-----

--- A Câmara tomou conhecimento.-----

--- Ofício número **cento e dezassete**, de seis do mês findo, da **Assembleia Municipal de Santarém**, informando que na sessão ordinária realizada em vinte e nove de junho de dois mil e dezoito, foi aprovada, por maioria, o concurso público, com publicidade internacional, para a "**Conceção, construção e concessão da exploração de crematório no Cemitério dos Capuchos, Santarém**" -----

--- A Câmara tomou conhecimento.-----

--- Ofício número **cento e dezoito**, de seis do mês findo, da **Assembleia Municipal de**

Santarém, informando que na sessão ordinária realizada em vinte e nove de junho de dois mil e dezoito, foi aprovada, por unanimidade, a proposta de "**Prestação de serviços externos de segurança e saúde do trabalho**" - central de compras eletrónicas da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT) - repartição de encargos -----

--- A Câmara tomou conhecimento. -----

--- Ofício número **cento e dezanove**, de seis do mês findo, da **Assembleia Municipal de Santarém**, informando que na sessão ordinária realizada em vinte e nove de junho de dois mil e dezoito, foi aprovada, por maioria, a autorização prévia do compromisso plurianual na sequência do concurso público número dois/dois mil e dezoito/CCE para **aquisição de refeições escolares**-----

--- A Câmara tomou conhecimento. -----

--- Ofício número **cento e vinte**, de seis do mês findo, da **Assembleia Municipal de Santarém**, informando que na sessão ordinária realizada em vinte e nove de junho de dois mil e dezoito, foram aprovados por maioria os **acordos de colaboração com os agrupamentos de escolas** no âmbito da educação para o ano letivo dois mil e dezoito/dois mil e dezanove – estimativa-----

--- A Câmara tomou conhecimento. -----

--- Ofício número **cento e vinte e dois**, de dez do mês findo, da **Assembleia Municipal de Santarém**, informando que na reunião plenária realizada no dia cinco do mesmo mês, em continuação da sessão ordinária de vinte e nove de junho de dois mil e dezoito, foi aprovada, por unanimidade, a proposta de **reconhecimento de interesse municipal do CNEMA - Centro Nacional de Exposições, SA** -----

--- A Câmara tomou conhecimento. -----

--- Ofício número **cento e vinte e três**, de dez do mês findo, da **Assembleia Municipal de Santarém**, remetendo o **relatório da Comissão "Por uma Cidade Limpa"**, aprovado por maioria, na reunião plenária realizada no dia cinco do mesmo mês, em continuação da sessão ordinária de vinte e nove de junho de dois mil e dezoito-----

--- A Câmara tomou conhecimento. -----

--- Ofício número **cento e vinte e quatro**, de dez do mês findo, da **Assembleia**

Municipal de Santarém, remetendo a **moção "Solução integrada para toda a zona - Avenida Dom Afonso Henriques/Campo Emílio Infante da Câmara"**, aprovada, por maioria, na reunião plenária realizada no dia cinco do mesmo mês, em continuação da sessão ordinária de vinte e nove de junho de dois mil e dezoito-----

--- A Câmara tomou conhecimento.-----

--- Ofício número **cento e vinte e cinco**, de dez do mês findo, da **Assembleia Municipal de Santarém**, remetendo a **recomendação "Por uma Assembleia Municipal mais ativa"**, aprovada, por maioria, na reunião plenária realizada no dia cinco do mesmo mês, em continuação da sessão ordinária de vinte e nove de junho de dois mil e dezoito -----

--- A Câmara tomou conhecimento.-----

--- Sob proposta do senhor Presidente, a câmara deliberou, unanimemente, aprovar em minuta os termos da presente ata a fim de produzir efeitos imediatos. -----

--- Finda a análise dos assuntos constantes da ordem de trabalhos, o **senhor Presidente** recordou que a próxima reunião do executivo municipal se encontra marcada para o dia trinta e um de agosto, com início às quinze horas e de acordo com a competência que lhe é conferida pelos números um e dois do artigo quarenta e nove, do Anexo I da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, declarou aberto o **“PERÍODO DE INTERVENÇÃO DESTINADO AO PÚBLICO”**:-----

--- Interveio o senhor professor **Paulo Marques** que disse integrar a organização do encontro do Clube de colecionadores de pacotes de açúcar que se vai realizar em Santarém nos dias vinte e dois e vinte e três de setembro. O encontro é organizado pelo CLUPAC - Clube Português de Colecionadores de Pacotes de Açúcar e tem o nome de PORTSUGAR, que vai na décima sexta edição e, em cada ano, é realizado num ponto diverso do país e, como sócio, lembrou-se de Santarém. É um encontro internacional e já conta com mais de cem inscrições. -----

--- Endereçou convite ao Executivo Municipal para visitarem o encontro. -----

--- Seguidamente, interveio o engenheiro **Carlos Rodrigues** que felicitou o Executivo Municipal porque trouxe à reunião dois temas muito importantes e relevantes para o concelho de Santarém. Um sobre a cultura, uma vez que o Partido Social Democrata não

faz cultura, promove a cultura e o que fizeram hoje foi desvalorizar a boa equipa de vinte e duas pessoas que trabalham na cultura. Salientou o projeto In Santarém desenvolvido nos últimos quatro anos, sem dinheiro e o trabalho que foi feito, fundamentalmente, deve-se aos técnicos da Câmara e, no seu entender, a Câmara teve um bom entendimento ao trazer vários projetos culturais, mas não concorda com o critério porque até o Baile das Velhas foi contemplado.-----

--- Discordou das alterações que estão previstas no sentido de haver uma organização no âmbito da cultura. -----

--- Apelou aos Vereadores do Partido Socialista para se juntarem aos do Partido Social Democrata no sentido de trazerem investimento para o concelho. -----

--- Aludiu a um problema que teve por ter comprado dois pavilhões há vinte e nove anos, na zona industrial, referindo que o seu caso está a ser resolvido. -----

--- **Senhor Presidente – Um** - Deseja que o PORTSUGAR seja um sucesso e que tenha muita participação tal como aconteceu em outros locais. -----

--- **Dois** – Referiu que o município reuniu com todos os empresários e em setembro irá realizar outra reunião dado que os empresários que participaram deram muitos contributos que são importantes. Disse estarem a ser desenvolvidos esforços no sentido de resolver as situações. -----

--- Espera que esses proprietários que estão nessas situações na zona industrial que venham à próxima reunião, quando forem convocados, a realizar com os Vereadores e com os técnicos da Câmara. -----

--- **Três** – No que diz respeito à cultura, referiu que as pessoas e os projetos têm muita qualidade e as pessoas que vêm também tem muita qualidade. O projeto será do município, mas, haverá mais pessoas a pensar nele. -----

--- Sobre a questão de os projetos serem duzentos e catorze, referiu ser necessário fazer algumas alterações no regulamento. No entanto, considera que é muito mais importante haver projetos do que dar só subsídios. Sublinhou que se estão a apoiar projetos concretos e a apoiar entidades que podem concretizar projetos. -----

-----**ENCERRAMENTO**-----

ATA N.º 16
Mandato 2017-2021
Reunião de 20 de agosto de 2018

--- E não havendo mais assuntos a tratar, pelo senhor Presidente, foi declarada encerrada a reunião eram dezassete horas, lavrando-se a presente ata que vai ser assinada.-----

--- E eu, _____ Coordenadora Técnica
a redigi e subscrevi. -----

--- **O PRESIDENTE** -----

--- Ricardo Gonçalves _____

--- **OS VEREADORES** -----

--- José Santos _____

--- Nuno Serra _____

--- Virgínia Esteves _____

--- Jorge Rodrigues _____

--- André Lopes _____

--- Cristina Martins _____

--- Manuel Frazão _____

--- Vânia Botequim _____